



Revista Brasileira de
História
Militar



Ano IX - Nº 24
Novembro 2018



Imagem desta Edição

A imagem mostra dois submarinos alemães – U 156 e o U-507 (famoso por ter afundado diversos navios brasileiros na costa do Nordeste) – recolhendo os náufragos do RMS Lacônia em setembro de 1942. Essa operação de salvamento deu origem a um episódio que ficou conhecido como “Incidente Lacônia”.

Pouco depois do naufrágio, a tripulação do U-156 ouviu vozes italianas no mar e seu comandante deu início as operações de resgate e solicitou assistência por rádio, tanto de U-boats nas proximidades, quanto enviou mensagens não codificadas para todos os navios ao redor para ajudar, prometendo cessar as hostilidades.

Nos dias que se seguiram, o U-156 resgatou cerca de 400 sobreviventes, 200 a bordo e os outros 200 em botes salva-vidas. Em 15 de setembro, o U-506, o U-507 e o submarino italiano Cappellini se juntaram a operação de resgate. Os submarinos se dirigiram para a costa africana, rebocando os botes salva-vidas atrás deles e com centenas de sobreviventes que estavam a bordo.

Em 16 de setembro, um bombardeiro americano B-24 Liberator, operando a partir da Ilha de Ascensão, avistou os barcos que navegavam sob a bandeira da Cruz Vermelha indicando que se tratava de uma operação de salvamento. O piloto pediu instruções e recebeu ordens para atacar. Sob ataque, os submarinos soltaram as amarras dos botes salva-vidas e submergiram imediatamente, deixando centenas de pessoas lutando novamente na água, pois diversos náufragos que viajavam nos conveses.

O ataque aéreo causou poucos danos e a maior parte dos náufragos abandonados acabaram socorridos por navios do Governo de Vichy; aproximadamente 1.500 sobreviveram. No entanto, esse incidente provocou uma das ordens mais polêmicas emitidas pelo então comandante da Kriegsmarine, Karl Dönitz.

A “Ordem Laconia” (em alemão Laconia-Befehl) deixou absolutamente claro que – a partir daquela data – nenhum submarino alemão deveria participar de qualquer operação de resgate, deixando os eventuais sobreviventes à própria sorte, já que até então os U-boats muitas vezes ajudavam os sobreviventes de seus ataques com suprimentos, água, e indicações de como encontrar terra mais próxima.

Nos Julgamentos de Nuremberg, em 1946, o almirante Karl Dönitz acabou condenado a 11 anos e seis meses de prisão em razão da emissão da “Ordem Laconia”, apesar de seu advogado alegar que os aliados operavam no Pacífico com ordens similares.

Editorial

Nesta edição, apresentamos dois artigos sobre a chamada “Batalha do Atlântico”. Durante a Segunda Guerra Mundial, a “Batalha do Atlântico” (cuja denominação mais apropriada seria a de “campanha”) engajou os submarinos alemães e italianos contra as forças navais dos Aliados, incluindo o Brasil. Sobre esse tema instigante e frequentemente revisitado, apresentamos artigos dos professores Leonardo da Costa Ferreira, da Escola Naval, e Cesar Machado Domingues, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Para além dessa temática, Wellington José Gomes Freire, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), se debruça sobre a narrativa de Homero para oferecer ao leitor concepções e métodos da guerra na Antiguidade. Rafael Macedo da Rocha Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), propõe um amplo debate teórico acerca das origens do conceito de nacionalismo, em concomitância com a própria trajetória da historiografia oitocentista. Marcelle Christine Bessa de Macedo, da Universidade da Força Aérea (UNIFA), analisa a relação entre a exploração de recursos naturais congolezes e os conflitos na República Democrática do Congo, evidenciando os beneficiários estatais e não estatais de tal exploração. Marcello Felipe Duarte, do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), examina as vicissitudes experimentadas pela Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas, que dispôs da primazia na navegação da região amazônica, integrou-se ao capitalismo internacional do século XIX, mas manteve manter sua formação social e econômica assentada no modo de produção escravista. Por fim, assentados em debate historiográfico, os mestrandos Bárbara Tikami de Lima, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e Kelvin Emmanuel Pereira da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), discutem as trajetórias e perspectivas da história militar no Brasil.

Especialmente aos pesquisadores que escolheram a Revista Brasileira de História Militar para divulgar seus trabalhos, agradecemos. A todos, o nosso muito obrigado. Boa leitura!

Marcello José Gomes Loureiro

Editor Associado



Revista Brasileira de
**História
Militar**

www.historiamilitar.com.br

ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Paulo André Leira Parente	Prof. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Marcos Guimarães Sanches	Prof. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Adriana Barreto de Souza	Prof. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Carlos Roberto Carvalho Daróz	Prof. Cláudio Passos Calaza
Prof. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dennison de Oliveira
Prof. Aureliano Pinto de Moura	

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Marcello José Gomes Loureiro
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

A Batalha do Atlântico: A luta pela sobrevivência dos comboios na Segunda Guerra Mundial.....	6
<i>Leonardo da Costa Ferreira</i>	
Os submarinos do Eixo e a entrada do Brasil na Segunda da Guerra Mundial.....	20
<i>Cesar Machado Rodrigues</i>	
Homero e a doutrina militar da antiguidade.....	50
<i>Wellington José Gomes Freire</i>	
Teorias sobre nacionalismo: um debate conceitual e teórico das relações entre Nação e História.....	61
<i>Rafael Macedo da Rocha Santos</i>	
A Exploração de Coltan e os Conflitos no Leste da República Democrática do Congo.....	71
<i>Marcelle Christine Bessa de Macedo</i>	
A filha livre de mãe escrava: Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas e a política imperial brasileira (1850-1866).....	85
<i>Bruno de Seixas Carvalho</i>	
A Nova História Militar: possibilidades teóricas, metodológicas e temáticas.....	96
<i>Bárbara Tikami de Lima e Kelvin Emmanuel Pereira da Silva (Mestrando/UFRGS)</i>	
Livro em Destaque	115

A Batalha do Atlântico: A luta pela sobrevivência dos comboios na Segunda Guerra Mundial

Leonardo da Costa Ferreira¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar como os Aliados, particularmente, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, conseguiram vencer as forças do Eixo, especialmente a Alemanha, na batalha pela manutenção dos comboios marítimos em direção às ilhas britânicas. O trajeto da análise consiste na descrição do palco da batalha, do cenário político e militar e de um estudo sobre a estratégia de ataque alemã, bem como dos problemas enfrentados pelos aliados e as soluções que possibilitaram a sua vitória no mar.

Palavras-Chave: Segunda Guerra, Atlântico, Submarinos e Comboios.

ABSTRACT

The article aims to analyze how the Allies, particularly, United Kingdom, United States and Canada, managed to defeat the Axis forces, especially Germany, in the battle for the maintenance of sea convoys towards the British islands. The course of the analysis consists about a description of the battle scenery, the political and military scene and a study of the German strategy of attack, as well as the problems faced by the Allies and the solutions that enabled them to win at sea.

Key-Words: Second War, Atlantic, Submarines and Convoy.

O PALCO DA BATALHA

A Batalha do Atlântico (1939-1945) foi um conflito marítimo e aéreo entre duas grandes potências do Eixo, Alemanha e Itália, e três grandes nações dos Aliados, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá². O cenário desse enorme conflito foi o oceano Atlântico, uma massa de água salgada com mais de cem milhões de quilômetros quadrados, localizado entre a Europa, a África e as Américas.

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História da Escola Naval da Marinha do Brasil. Autor do livro "Reformar para conservar: Debates e reformas educacionais na cidade do Rio de Janeiro entre 1871-1889", RJ: Publit. 2015.

2 Devemos ressaltar que a aliança em torno do Eixo contava com o apoio político-militar do Japão. Entretanto, o mesmo não participou da Batalha do Atlântico porque suas forças militares estavam geograficamente distantes, concentrando esforços na conquista dos povos asiáticos. Já a aliança, em torno dos Aliados, era formada por diversas nações europeias, norte-americanas e latino-americanas como, por exemplo, o Brasil. Obstante, a campanha pela sobrevivência dos comboios - devido a fragilidade e simplicidade das marinhas latinas - foi basicamente conduzida pelos EUA, RU e Canadá. Logo, a atenção será concentrada na atuação dessas três nações do Atlântico Norte.

As águas atlânticas tornaram-se importantes no século XV, com a Expansão marítimo-comercial europeia, pois advém daquele momento sua transformação no espaço por onde passava o maior volume de carga e de pessoas do mundo conectando portos como Halifax (Canadá), Liverpool (Inglaterra), Nova York (Estados Unidos), Santos (Brasil) e Buenos Aires (Argentina). Cidades inseridas numa densa rede de relações políticas, culturais e comerciais que geraram, por um lado, conquistas territoriais e riqueza e, por outro, pobreza, guerra e revoluções. Desse modo, o Oceano Atlântico não foi o cenário da batalha por causa da localização geográfica dos combatentes, mas porque era o local das principais rotas de comércio do planeta naquele tempo e, conseqüentemente, área de disputa de poder e influência.

Na primeira metade do século XX era pelas águas salgadas daquele Oceano que duas grandes nações industriais realizavam o grosso das suas transações comerciais. Através do Atlântico, os Estados Unidos exportavam até 85% das suas mercadorias para os consumidores europeus e latino-americanos. Também era por aquele mar que o Reino Unido importava 100% das matérias primas afro-asiáticas que seu parque industrial e mercado consumidor necessitavam para gerar renda e riqueza (CABRAL, 2013).

Em suma, era pelo Atlântico que passava a maior parte do comércio estadunidense e do britânico. Isso significa dizer que a nação que tivesse o domínio daquele imenso mar conseguiria, na prática, sufocar o crescimento econômico e, conseqüentemente, militar daquelas duas nações.

O CENÁRIO POLÍTICO-MILITAR

Quando a Segunda Guerra Mundial explodiu, com a invasão da Polônia pelos alemães, em 1º de setembro de 1939, o famoso *Plano Z* do almirante Erich Raeder estava em sua fase inicial de implementação³. Desse modo, a ainda incipiente Marinha da Alemanha – *Kriegsmarine* – estava construindo as suas estratégias e armamentos. Das forças armadas do Terceiro Reich era, nitidamente, a menos estruturada.

Em comparação às forças aliadas, a *Kriegsmarine* estava em grande desvantagem porque,

³ A Marinha de Guerra da Alemanha tinha começado, em janeiro de 1939, a construir uma esquadra de alto mar sob a supervisão de seu comandante-em-chefe, o almirante Erich Raeder. Era o *Plano Z*. Este pretendia colocar em operação, até meados de 1944, uma força naval capaz de enfrentar os britânicos em uma batalha decisiva. A concepção inicial do almirante Raeder era possuir "... 6 encouraçados de 56 000 t, 2 couraçados de 42 000 t e 3 couraçados de 11 700 t; 3 cruzadores de batalha de 31 000 t, 5 cruzadores pesados e 44 cruzadores leves; dois porta-aviões; 68 destróieres e 90 torpedeiros; e cerca de 250 submarinos". (CESAR, 2013, p.291)

do outro lado, estava a Marinha Real Britânica – *Royal Navy* –, a força naval mais poderosa do mundo. Os britânicos tinham mais de uma centena de embarcações a sua disposição, entre navios e submarinos. Alguns eram extremamente poderosos, como o porta-avião *HMS Ark Royal*, o cruzador *HMS Hood* e couraçados como o *HMS Prince of Wales* e o *HMS Iron Duke*.

Apesar do desequilíbrio bélico entre as marinhas das potências inimigas, a superioridade naval do Reino Unido foi parcialmente abalada quando, em 1940, as Forças Armadas da Alemanha conquistaram a Noruega, a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica, a França e expulsaram a Força Expedicionária Britânica da Europa continental. A conquista desses países gerou uma série de implicações políticas e militares, sendo a maior delas a Batalha do Atlântico.

A queda daquelas nações, principalmente, da França e da Noruega, mudou radicalmente o rumo do conflito, porque possibilitou que a *Kriegsmarine* tivesse acesso a incontáveis portos e estaleiros da costa europeia para lançar seus submarinos – os *Unterseeboot* (U-boot).⁴

Esse cenário deixou o Reino Unido em uma situação inédita e dramática. Inédita, porque pela primeira vez na história os britânicos não tinham um forte aliado no Continente. Dramática, porque estavam sozinhos numa luta em larga escala.

Desse modo, as possibilidades para o governo de Sua Majestade eram: assinar um armistício com o Terceiro Reich, como queria Edward Frederick Lindley Wood (Lorde Halifax), ou continuar lutando, como queria Winston Churchill. A opção pela luta ganhou força quando o cargo de 1º Ministro passou de Arthur Neville Chamberlain para Churchill, um notório antinazista que criticava abertamente a “Política de Apaziguamento” do gabinete anterior. Buscando uma união nacional, Churchill formou, em 10 de maio de 1940, um governo de frente patriótica incluindo conservadores, trabalhistas e social-democratas (PEDRO, 1994, p. 8-18).

Do outro lado, para os alemães, a insistência do governo britânico em manter a guerra, mesmo sozinho, era incompreensível e surpreendeu sua alta governança civil e militar. A partir do reconhecimento de que uma atuação conjunta e coordenada da *Wehrmacht*⁵ não funcionaria, devido o Reino Unido ser um território insular, a invasão das ilhas britânicas, prevista na Operação

4 Mapa da Europa em 1940. Fonte: <https://iacademica.wordpress.com/2012/06/07/mapa-interativo-de-segunda-guerra-mundial/>. Acessado em 14/08/2018. 21h56.

5 As Forças Armadas da Alemanha nazista eram chamadas de *Wehrmacht*. A mesma era formada pelo Exército (*Heer*), a Força Aérea (*Luftwaffe*) e a Marinha (*Kriegsmarine*). Logo Wehrmacht: Heer + *Luftwaffe* + *Kriegsmarine*

Leão Marinho, necessitaria, antes, de um domínio do espaço aéreo por parte da *Luftwaffe*, sobre a *Royal Air Force* (RAF). Essa disputa, conhecida como Batalha da Inglaterra, era essencial para a *Kriegsmarine* transportar, pelo canal da Mancha, o *Heer* que invadiria e conquistaria o Reino Unido. A batalha foi vencida, com muito sacrifício, pela RAF, gerando um impasse estratégico entre a Alemanha e o Reino Unido.

A vitória alemã na Batalha (terrestre) da França e a vitória britânica na Batalha (aérea) da Inglaterra, ocasionaram uma paralisia estratégica entre a Alemanha e o Reino Unido, na região europeia do conflito. Sendo assim, o único espaço geográfico que sobraria para travar uma batalha decisiva e/ou de curso era o oceano Atlântico. Um problema porque, naquele momento, nenhuma daquelas duas potências tinha desenvolvido um plano específico para aquele extenso teatro de operações.

Na verdade, segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva “Ambos os comandos navais não haviam desenvolvido nem as ferramentas nem a doutrina necessária para a combinação dos novos avanços tecnológicos para um cenário de guerra naval prolongada” (TEIXEIRA DA SILVA, 2013, p. 391). Isso aconteceu porque ambos os almirantados haviam se preparado apenas para batalhas navais de superfície, entre couraçados e cruzadores. Um dos indicadores desse despreparo configura-se na informação de que, até meados de abril de 1940, a Marinha de Guerra da Alemanha não tinha nem cem submarinos (Op. Cit. 2013).

Assim, o impasse estratégico na região europeia, mencionado anteriormente, colocou a Batalha do Atlântico no centro do conflito no Ocidente, porque os diversos movimentos de reação da aliança anglo-americana, como a ajuda marítima a Gibraltar, a Malta e ao Cairo; a preservação das rotas pela Cidade do Cabo; o incremento de ações militares no norte da África e no Sudeste Asiático, somente poderiam ser garantidos se conseguissem manter um fluxo constante de alimentos, combustível, equipamentos e munições - por via marítima - entre o parque industrial estadunidense e as bases e tropas posicionadas nas ilhas britânicas.

Isso, na prática, transformou a Batalha do Atlântico na mais longa da Segunda Guerra e, também, na mais importante luta daquele conflito. Uma batalha que tinha como principais lideranças, pelo Eixo, o almirante Karl Donitz, da força de submarinos alemães e, pelos Aliados, os almirantes Marx Horton (RU/CAN) e Ernest King (EUA).

A GUERRA SUBMARINA: A QUASE VITÓRIA ALEMÃ

Após o término da Batalha da Inglaterra e a consolidação do controle alemão sobre o norte da França, se acirra a Batalha do Atlântico.

O objetivo da Alemanha era, através de uma guerra de corso, colapsar ou paralisar as rotas de suprimentos para o Reino Unido. Para cumprir tal missão, a *Kriegsmarine* passou a lançar seus submarinos dos litorais conquistados militarmente na Noruega, Bélgica, Holanda e, principalmente, França, em particular, dos portos de Lorient, de St. Nazaire, de Brest e de Bordéus. Do outro lado, que contava inicialmente apenas com as forças do Reino Unido, o objetivo dado a *Royal Navy* era lutar para manter as rotas de suprimento funcionando e abastecidas, notadamente, aquelas que vinham das suas colônias ultramarinas situadas na África e na Ásia.

Nesse cenário, duas estratégias foram montadas. Os britânicos, sob o comando do almirante Max Horton, adotaram o sistema de comboio porque tinham uma grande frota militar e mercante; um número elevado de comandantes, mecânicos, praças e práticos habilitados; e um parque fabril que conseguia suprir as perdas com rapidez e eficiência. Já os alemães, sob o comando de Karl Donitz, adotaram a guerra submarina como estratégia de ataque, pois tinham desenvolvido tecnologias próprias e com capacidade para operarem equipamentos submersos por muitas horas em alto-mar. Assim, a adoção e a forma de operar tais estratégias, o comboio pelos britânicos e os submarinos pelos alemães, tinha relação com o tipo de desenvolvimento industrial-militar de cada uma daquelas duas nações (MASON, 1974).

A dianteira imposta pela marinha de guerra alemã foi fruto do desenvolvimento de uma nova tática, pelo almirante Donitz, um estudioso de batalhas navais. O almirante alemão trocou as táticas tradicionais de ataques solitários, típicas da Primeira Guerra Mundial, por uma nova, no formato de agrupamento de submarinos, chamada de matilha. Essa revolucionária forma de guerra submarina, combinada com o uso intensivo do rádio, acabou dando muito trabalho ao sistema de comboio implantado pelos Aliados, porque potencializava a capacidade ofensiva do submarino como uma arma. Visto que

Na maior parte das vezes, os submarinos se infiltraram, à noite, no meio do comboio e abriram fogo de várias posições diferentes, dificultando a ação das escoltas. Estes eram obrigados a dar caça aos primeiros submarinos visíveis, e acabavam por deixar a formação, provocando claros nos comboios, e permitindo que os demais membros da matilha agissem livremente contra os navios do comboio desorganizados e em fuga (TEIXEIRA DA SILVA, 2013. p.393).

O modo como a matilha operava levou o Reino Unido ao limite de suas forças, tanto que, nos meses iniciais do ano de 1943, a ilha esteve à beira do colapso. Um exemplo do sucesso alemão e do fracasso aliado, na Batalha do Atlântico, no período entre o outono de 1939 e o inverno de 1943, foi a briga em torno do *Comboio HX 229* que tinha 41 navios mercantes e apenas 4 navios escoltas.

Em 15 de março de 1943, o *U653* navegava rumo ao Oeste quando o seu comandante, o tenente Paul Feiler, avistou o *HX 229*. O tenente alemão decidiu mergulhar e esperar que o comboio passasse por cima e, quando voltou à tona, informou ao quartel general. A decisão de Karl Donitz de atacar entre os dias 16 e 17 de março aconteceu por dois motivos: em primeiro lugar, porque o serviço meteorológico alemão previa mar calmo e lua cheia e, em segundo lugar, porque o líder do *HX 229*, tenente Luther, a bordo do destróier *HMS Volunteer*, decidiu diminuir a velocidade do comboio para acolher os retardatários (KENNEDY, 2014, p. 55-56).

A caçada pelo *HX 229* começou às 22h, de 16 de março de 1943. Com o horizonte repleto de alvos, o comandante do submarino *U603* aproximou-se e "...disparou 3 torpedos frontais, em seguida 1 torpedo traseiro, e teve a satisfação de escutar o som de uma grande explosão antes de mergulhar de novo para baixo das ondas; o cargueiro *Elin K.* afundou dentro de 4 minutos" (KENNEDY, 2014, p.56).

A essa altura, com as escoltas do comboio ocupadas no recolhimento dos sobreviventes do cargueiro, o comandante do *U758*, o tenente Mansek, teve liberdade para disparar torpedos à vontade.

Às 23h23 o comandante disparou um torpedo FAT sobre um cargueiro de 6 mil toneladas a estibordo, um minuto depois, um torpedo G7 num cargueiro de 7 mil toneladas, às 23h25, um torpedo FAT na traseira de um navio-tanque de 8 mil toneladas e às 23h32, um GT num cargueiro de 4 mil toneladas: quatro disparos de torpedos em 9 minutos (KENNEDY, 2014, P.57).

Entre os atingidos estava o cargueiro holandês, batizado de *Zaaland*, e seu vizinho, um cargueiro americano, chamado de *James Oglethorpe*. E era só o começo, pois na madrugada de 17 de março, às 0h30, o *U435* torpedeou um cargueiro americano, intitulado *William Eutis*, que começou a adernar. Ele carregava códigos confidenciais. O tenente Luther, do *HMS Volunteer*, decidiu recolher os sobreviventes e colocar o cargueiro à pique. Mais tarde, às 2h50, o comandante Zurmehlen do *U600*

...desferindo uma salva de quatro torpedos FAT da proa e, em seguida, outro traseiro contra o flanco do comboio desprotegido por completo a estibordo. Poucos minutos depois o cargueiro britânico *Irena* e o baleeiro *Southern Princess* foram atingidos por um torpedo cada um e o cargueiro americano *Irene du Pont* por dois torpedos (KENNEDY, 2014, p. 58).

Um outro ataque a comboios, que mostraria o sucesso da tática em matilha do almirante Karl Donitz, foi a batalha em torno do *Comboio SC 122* que havia zarpado junto com o *HX 229*, mas que, por ser mais lento, navegava mais ao norte, junto às águas da Groenlândia e da Islândia, no intuito de não ficar longos dias sem apoio aéreo.

O *SC 122* partiu com 51 navios mercantes e tinha a proteção de 7 navios escoltas, entre os quais o destróier americano *USS Upshur* e o navio de resgate, o *Zamalek*. Tal comboio foi avistado pelo *U338*, comandado pelo capitão-tenente Kinzel, que estava indo ao encontro do comboio citado anteriormente, o *HX 229*. O capitão-tenente alemão decidiu atacá-lo imediatamente. Dessa maneira

...dois torpedos iniciais feriram mortalmente os cargueiros britânicos *Kingsburry* e *King Gruffydd*. A segunda salva atingiu em cheio o cargueiro holandês de quatro mastros *Alderamin* e rasgou-o em três partes; em dois minutos já tinha desaparecido (KENNEDY, 2014, p.59).

As perdas daqueles dois comboios devem ser somadas às sofridas, uma semana antes, pelo *Comboio SC 121*. Este era formado por 59 navios mercantes, lentos e vulneráveis, com a proteção de apenas 5 escoltas (o cúter americano *Spencer*, o destróier americano *Greer*, as corvetas canadenses *Rosthern* e *Trilliun* e a inglesa *Dianthus*). Muito pouco para um comboio que acabou sendo atacado por 26 submarinos (*U190, U228, U229, U230, U332, U359, U405, U409, U432, U439, U447, U448, U523, U526, U527, U530, U566, U591, U616, U618, U626, U641, U642, U659, U665, U709*). O resultado foi completamente desastroso para os Aliados, pois entre os dias 7 e 10 de março, de 1943, cerca de 13 mercantes foram afundados, somando um total de perdas de 62 mil toneladas, além das vidas ali em jogo. Enquanto isso, do lado da Alemanha, nenhum submarino foi afundado, metralhado ou danificado (KENNEDY, 2014, p.51).

O quadro comercial, no início de 1943, mostrava as importações britânicas um terço abaixo do registrado quatro anos antes. Essa situação, colocava todo o esforço de guerra aliado no front ocidental, sob ameaça de colapso. Somente em março daquele ano, os Aliados perderam um número impressionante de 108 navios, totalizando de 627 mil toneladas, sendo que "... quase dois

terços desses navios naufragaram em comboio (...) e as perdas haviam ocorrido na mais importante de todas as rotas de comboio, situada entre Nova York, Halifax e os portos de Glasgow e Liverpool” (KENNEDY, 2014, p. 35).

O panorama para os britânicos, ao encerrar aquele fatídico mês de março de 1943, era bastante crítico: o Reino Unido tinha apenas 3 meses de combustível em estoque e a população britânica começava a entrar em estágio de subnutrição. Ou seja, os navios e os aviões não iriam partir, por falta de combustível, e os combatentes não iriam lutar, por estarem com fome.

A derrota dos Aliados, em março de 1943, na Batalha do Atlântico chocou o comando naval dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Canadá. Além disso, provocou fortes reações por parte da União Soviética que contava com a abertura de mais uma frente de batalha contra os nazistas. A preocupação era que, se as perdas tinham sido altas no inverno de 1943, marcado por muitas tempestades, o que aconteceria quando chegasse o verão? Algo precisava ser feito com urgência, pois a Alemanha vencia paulatinamente a Batalha do Atlântico.

MAPEANDO OS PROBLEMAS: AS FRAQUEZAS DOS ALIADOS

Por que a batalha contra os submarinos alemães transcorreu tão mal para os Aliados durante aquelas semanas de inverno no Atlântico Norte? Essa era uma pergunta que faziam os almirantes dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Canadá.

Uma constatação entre os presentes na Conferência de Comboios do Atlântico (Washington, 1943) era que as marinhas mercante e de guerra daqueles países enfrentavam uma pluralidade de demandas em vários fronts pelos oceanos Atlântico, Pacífico e o Índico. Outra constatação era que os comandantes dos comboios tinham excesso de responsabilidades, pois deveriam, ao mesmo tempo, afastar os submarinos que se agrupavam num flanco, recolher sobreviventes de navios afundados e ainda proteger sua própria tripulação. Faltava dividir a responsabilidade da proteção, em todo o trajeto, com a aviação militar.

Dificuldades que aumentavam diante o nível da qualidade dos dispositivos bélicos germânicos. Havia uma enorme disparidade entre a Alemanha e os Aliados, pois os submarinos alemães eram muito bons para atacar, enquanto os navios de escolta aliados eram desprovidos de armamento adequado para atacar e defender. Nesse sentido, apesar de ser uma embarcação estreita, apertada e pequena com apenas 800 toneladas, 67 metros e 44 tripulantes, o U-Boot era muito fácil

de operar, resistente, confiável e ágil para submergir e navegar. Algo diametralmente oposto a um navio escolta aliado que tinha armamentos instalados de maneira improvisada e com uma série de problemas. Como exemplo, podemos citar que, após um disparo de carga de profundidade ou de um torpedo, o sonar ficava 15 minutos sem funcionar (PEILLARD, 1989, p.65-68).

Sendo assim, os comboios não tinham proteção naval adequada, não estavam sendo abastecidos pelos serviços de inteligência da maneira correta, os equipamentos apresentavam limitações e a cobertura aérea era muito restrita. Logo, a expectativa em relação ao verão de 1943 era muito ruim para os Aliados, porque a Alemanha tinha a assombrosa quantidade de 240 submarinos em operação e outros 185 em estágio de treinamento.

Além de mapear tais problemas foi realizado, pela inteligência aliada, um levantamento da estratégia geral adotada pelos comboios. Sobressaíam o uso de duas estratégias: uma meramente defensiva e outra ofensiva, mas descoordenada. O uso de uma estratégia defensiva, contra a matilha de submarinos alemães, significava não caçar um U-Boot, mas apenas levar os comboios aliados, sem perdas, entre a América do Norte e as ilhas britânicas. Aqui era prudente evitar as águas cheias de U-boots. Já o uso de uma estratégia ofensiva exigia que os capitães dos navios escoltas deveriam caçar submarinos germânicos. Aqui era aconselhável navegar por águas cheias de U-boots, para iniciar engajamentos (MASSON, 2010).

A conclusão, realizada pelas equipes dos almirantes Ernest King e Max Horton foi que nenhuma estratégia operacional defensiva e/ou ofensiva mostrava resultado. Nesse aspecto, para virar a maré para o lado dos Aliados, seria necessário fundir ambas as estratégias, aproveitando o que tinham de melhor, isto é, o uso combinado e coordenado de navios de guerra, navios mercantes, e aviões na defesa e no ataque.

A montagem de uma estratégia mista necessitava copiar um ponto forte do inimigo, o comando único. A Alemanha, entre 1939 e 1945, sempre teve como único comandante de sua força de submarinos o almirante Karl Donitz. O mesmo não acontecia entre os Aliados, que entre 1941 e 1943, presenciava diversas disputas entre os almirantes King e Horton pelo comando geral. Nesse aspecto, a Conferência montou a seguinte cadeia de comando e responsabilidades: a marinha americana assumiria a responsabilidade principal em relação aos comboios destinados a Gibraltar e norte da África, enquanto os britânicos e canadenses ficariam responsáveis pelas rotas principais endereçadas ao Reino Unido (MASSON, 2010).

Além do comando único, apresentava-se como essencial para o sucesso da nova estratégia unificar os serviços de inteligência. Por isso, ficou decidido que americanos, canadenses e britânicos passariam a divulgar, entre os comandos daqueles povos, relatórios sobre reconhecimento aéreo, sistema de armas inimigas capturadas, projetos de novas armas aliadas em desenvolvimento e o fornecimento de qualquer novo tipo de tecnologia que facilitasse a luta contra o Eixo.

A GUERRA ANTISUBMARINO: A REVIRAVOLTA ALIADA

O arcabouço estratégico montado possibilitou uma virada na Batalha do Atlântico, ainda no decorrer da primavera de 1943. Isso ocorreu porque os Aliados conseguiram operar, em conjunto e de maneira eficiente, os seguintes tipos de tecnologias: porta-aviões menores junto aos comboios; aviões de longa autonomia; um novo tipo de morteiro antissubmarino; o radar centímetro, e um holofote com efeito ofuscante.

Os Aliados, em particular os engenheiros estadunidenses, com destaque para os gerentes de produção nos estaleiros Tacoma, em Washington, conseguiram colocar em funcionamento uma série de porta-aviões menores, da classe *Bogue*, para escoltar os comboios aliados no Atlântico no decorrer de 1943. Estamos falando dos navios-aeródromo *USS Bogue* que, em 22 de maio de 1943, afundou o *U569* e entre os meses de junho e dezembro daquele ano destruiu os submarinos *U86*, *U172*, *U527*, *U613* e *U850*. Do navio *USS Core* que, entre julho e novembro de 1943, arrasou o *U67*, *U84*, *U185*, *U378* e o *U487*. Por fim, do *USS Card*, um porta-aviões aniquilador de submarinos, já que, entre julho e dezembro de 1943, eliminou o *U117*, *U233*, *U402*, *U460*, *U525*, *U584*, *U645*, *U664* e *U847*. Em suma, três porta-aviões e 20 submarinos afundados em sete meses. Uma reviravolta impressionante (MASON, 1974).

Paralelo ao uso daqueles porta-aviões, os Aliados conseguiram aumentar o seu poder aéreo utilizando, em larga escala, aviões de longa autonomia (VLR- very long range), como os americanos *B-24 Liberator* e os britânicos *Wellington* e *Sunderland*.

O aprimoramento da eficácia desse instrumento de caça aos submarinos alemães foi mérito de uma equipe de engenheiros aeronáuticos canadenses que, no início de 1943, realizou uma mudança simples, mas extremamente inteligente, no projeto de um daqueles aviões. A equipe do Canadá ao retirar "... um compartimento de bombas de um *B-24 Liberator*, substituindo por tanques extras de combustível, criaram um avião que poderia alcançar os comboios desprotegidos

no meio do Atlântico” (KENNEDY, 2014, p.84).

O uso combinado dos porta-aviões americanos, com aeronaves anglo-americanas e a mudança realizada, em especial no *B-24 Liberator*, permitiram a destruição de centenas de submarinos alemães, em qualquer ponto do Atlântico. Nesse aspecto, o grande ganho para os Aliados foi possibilitar a caça e o abate de submarinos numa região chamada de “lacuna do Meio-Atlântico” onde entre, 1939 e 1943, os U-boots germânicos outrora podiam atuar livremente, devido a ausência de cobertura aérea ocasionada pela falta de capacidade de autonomia dos aviões aliados. Um problema resolvido por aquela equipe de engenheiros aeronautas canadenses.

Ao uso de porta-aviões de escolta e de aviões de longo alcance somaram-se três novos tipos de armas. A primeira delas foi criada pelo tenente-coronel Stewart Blacker, membro do Departamento para o Desenvolvimento de Armas Diversas, e tratava-se do sistema *Hedgehog* (porco-espinho). A arma consistia de um morteiro múltiplo, de granadas de curta distância que, diferentemente das cargas de profundidade, era disparado por meio de uma fuzilaria de vinte e quatro granadeiros e explodia ao contato com o alvo. Essa peculiaridade aumentaria a chance do submarino ser atingido e, ao mesmo tempo, devido a diluição da força explosiva, não danificava a aparelhagem dos navios escoltas. Seu uso foi mortal para os alemães, visto que, até o fim da guerra, foi responsável pela destruição de 50 submarinos (KENNEDY, 2014).

O oficial britânico desenvolveu aquela arma como uma resposta a um problema enfrentado pelas embarcações de seu país, na travessia do Atlântico. Os comandantes dos comboios reclamavam que as cargas de profundidade, utilizadas pelos navios escolta, provocaram danos aos submarinos, contudo, as explosões produziam o efeito colateral de deixarem os sonares das escoltas inoperantes, por até quinze minutos.

A segunda arma foi construída por um ex-piloto da Primeira Guerra Mundial, o britânico Humphrey de Verd Leigh. Se tratava de um poderoso holofote que tinha a intensidade de 50 milhões de velas, e era colocado em um avião, como os *Sunderland*. O aparelho, batizado de *Leigh Light*, possibilitava visibilidade para que o piloto, assim que avistasse um submarino, disparasse suas bombas.

Essa arma foi muito usada pela Real Força Aérea no golfo de Biscaia, próximo ao litoral da França, porque era o local onde os submarinos alemães faziam sua recarga de bateria e eram abastecidos (alimentos, munições), por outros U-Boot vindos das bases construídas naquele litoral.

Nesse aspecto, os *Leigh Light* foram tão eficazes, em particular de noite, que muitos submarinos passaram a se reabastecer dentro das bases, evitando o alto mar. O que atrasava seu retorno ao teatro de operações (KENNEDY, 2014).

A última grande invenção aliada foi o radar centímetro. Sua criação foi fruto da cooperação entre cientistas americanos e britânicos, conduzida pelo físico inglês Mark Oliphant que, ao visitar os EUA, levou um protótipo de magnétron. O protótipo foi aprimorado pela equipe do Laboratório de Radiação, do Instituto de Tecnologia de Massachussets, em um radar miniaturizado, no formato de uma antena, e que poderia ser colocado em qualquer lugar de um navio escolta, de um avião e de um submarino. O radar era capaz:

... de captar os sinais de rádio de um submarino nas proximidades, trazendo a escolta (navio ou avião) para o flanco sob ameaça, deixando-a pronta para um contra-ataque, mas conseguia também apanhar as transmissões de rádio do submarino inimigo a quilômetros de distância, o que tornaria possível a mudança de rumo do comboio e/ou a solicitação de suporte naval e aéreo (KENNEDY, 2014. p. 89).

O radar era tão preciso que podia identificar o periscópio de um submarino à várias milhas de distância. Além disso, podia ser instalado em um navio escolta, em um avião ou em uma base terrestre. Sua utilização, na Batalha do Atlântico, permitiu o afundamento, por navios e aviões, de centenas de submarinos. Esse instrumento foi o invento mais importante na guerra antissubmarino. Literalmente, ele salvou a vida de centenas de milhares de tripulantes e permitiu o desembarque de milhões de toneladas de equipamentos na Europa.

O TRIUNFO DOS ALIADOS: A DERROTA DA ALEMANHA

De maneira inesperada, tanto para os comandos dos Aliados, como para o comando da Alemanha, a maré virou muito rápido na Batalha do Atlântico. Na realidade, entre os meses de março e junho de 1943, os Aliados saíram de uma situação altamente crítica, para impor sucessivas derrotas às forças de submarinos alemães. Tamanha façanha tomou de perplexidade até mesmo os três grandes almirantes envolvidos no conflito, à saber, o americano Ernest King, o britânico Max Horton e o alemão Karl Donitz.

Um dos fatores dessa transformação pode ser notado a partir da primavera de 1943, quando os comboios entre a costa leste norte-americana e as ilhas britânicas, passaram a ser escoltados por

porta-aviões como o *USS Bogue*, navios escoltas equipados com lançadores de granadas do sistema *Hedgehog*. Tudo com o apoio aéreo de aviões robustos, como o *B-24 Liberator*, equipados com radar centímetro e holofotes *Leigh Light*.

Esse novo aparato gerou uma história diferente na travessia feita entre Halifax e Clyde, em maio de 1943, pelo *Comboio SC 130*. Este era composto de 37 navios mercantes e 8 navios escoltas, formados pelos destroieres *HMS Vidette* e o *HMS Duncan* – onde estavam o comandante Peter Gretton e as corvetas *HMS Sunflower*, *HMS Snowflake*, *HMS Pink* e o *HMS Loosestrife*, o cúter *Sennen* e o porta-aviões *USS Bogue*.

Apesar do *SC 130* ter sido atacado por 33 submarinos alemães, o uso dos novos equipamentos (porta-aviões, radares, granadas, holofotes e aviões) operados por uma cadeia de comando eficiente possibilitou que aquele comboio chegasse ao seu destino sem sofrer nenhuma perda. Enquanto isso, as forças alemãs haviam perdido diversos submarinos (*U258*, *U273*, *U636*, *U731*, *U952* e *U954*). O ataque ao submarino *U954*, inclusive, resultou na morte de Peter Donitz, filho do almirante alemão Karl Donitz (KENNEDY, 2014. p.78-80).

Uma reviravolta tão intensa e profunda que, treze meses depois, os U-boots foram incapazes de causar qualquer dano ao desembarque anfíbio na Normandia, pelas forças aliadas, em 6 de junho de 1944.

CONCLUSÃO

Durante toda a Batalha do Atlântico houve perdas elevadas de pessoal, de navios mercantes, de navios de guerra e de submarinos, tanto por parte dos Aliados, como da parte das forças do Eixo. A título de exemplo, os britânicos perderam embarcações importantes, como o navio-aeródromo *HMS Ark Royal* e o cruzador de batalha *HMS Hood*, enquanto, do outro lado, a armada alemã teve afundados os encouraçados *Admiral Graf Spee* e o temido *Bismarck*.

O resultado daquela batalha, em números, mostra que os aliados perderam 30 mil homens, enquanto os alemães perderam 28 mil; além disso 3500 embarcações aliadas haviam sido afundadas, enquanto os alemães perderam 766 submarinos. Um ritmo que o Terceiro Reich não podia acompanhar e que decretou sua derrota nesse importante teatro de operações marítimo.

As razões da vitória dos Aliados e da derrota do Eixo são várias. A aliança EUA, Reino Unido e Canadá conseguiu melhorar, com rapidez, seu arsenal tecnológico naval e aéreo; manteve, mesmo

nos piores momentos, as rotas de suprimentos abertas; soube aproveitar o complexo industrial-militar dos estadunidenses na produção de navios escoltas, navios mercantes e aviões de longo alcance; por fim, manteve os nazistas isolados, do ponto de vista do comércio internacional, o que impediu um fluxo contínuo de matérias primas para a máquina de guerra germânica.

A Alemanha perdia capital humano sem a possibilidade de repor com a mesma qualidade. Um exemplo são as perdas de uma leva de excelentes capitães, como Engelbert Emdrass (*U-46*), Gunther Prien (*U-47*), Otto Kretschner (*U-99*), Joachim Schepeke (*U-100*) e Fritz Frauenhein (*U-101*). Enquanto isso, do lado dos Aliados, os britânicos conseguiram manter o fluxo de incorporações de oficiais de alto desempenho, por meio do alistamento de voluntários franceses, belgas, noruegueses e poloneses, suprimindo, até certo ponto, suas perdas.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Ricardo Pereira. *O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial*. In. Teixeira da Silva, Francisco Carlos; Schurster, Karl & Alves de Almeida, Francisco Eduardo. **Atlântico: A história de um oceano**. RJ: Civilização Brasileira. 2013. p. 393-432.
- CESAR, Willian Carmo. **Uma história das guerras navais: O desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo dos tempos**. RJ: Femar. 2013.
- KENNEDY, PAUL. **Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. SP: Companhia das Letras. 2014.
- MASON, David. **Submarinos alemães: a arma oculta**. RJ: Renes. 1974.
- MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial – História e estratégia**. SP: Contexto. 2010.
- PEILLARD, Leonce. **Batalha do Atlântico: O apogeu da Kriegsmarine**. Lisboa: Europa-América. 1989.
- PEDRO, Antônio. **A Segunda Guerra Mundial**. SP: Atual. 1994.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *A Batalha do Atlântico: A luta pelo domínio dos mares durante a Segunda Guerra Mundial*. In. Vidigal, Armando & Almeida, Francisco Eduardo Alves. **Guerra no Mar: Batalhas e campanhas navais que mudaram a História**. RJ: Record. 2009. p. 383-414.

Os submarinos do Eixo e a entrada do Brasil na Segunda da Guerra Mundial

Cesar Machado Domingues¹

RESUMO

Em meados de agosto de 1942, 06 navios mercantes nacionais foram torpedeados e afundados perto da costa brasileira, provocando mais de 600 mortes entre tripulantes e passageiros, incluindo mulheres e crianças. Vários fatores motivaram esses ataques, que, embora moralmente condenáveis, certamente não foram gratuitos. A análise desses fatores, que incluem a participação brasileira em operações bélicas enquanto país permanecia oficialmente neutro, é fundamental para a compreensão das motivações e do processo que levaram a suspensão das restrições do governo alemão ao ataque às embarcações brasileiras e, conseqüentemente, aos torpedeamentos de agosto, provocando grande reação popular e servindo de justificativa para a entrada formal do Brasil na Guerra.

Palavras-Chave: Segunda Guerra, Brasil, Submarinos, Atlântico Sul

ABSTRACT

In August 1942, 06 national merchant ships were torpedoed and sunk near the Brazilian coast, causing more than 600 deaths among crew members and passengers, including women and children. Several factors motivated these attacks, which, though morally reprehensible, were certainly not gratuitous. The analysis of these factors, which include Brazilian participation in war operations - while remaining officially neutral - is fundamental for understanding the motivations and process that led to the suspension of the German government's restrictions on the attack on Brazilian vessels provoking a great popular reaction and serving as justification for the formal entry of Brazil into the War.

Keywords: Second World War, Brazil, U-Boat, South Atlantic

¹ Professor de História na Universidade Estácio de Sá; Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e Editor da Revista Brasileira de História Militar. – RBHM.

DE 1939 A 1941: A “NEUTRALIDADE” BRASILEIRA.

Durante o período que se passou, desde a Invasão da Polônia em 1º de setembro de 1939, que marcou o início da Segunda Guerra Mundial, até a entrada oficial do Brasil na guerra em agosto de 1942, a política externa brasileira caracterizava-se pelo que foi chamado por Gambini de “*duplo jogo de Getúlio Vargas*”². Nesse período o governo brasileiro se relacionava de maneira ambígua e pragmática com os envolvidos no conflito, buscando tirar o melhor proveito da situação, em que pese às questões ideológicas e geopolíticas envolvidas, principalmente nas afinidades entre o Estado Novo e os regimes fascistas, por um lado e a influência norte-americana no continente americano, por outro.

Com a eclosão da guerra na Europa, foi convocada uma reunião de chanceleres, realizada no Panamá em setembro de 1939. Essa reunião produziu três documentos fundamentais: uma “Declaração Geral de Neutralidade”; a “Declaração do Panamá”, que institui uma “*zona de segurança continental*” marítima ao longo de suas costas atlânticas e uma declaração de princípios de solidariedade. Como afirma Ricardo Seitenfus, “não se trata de um pacto militar”, mas “apenas de uma declaração de princípios, pela qual os estados americanos evidenciam sua interdependência e se comprometem a utilizar todos os meios “*materiais e espirituais*” a fim de conservar e consolidar a paz no Novo Mundo.”³

A instituição de uma zona de segurança marítima, com 300 milhas de largura, objetivava permitir que os países americanos, neutros por princípio, mantivessem sua navegação marítima afastada das operações de guerra. Essa medida gerou descontentamento entre os beligerantes, embora os afetasse de maneira desigual, pois França e Inglaterra, possuindo possessões no continente poderiam justificar a presença de seus navios na “*zona de segurança*”, com a alegação de que faziam escala em seus territórios nacionais.

Por outro lado, para a Alemanha significava uma restrição às áreas de atuação de seus submarinos e corsários, além de permitir que seus inimigos ingleses pudessem concentrar suas forças navais numa superfície menos extensa e, conseqüentemente, mais fácil de patrulhar. De qualquer forma, somente os Estados Unidos tinha condições materiais de vigiar de maneira efetiva a zona de segurança instituída ao longo de sua costa atlântica e no Caribe. As nações sul-americanas, notadamente o Brasil, com seu imenso litoral, não dispunha de uma Marinha capaz de assegurar a

2 GAMBINI, Roberto, *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*, São Paulo: Editora Símbolo, 1977.

3 SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. São Paulo: Editora Manole, 2003. (p. 170)

manutenção dessa zona de exclusão e já em 1939 começam a ocorrer uma série de atos de guerra dentro dos limites dessa “Zona de Segurança”.

O mais grave deles, sem dúvida, é o caso do “encouraçado de bolso” alemão *Graf Spee*. Esse navio, que já vinha operando entre a África e a costa brasileira, desde outubro de 1939, onde afundou cinco cargueiros britânicos. Depois de um breve período de inatividade, voltou a atacar, afundando, entre os dias 02 e 07 de dezembro, mais três navios britânicos.

Já nessa ocasião, os ingleses empenhavam significativas forças na caça ao corsário alemão. No dia 13 de dezembro, três Cruzadores ingleses⁴ encontram e enfrentam o *Graf Spee* a 250 milhas do estuário do Rio da Prata, dentro da zona de segurança continental. No decorrer da batalha, o comandante alemão decidiu rumar para Montevidéu, onde poderia permanecer por 72 horas. Após esse período, tendo sua saída bloqueada por navios britânicos, e conforme ordens de Berlim que proibiam sua internação no Uruguai, o *Graf Spee* foi afundado ao largo de Montevidéu por sua própria tripulação, em 17 de dezembro de 1939.

Outro episódio, desta vez ocorrido ao largo da costa brasileira, é o do navio alemão *Wakama*, afundado após ter partido do Rio de Janeiro, quando tentava romper o bloqueio imposto pelos ingleses. A versão inglesa é de que o navio foi incendiado por sua própria tripulação, após intimação de rendição dada por um cruzador britânico. No entanto relatos de pescadores, contam que o cruzador teria aberto fogo contra o vapor alemão⁵.

Esses e outros episódios⁶ demonstram que, sem condições efetivas de assegurar a manutenção da zona de segurança, os países sul-americanos dependem da boa vontade dos países beligerantes em respeitar a neutralidade de suas águas, o que só foi obtido parcialmente, à conveniência desses beligerantes. Todavia, conforme afirma Seitenfus, o objetivo fundamental da Conferência do Panamá foi alcançado, ao conservar uma atitude comum de neutralidade diante da guerra⁷.

No âmbito comercial, até a eclosão da guerra na Europa, o Brasil era o grande parceiro da

4 Esses navios eram: o Exeter, o Ajax e o Aquilles, que compunham a Força G, sob o comando do Comodoro Harwood. BELOT, R de. A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Record, p.69.

5 CARVALHO, Maurício. *Wakama, Rompendo o Bloqueio*. In: Projeto Naufrágios do Brasil. Disponível em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/matwakama5.htm>

6 Dentre outros episódios, podemos citar: o arresto de passageiros de origem alemã, do navio de cabotagem brasileiro Taipé, em dezembro de 1940, próximo ao litoral norte-fluminense, por tripulantes de um cruzador inglês e apresamento, em janeiro de 1941, do navio francês Mendoza, por um cruzador inglês, enquanto navegava em águas territoriais brasileiras. GAMA, Arthur Oscar Saldanha. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora CAPEMI, 1982, p. 11

7 SEITENFUS. Op. Cit. p. 175.

Alemanha no continente sul americano, através do chamado “comércio compensado”⁸. No entanto, pode se considerar que o interesse alemão nas relações comerciais com o Brasil era de curto prazo, se levarmos em conta os planos expansionistas alemães para as regiões produtoras de matérias-primas do leste europeu.

Por outro lado, no campo político, segundo Frank McCann, as relações que haviam entrado “praticamente em colapso ao longo de 1938, devido às exigências irracionais do embaixador do Reich, Karl Ritter, para que o governo brasileiro permitisse ao Partido Nazista funcionar livremente no Brasil”⁹, melhoraram com a substituição deste diplomata por Kurt Max Prüfer, em junho de 1939. Mesmo antes, essa reaproximação já vinha sendo articulada, como demonstram o convite, aceito, por Góes Monteiro, para assistir manobras do Exército Alemão, o estabelecimento de uma comissão brasileira para compras de armas nas proximidades da fábrica Krupp¹⁰ em Essen e a visita de um grupo de oficiais aviadores a instalações da Luftwaffe¹¹.

O próprio Getúlio Vargas, numa demonstração clara de sua postura pragmática, enviou um de seus filhos para estudar medicina, durante seis meses na Universidade de Berlim, enquanto outro estudava engenharia química, na Universidade John Hopkins, sediada na cidade americana de Baltimore, Maryland.

Em síntese, como afirma Frank McCann, “se a luta americano-germânica pelo mercado brasileiro era ideológica, parece que a ideologia ali envolvida não era nem totalitarismo, nem democracia, mas “nacionalismo econômico”.¹²

Em que pese esse “nacionalismo econômico”, não se deve minimizar a influência norte-americana sobre as demais nações do continente, e a força do pan-americanismo¹³, que, desde o anúncio da Doutrina Monroe em 1823, vinha sendo difundido e estimulado pelos Estados Unidos e refletia-se nas deliberações das várias Conferências Pan-Americanas realizadas desde 1889¹⁴.

8 Comércio Compensado era o sistema no qual, a venda de matérias-primas para a Alemanha ensejaria o depósito de Marcos de Compensação (Marcos Aski) num banco do País exportador. Esses Marcos somente poderiam ser utilizados para adquirir produtos alemães. ALVES, Vagner C. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Loyola, 2002, p. 50.
9 McCANN, Frank D. Aliança Brasil Estados Unidos (1937 – 1945). Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, p.148.

10 Fábrica de armamentos alemã, de quem o Brasil adquiriu diversos equipamentos, muitos deles posteriormente retidos pelos britânicos e só liberados após difíceis negociações.

11 Luftwaffe, Força Aérea Alemã.

12 McCANN, Op. Cit., p.126

13 O termo usado pela primeira vez em 1882 num editorial do jornal New York Evening Post, pertinente a uma teoria que afirma constituírem as nações do Novo Mundo uma só comunidade, a despeito de suas diferentes raízes culturais. AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. Dicionário de Nomes Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999, p. 343 – 344.

14 Foram dez conferências Pan-Americanas realizadas entre 1889 e 1954, até a criação do OEA. Essas conferências tinham como objetivo fundamental regular as relações, a associação e a cooperação entre as diversas nações do continente em diversos âmbitos de interesse comum, incluindo a defesa.

Dessas conferências, cabe destacar aqui a realizada em Lima no ano de 1938 quando foi aprovado um sistema de consultas entre todas as nações do hemisfério, orientando a tomada de decisões conjuntas no caso de qualquer crise internacional. Foi baseada nesse sistema que se realizaria, em 1942, a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, onde foi decidido o rompimento das relações entre o Brasil e as nações do Eixo.

Assim sendo, é lícito considerar que seria uma tendência previsível um alinhamento entre Brasil e Estados Unidos da América, mesmo sob uma posição de neutralidade face ao conflito, inicialmente europeu. Da mesma forma, com a entrada oficial dos EUA na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbour em dezembro de 1941, esse alinhamento seria cada vez mais notável e efetivo.

Esse alinhamento seria baseado em algumas premissas, dentre as quais se destacam o fornecimento de matérias primas brasileiras de suma importância para o esforço de guerra aliado e a cessão de bases no saliente nordestino para os norte-americanos, recebendo como contrapartida o apoio financeiro e material dos Estados Unidos para a construção de uma siderúrgica no Brasil e para a modernização das Forças Armadas Nacionais.

Dentre esses produtos, podemos destacar a borracha, que se tornou mais escassa após as conquistas japonesas na Ásia, ensejando a chamada “batalha da borracha”, um projeto que, se valendo de financiamento norte-americano, procurou estimular sua produção no Brasil enviando milhares de trabalhadores do nordeste para Acre.¹⁵ Além da borracha, desde o início de 1941, outros materiais básicos, incluindo: bauxita, manganês e mica, tinham sua produção integralmente adquirida pelos Estados Unidos.

Quanto à ocupação das bases no Nordeste, desde antes da eclosão da guerra, os norte-americanos, cientes da importância estratégica do saliente nordestino, mais próximo da costa africana que quaisquer das ilhas antilhanas, estimularam a construção de pistas de pouso, pela Panair, subsidiária nacional da Pan American Airways¹⁶. A Panair do Brasil foi autorizada, pelo decreto nº 3.462 de 25 de julho de 1941, a “construir, melhorar e aparelhar os aeroportos de Amapá; Belém; São Luiz; Fortaleza; Natal; Recife; Maceió e Salvador, com o fim de permitir sua utilização por

15 Sobre a Batalha da Borracha, considero relevante o livro: MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: Editora da UFAC, 2004.

16 “A Panair foi autorizada a realizar, por sua conta, obras para construir ou melhorar os aeroportos de Amapá; Belém; São Luiz; Fortaleza; Natal; Recife; Maceió e Salvador”. uma série de campos de pouso, ligando a América do Norte ao Nordeste do Brasil

aeronaves de grande porte”¹⁷. Essas pistas seriam utilizadas posteriormente, tanto no transporte de suprimento para os aliados, quanto em operações militares realizadas pelas forças armadas brasileiras e norte-americanas.

Um exemplo desse uso posterior é comprovado por uma carta, datada de 03 de janeiro de 1942, escrita por Salvador Borborema, então Chefe de Polícia do Pará, recebida e encaminhada por Filinto Muller a Benjamin Vargas¹⁸, sobre movimento de navios e aviões estrangeiros no Norte do Brasil.

(...) Sob o rótulo “Panair”, por aqui transitam, diariamente, aviões de bombardeio americano, conduzindo tropa americana e material de guerra, os quais chegam, de preferência, à noite e saem também à noite, sem que nenhuma autoridade tenha deles notícia, antes ou depois, e qualquer pedido de informação é negado por quem devia saber e informar. O campo de aviação da “Panair”, que também serve a aviões da Aeronáutica, está sendo policiado por tropa americana em número de 50 soldados, que se apresentam fardados, nas horas de folga, pelas ruas da cidade e muitos deles se hospedam no Grande Hotel e Central Hotel.¹⁹

Conforme afirma Frank McCann, “Embora os dirigentes brasileiros não permitissem que grandes efetivos de unidades americanas guarnecessem a região, cooperaram na eliminação das linhas aéreas do Eixo²⁰ e na construção de aeródromos. Esses programas foram projetados separadamente, mas estavam intimamente conectados com a defesa continental e, posteriormente, com o prosseguimento da guerra.”²¹ Inclui-se nesse processo de “desgermanização” a dispensa do pessoal alemão que trabalhava nas companhias nacionais e redução gradual da influência da Lufthansa, que permitiria que a Condor fosse totalmente nacionalizada, mudando seu nome para Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul.

Cabe ainda ressaltar que era evidente a incapacidade brasileira de defender a região, virtualmente ameaçada após a derrota francesa em 1940²², principalmente porque, além de

17 LAVANIÉRE-WANDERLEY. Nelson F.. História da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975, p.228.

18 Filinto Müller era Chefe de Polícia do Distrito Federal e Benjamin Vargas era Irmão e Chefe da Guarda Pessoal de Getulio Vargas.

19 Bilhete de Filinto Muller a Benjamim Vargas. Arquivo Getulio Vargas. CPDOC. Classificação GV confid 1942.01.06 – microfilmagem: rolo 19, fot. 0200 - 0922. Disponível na base de dados acesso do CPDOC.

20 Essas companhias eram as alemãs Lufthansa e a Condor, esta última subsidiária da primeira e mais antiga empresa aérea em operação no Brasil, e a Italiana Latti (Linea Aere Transcontinentali). Além disso, as companhias nacionais Varig e Vasp, também possuíam “fortes vínculos” com a Lufthansa. MCCANN. Op. Cit. p. 177.

21 MCCANN, Op. Cit. p.176

22 Após a rendição francesa, o governo estabelecido em Vichy, iniciou um período de colaboração com a Alemanha e a utilização pelos nazistas das bases francesas na África Ocidental parecia então uma ameaça bastante real, principalmente após os sucessos do Afrika Korps alemão no norte da África.

obsoletas, as Forças Armadas brasileiras concentravam suas principais unidades terrestres na região sul e sudeste, para fazer frente a seu principal adversário regional: a Argentina.

Uma divergência fundamental dificultava as negociações para a defesa do nordeste, pois enquanto os norte-americanos desejavam enviar suas próprias tropas para ocupar e defender a região, o governo brasileiro pretendia que os americanos fornecessem o material bélico que permitissem equipar suas próprias forças para defender o território nacional. Ainda de acordo com McCann, “de 1939 a 1942, o problema básico das relações militares Brasil - Estados Unidos era o processo de conduzir a defesa terrestre no Saliente Brasileiro”²³

Apesar dessa divergência, gradualmente foram sendo feitas importantes concessões, notadamente após a criação, em outubro de 1940, da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, com objetivo de implementar medidas comuns de defesa. Daí em diante, outros acordos foram firmados. Um deles, assinado em janeiro de 1941, previa a instalação de duas missões militares norte-americanas no Rio de Janeiro, uma para o exército outra para aviação.

Em abril de 1941, a Marinha americana obteve facilidades para suas operações ao largo da costa brasileira e o mais importante deles, assinado em julho deste ano, autorizava a utilização de bases aéreas e navais no Nordeste. Em contrapartida, o Brasil, por um acordo firmado em outubro do mesmo ano, receberia um empréstimo de US\$ 200 milhões, subsidiados, para compra de material bélico ao longo de cinco anos, baseado na Lei de Empréstimos e Arrendamentos²⁴.

Ao final da década de 1930 a Marinha do Brasil, nas palavras de Saldanha da Gama, encontrava-se “inteiramente despreparada para a luta que se aproximava”²⁵. Os navios que compunham a esquadra eram basicamente os mesmos desde a Primeira Guerra Mundial, sendo o único acréscimo significativo a entrada em operação de 03 submarinos novos adquiridos da Itália em 1937²⁶ que se juntaram ao *Humaitá*, adquirido em 1927. Esses submarinos seriam usados, ao longo da guerra, apenas para treinamento para luta anti-submarino. Outro acréscimo, certamente mais significativo, teriam sido os seis contratorpedeiros da classe “Hero”, encomendados na Inglaterra em 1936, mas que foram requisitados pelo almirantado britânico antes de terem sido entregues, devido

23 MCCANN, Op. Cit., p.115.

24 Lend Lease Act, aprovada pelo Congresso Americano que conferia ao presidente dos EUA, poderes para vender, transferir, trocar, arrendar e emprestar armamentos e equipamentos a qualquer país aliado.

25 GAMA, Arthur Oscar Saldanha. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora CAPEMI, 1982, p. 13.

26 Esses submarinos da classe Perla, batizados como Tupy, Timbira e Tamoio, deslocavam 853 toneladas, mediam 60,18 metros de comprimento e eram considerados “submarinos costeiros” devido ao seu reduzido raio de ação. (2.150 milhas náuticas a 8.5 nós, na superfície ou 72 milhas a 4 nós, submerso). Site UboatNet. <http://www.uboot.net/index.html>. Acessos entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011

ao início da guerra.

Assim sendo a Marinha, ao iniciar a guerra, tinha como seus principais navios: os dois velhos encouraçados de 1909 (*Minas Gerais* e *S. Paulo*), reformados nos EUA, recebendo inclusive baterias antiaéreas; dois Cruzadores da mesma época (*Bahia* e *Rio Grande do Sul*) também adaptados para queimar óleo entre 1925 e 1926; seis contratorpedeiros de 560 toneladas, construídos em 1908, e um único contratorpedeiro de 934 toneladas, movido á óleo: o *Maranhão*, fabricado na Inglaterra em 1912 e veterano da Batalha da Jutlândia²⁷. Havia ainda, além dos 04 submarinos já citados, dois navios-oficina; dois navios-tanque; quatro rebocadores; dez navios mineiros/varredores, além de navios hidrográficos e das flotilhas fluviais²⁸. Seria com esses navios que o Brasil entraria na Guerra. Somente após 1942 seriam incorporadas novas unidades recebidas dos Estados Unidos, além da adaptação de diversas outras unidades nacionais, e mesmo das já citadas, para a luta anti-submarina, como no caso dos cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, que receberam calhas para lançamento de cargas de profundidade.

Desde abril de 1941, também operava no atlântico sul a Força Tarefa 3 – uma divisão da Marinha Norte-Americana – que tinha como missão patrulhar uma área triangular que tinha como vértices Trinidad, no Caribe, a Ilha de Cabo Verde e o Saliente Nordeste. Essa força composta de quatro cruzadores e cinco destróieres – sob o comando do Contra-Almirante Jonas H. Ingram – estava baseada em Porto Rico, mas utilizava-se dos portos brasileiros de Salvador e, principalmente do Recife, como pontos de escala e aprovisionamento, conforme acordo firmado com o Governo Brasileiro. Esse acordo previa não só o uso dos portos para repouso, substituições e manutenção da força norte-americana em operação no Atlântico Sul, mas também o uso dos campos de aviação de Natal e Maceió para aeronaves dos Estados Unidos.²⁹

Foi ainda em 1941, no dia 22 de março, que se registrou o primeiro ataque direto a um navio brasileiro por parte dos alemães. Nessa ocasião o cargueiro *Taubaté*, navegando no mediterrâneo, próximo a costa egípcia, foi metralhado por um avião da Luftwaffe. O navio não foi afundado, mas no ataque, um tripulante morreu e outros ficaram feridos. Diante dos protestos brasileiros, o governo alemão prometeu uma reparação, que nunca teria sido apresentada.

27 Batalha da Jutlândia, mais importante combate da naval da Primeira Guerra Mundial, ocorrido nas águas do Atlântico Norte, entre maio e junho de 1916. Para mais informações ver: VIDIGAL, A. A Batalha da Jutlândia. In: VIDIGAL A e DE ALMEIDA F. E. A. Guerra no Mar, Batalhas e Campanhas Navais que mudaram a História. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

28 MINISTÉRIO DA MARINHA. História Naval Brasileira, Quinto Volume, Tomo II. Rio de Janeiro, SDGM, 1985, p. 107 e 108.

29 DUARTE, Paulo de Q. Dias de Guerra no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Editora, Bibliex, 1968, p. 74.

A campanha dos submarinos alemães iniciou-se ainda em 1939, marcada pelo afundamento, em 03 de setembro, de um grande navio de passageiros – o *Athenia*³⁰ – e continuaria por toda a guerra, sendo que apenas neste ano seriam afundados mais de 110 navios aliados e neutros, totalizando mais de 400 mil toneladas, nem todos por submarinos³¹.

No início do conflito, havia poucos submarinos em operação e os alemães ainda acreditavam no poder dos magníficos navios de sua frota de superfície, entre eles o *Graf Spee* e o *Bismarck*. No entanto o afundamento dessas duas belonaves, o primeiro, na foz do Rio da Prata em dezembro de 1939, e o segundo, em maio de 1941, na águas do Atlântico Norte, contribuiu para que os alemães priorizassem o desenvolvimento, a produção e o uso dos submarinos.

Desde o início da guerra, enquanto o número de submarinos crescia, os comboios aliados continuavam com uma carência de navios de escolta e, após a queda da França, com o estabelecimento de bases alemãs em diversos portos da costa atlântica francesa, essa ameaça tornou-se ainda maior. A partir de então os submarinos alemães podiam operar num alcance maior que os destróieres de escolta e atacar navios praticamente indefesos. Em outubro de 1940, mesmo após o recebimento de 50 antigos contratorpedeiros norte-americanos, os aliados lamentaram a perda de 350 mil toneladas em navios afundados, até então, a maior num único mês.

No Atlântico, os submarinos alemães continuariam afundando centenas de milhares de toneladas em navios, reduzindo de maneira dramática o envio de suprimentos e materiais a Inglaterra, representando o que o próprio Churchill reconhecia como a mais grave ameaça a capacidade de resistência da Grã Bretanha.

Ao final de 1940, os estaleiros britânicos conseguiam repor apenas 1.250.000 toneladas anuais; paralelamente, as perdas provocadas pelos alemães alcançaram, entre maio e dezembro desse mesmo ano, uma tonelagem superior a 3.100.000 toneladas, entre barcos britânicos, aliados e neutros³². Para compensar esse déficit e manter uma frota capaz de assegurar o abastecimento

30 O *Athenia* era um navio de passageiros e foi posto a pique em 04 de setembro de 1939, pelo submarino U-30, supostamente confundido com um cruzador, conforme relatório do comandante alemão que ordenou o ataque e que se tornaria famoso: Fritz Julius Lemp. DÖNITZ, Karl. *Diez Años y Veinte Días. Memórias del Hombre que sucedió a Hitler como Jefe del III Reich*. Madrid: La Esfera de los Libros. 2005, p. 97.

31 Além dos submarinos, os alemães utilizavam aviões e, principalmente, navios de superfície para atacar e apresiar cargueiros. Um caso interessante é o do corsário *Atlantis*, um navio mercante convertido que podia ser pintado com cores de outros navios, receber chaminés falsas, e muitos outros itens de camuflagem. O *Atlantis* era equipado com canhões e tubos lança-torpedos, tendo afundado ou capturado mais de 20 navios, totalizando quase 150 mil toneladas, antes de ser afundado, em novembro de 1941, pelo cruzador inglês *Devonshire*. SEGONZAC, Alain Dunoyer de. *Vida, Morte e Ressurreição do corsário Atlantis. História Viva*. Rio de Janeiro: Editorial Duetto, 2007 (nº 45) p. 76 - 82

32 Cálculos elaborados pelo autor a partir de dados fornecidos por DÖNITZ. Op. Cit., BELOT. Op. Cit. MASON, David. *Submarinos Alemães, a arma oculta*, Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1975 e pelo site UboatNet. <http://www.uboa.net/index.html>.

necessário de suprimentos e equipamentos a Grã Bretanha dependia da produção dos estaleiros norte-americanos.

A partir de 1941, uma nova tática, conhecida como “tática dos lobos”³³, atribuída ao comandante da Força de Submarinos Alemã – Karl Dönitz – obteve efeitos devastadores sobre os comboios aliados. Essa tática consistia no envio de unidades isoladas em patrulha de localização dos comboios. Ao encontrar, o submarino chamava os outros da “matilha” pelo rádio que, depois de reunidos, realizavam ataques noturnos na superfície. Esses submarinos perseguiram o comboio e voltavam a atacar na noite seguinte.

O uso dessa tática trouxe, já no mês de março de 1941, um novo recorde para os alemães, totalizando mais de 500 mil toneladas em navios afundados. Felizmente para os aliados, os alemães não dispunham de submarinos suficientes para tornar totalmente efetivo o bloqueio. Além disso, ainda em 1941, juntamente com a assinatura da “Lei de Empréstimos e Arrendamentos”, os Estados Unidos ampliaram a “zona de segurança” na sua costa atlântica, reduzindo a área de atuação dos submarinos alemães. No entanto, os novos submarinos alemães, produzidos com uma nova tecnologia que substituía os rebites pela solda sob pressão, tornaram-se mais resistentes às cargas de profundidade. Posteriormente, também o desenvolvimento de um novo sistema de ventilação, o snorkel, permitiria que um submarino recarregasse suas baterias mesmo estando submerso.

Cabe aqui esclarecer que um submarino dispunha de dois sistemas de propulsão, um a diesel e outro à eletricidade, obtida através de baterias. A navegação submersa, antes da invenção do snorkel, só era possível através das baterias, pois os gases oriundos do funcionamento dos motores diesel intoxicariam a tripulação. Isso também explica porque a velocidade de um submarino na superfície era tão maior do que submerso. Sem esquecer que a propulsão a bateria gerava um índice de ruído muito menor, dificultando a localização dos submarinos quando submersos.

A ampliação da zona de segurança contribuiu para a redução da tonelagem afundada no segundo semestre de 1941, principalmente devido a ordens explícitas dadas aos comandantes de submarinos alemães para que evitassem “ao máximo quaisquer incidentes que pudessem levar ao início de hostilidades com um novo e poderoso adversário”³⁴. Entretanto com a entrada dos Estados Unidos na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbour, quase imediatamente seguido da declaração de guerra feita pela Alemanha, ampliaria novamente a área de operação dos submarinos

33 Tradução livre do original alemão: *Rudeltaktik*.

34 MASON, Op. Cit., p. 64.

de Dönitz, que se estenderia ao longo de 1942, até as águas do Atlântico Sul.

DE JANEIRO A AGOSTO DE 1942: HOSTILIDADE E BELIGERÂNCIA

No início de 1942 a Guerra, antes restrita a Europa³⁵, havia se tornado efetivamente Mundial, após o ataque japonês a base americana de Pearl Harbour e o avanço nipônico sobre possessões britânicas e norte-americanas na Ásia. Apesar do ataque alemão na Rússia ter sido sustado nas portas de Moscou, os nazistas haviam estabilizado a frente e logo retomariam a ofensiva, obtendo novas vitórias que os levariam às limites na Ásia, nas margens do rio Volga em Stalingrado. Da mesma forma, ainda faltavam vários meses para que o general Rommel, fosse repellido em El Alamein e que o Japão sofresse sua primeira e decisiva derrota em Midway, sendo obrigado a passar à defensiva.

Em 09 de dezembro de 1941, Dois dias antes da declaração formal de guerra da Alemanha contra os Estados Unidos, o BdU³⁶ recebeu um comunicado da *Kriegsmarine*³⁷ informando que Hitler havia levantado todas as restrições para a guerra submarina quanto aos barcos norte-americanos e também, quanto a Zona de Segurança Pan-Americana.³⁸ Iniciava-se a Operação “*Paukenschlag*”³⁹, com objetivo de atacar os navios na costa americana. Os cinco submarinos enviados obtiveram resultados impressionantes, apenas 03 deles afundaram 17 navios, totalizando 134 mil toneladas.⁴⁰

Os resultados no Atlântico não tardaram a se tornar novamente expressivos. Até o final de janeiro, 62 navios foram afundados, a maioria ao largo da costa ocidental americana, num total estimado de 327 mil toneladas. Nos meses seguintes, as mais de 500.000 toneladas postas a pique em fevereiro de 1942, e 700.000 em junho, refletiam o sucesso dessa nova ofensiva.

Após o ataque japonês a base norte-americana de Pearl Harbour, e a conseqüente entrada oficial dos Estados Unidos na Guerra, foi convocada a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se realizou no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942. A intenção norte-americana era obter a aprovação de uma resolução que determinasse o rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais de todos os países

35 Apesar do avanço japonês na China continental desde 1937, que antecede inclusive a invasão da Polônia pelos alemães em 1939, considera-se que, até então, este era um conflito paralelo ao conflito europeu.

36 BdU - Befehlshaber der U-Boote. Comandante dos Submarinos, cargo exercido por Karl Dönitz.

37 Marinha de Guerra Alemã.

38 DÖNITZ, Karl. Diez Años y Veinte Días. Memórias del Hombre que sucedió a Hitler como Jefe del III Reich. Madrid: La Esfera de los Libros. 2005. P. 313 e 314

39 Rufar de tambores em Alemão.

40 O U-130 do Tenente-Comandante Kals afundou quatro navios (31 mil toneladas); o U 66, do tenente- Comandante Zapp, cinco navios (50.000 toneladas) e o U 123, do tenente-Comandante Hardegen, que pôs a pique oito navios (53 mil toneladas). MASON. Op. Cit., p. 68

americanos com o Eixo.

Nos primeiros dias de janeiro de 1942, havia indícios que a diplomacia alemã acreditava na manutenção da neutralidade brasileira. Essa crença baseava-se em declarações como a de Luís Vergara, secretário pessoal de Getúlio Vargas, dada ao embaixador Prüfer dizendo que mesmo no caso de uma declaração de guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha, o Brasil não tomaria posição.⁴¹ O próprio Oswaldo Aranha teria declarado ao embaixador Ugo Sola que o governo brasileiro não estaria disposto a *“romper relações diplomáticas com Roma, em virtude da boa vontade italiana e da contribuição de sua colônia para o desenvolvimento do Brasil”*⁴².

No entanto, nos primeiros dias da conferência, os representantes diplomáticos de Alemanha, Itália e Japão, convencidos que, atendendo as demandas norte-americanas, o Brasil poderia romper suas relações diplomáticas e comerciais com seus respectivos países, se empenham em *“pressionar o governo do Brasil com a finalidade de mantê-lo neutro e impedi-lo de romper relações diplomáticas com o Eixo”*⁴³. No entanto, enfrentaram a oposição intransigente do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, que, inclusive, presidiria a Reunião de Chanceleres.

Logo após o início da Reunião, entre os dias 16 e 17 de janeiro, um comunicado conjunto das nações do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – é entregue ao Palácio do Itamaraty, individualmente, por cada dos seus embaixadores. O documento escrito pelo embaixador alemão Kurt Prüfer, é claro e objetivo, dizendo textualmente:

A ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva [entre os dois países] os quais nenhuma divergência de interesse separa [e, portanto] carece em absoluto de sentido.⁴⁴

As cartas dos outros dois embaixadores também traziam argumentos e ameaças semelhantes. Por sua vez, o adido militar na Embaixada Brasileira em Berlim, Tenente Coronel Henrique Ricardo Holl, já havia alertado ao General Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército, sobre os riscos envolvidos no rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. O Radiograma dizia o seguinte:

Consta fonte segura resposta ruptura será guerra afim dispersar frota americana proteção navios. Convém preparar-se essa eventualidade. Recordo Oficiais ESSEN face essa hipótese.

41 **Carta do embaixador Prüfer a Wilhelmstrasse de 09 de dezembro de 1941.** Arquivo Histórico do Ministério das Relações Internacionais da Alemanha. Dossiê n. 6. Doc. n. 2451. Apud. SEITENFUS, Op. Cit. P. 261

42 Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália. Dossiê n. 25 doc. n. 1/762/423 de 12 de dezembro de 1941. Apud. SEITENFUS, Op. Cit. P. 262.

43 CERVO, A. Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 2002. P. 262.

44 **Carta pessoal do Embaixador Alemão Kurt Prüfer,** entregue ao Itamarati. Transcrita no Relatório Anual ao Presidente da República (RAPR) elaborado pelo Itamarati. P. 119 – 121. Apud. SEITENFUS, Op. Cit. P. 267.

(A.) ten. Cel. Holl.⁴⁵

Quase imediatamente após o recebimento das cartas dos embaixadores do Eixo, o Itamarati torna público o seu teor e, em sua resposta, Oswaldo Aranha diz textualmente: “o Brasil sempre manteve no conflito europeu uma neutralidade tida como exemplar”, afirmando, no entanto, que “a agressão do Japão a um país do continente americano, seguida da declaração de guerra da Alemanha e da Itália, nos impõe um rumo diferente, que o superior interesse continental indicará.”⁴⁶

Durante a Reunião, Oswaldo Aranha – Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que pode ser considerado o grande artífice do alinhamento entre o Brasil e Estados Unidos, fez diversos pronunciamentos pelas democracias, condenando as agressões e o totalitarismo, exortando as nações do continente a romper suas relações diplomáticas com os países do Eixo. No entanto, frente à recusa de Argentina e Chile em ratificar essa posição, a resolução aprovada apenas recomendava o rompimento dessas relações. Mesmo assim, o Governo Brasileiro, na figura de seu presidente Getúlio Vargas, tendo conseguido firmar com os Estados Unidos o compromisso de reequipar suas Forças Armadas e de apoiar a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, anunciou o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, no último dia da conferência, 28 de janeiro de 1942.

Em 1941, o Nordeste do Brasil havia se tornado uma escala importante para as rotas aéreas que atravessavam o oceano Atlântico rumo à África, inclusive de aeronaves novas, produzidas nos Estados Unidos e destinadas à Inglaterra. Segundo Vagner Camilo Alves, “mais de 25.000 aviões passaram por bases no Brasil, antes de chegar aos seus destinatários na África, Europa e Extremo Oriente”⁴⁷. De fato, havia uma crescente presença norte-americana nas bases aéreas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e, principalmente, em Natal. Além disso, os portos de Recife e Salvador representavam pontos de apoio importantes para a U.S. Navy⁴⁸.

Ainda em dezembro de 1941, após a entrada oficial dos EUA na guerra, uma parte do esquadrão naval VP-52, formado por hidroaviões Catalinas, destinados a patrulhas anti-submarino e apoiados por dois navios-oficina (*USS Greene* e *USS Thrush*), passam a operar a partir de Natal. Também a *Força-Tarefa 3*, do Almirante Ingram, que já se utilizava de bases nordestinas para

45 Radiograma Henrique Ricardo Holl a Góes Monteiro. Janeiro 1941. Arquivo Getulio Vargas. CPDOC. Classificação GV c 1942.01.00/3 – microfilmagem: rolo 7, fot. 0102. Disponível na base de dados acessus do CPDOC.

46 Carta resposta de Oswaldo Aranha aos três embaixadores. Transcrita no Relatório Anual ao Presidente da República (RAPR) elaborado pelo Itamarati (p. 122 – 123). Apud. SEITENFUS, Op. Cit., p. 269.

47 ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC/Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 98.

48 Marinha Norte-Americana.

suprimento e reparos, passou a ficar baseada permanentemente no Brasil, de onde partia em busca de submarinos e navios mercantes que tentavam romper o bloqueio imposto ao Eixo.

Se desde então, apesar de oficialmente neutro, o Brasil já havia adotado medidas claramente favoráveis aos Aliados, que incluíram a utilização de bases aéreas e navais no Nordeste para operações de patrulha de unidades norte-americanas, com o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, essa postura tornou-se ainda menos “neutra”.

Essa alegada neutralidade do governo brasileiro era bastante questionável, pois as concessões feitas aos Estados Unidos contrariavam claramente o próprio decreto-lei 2986, de 27 de janeiro de 1941, que trazia textualmente em seu artigo 1º:

O Brasil impedirá, por todos os meios de que disponha, que seus portos, fundeadouros ou águas jurisdicionais sejam utilizados como base de operações bélicas, com violação das regras do direito internacional, e, com tal fim, vigiará as operações dos navios mercantes, tanto de bandeira beligerante, quanto neutra, a fim de impedir que se utilizem os mesmos portos, fundeadouros ou águas jurisdicionais como base de onde possam prestar assistência aos beligerantes ⁴⁹

Se essa contradição já era notável antes da entrada oficial dos norte-americanos na guerra, devido ao apoio que estes forneciam aos britânicos, tornou-se explícita após os Estados Unidos assumirem formalmente o status de beligerante. Naturalmente a Alemanha protestou contra essas violações da neutralidade brasileira, mas esses protestos não resultaram em nenhuma alteração na postura pró-Aliados, adotada pelo governo de Getúlio Vargas, que, por outro lado, permanecia declarada e formalmente neutro.

Em primeiro de janeiro de 1942, Dönitz dispunha de 91 submarinos. Destes 23 estavam em operação no Mediterrâneo e mais três rumavam para lá.⁵⁰ Outras seis Unidades operavam a oeste de Gibraltar e quatro na costa da Noruega. Dos 55 submarinos restantes, 60% encontravam-se nos portos para reparos. Assim sendo restavam apenas 22 submarinos para as operações no Atlântico, dos quais metade na viagem de ida ou volta ao teatro de operações⁵¹. A grande tonelagem posta a pique por essas poucas unidades criou no senso comum a impressão de que eram muito mais numerosas que na realidade. Apesar do número restrito de submarinos, a ameaça de retaliação

49 Trecho integral do referido decreto, publicado em: MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit.. P. 264 e 265

50 Cabe aqui ressaltar que no início de 1942, a Campanha Alemã no Norte da África estava em pleno desenvolvimento e Rommel, embora forçado a recuar para a Líbia, logo retomaria a ofensiva.

51 Dönitz. Op. Cit., p. 316

contida na carta entregue pelo embaixador alemão mostraria não ser vã. Apenas os navios de bandeira chilena e argentina permaneciam como exceção à ordem de bloqueio dada aos U-boots alemães e já, em fevereiro de 1942, o Brasil contabilizaria três navios perdidos.

Um deles foi o *Cabedelo*, um cargueiro de 111 metros de comprimento e 54 tripulantes, desaparecido após ter zarpado da Filadélfia em 14 de fevereiro. Embora alguns pesquisadores⁵² atribuam seu afundamento ao submarino italiano *Leonardo Da Vinci*, não existe registro conhecido seja nos arquivos italianos, ou nos alemães, que comprovem seu torpedeamento.

Em 16 de fevereiro registra-se, provavelmente⁵³, o primeiro torpedeamento de um navio brasileiro – O *Buarque* – realizado pelo submarino alemão *U-432*, comandado pelo Capitão-tenente Heinz-Otto Schultze. Após o primeiro torpedo ter atingido o navio, o comandante alemão esperou que os botes de salvamento se afastassem, antes de lançar o segundo torpedo. Com isso, a única morte registrada é de um passageiro vitimado por um ataque cardíaco. O cargueiro *Olinda*, que rumava para Nova Iorque, também foi afundado pelo *U-432*, após ter sido abordado pela tripulação do submarino, que examinou e fotografou os papéis a bordo, antes de ordenar o abandono do navio, que foi afundado a tiros de canhão. Esse último ataque, após o exame dos documentos a bordo, indica que os navios brasileiros haviam se tornado alvos liberados para os submarinos do eixo.

O fato dessas embarcações ainda navegarem completamente iluminadas e com a bandeira brasileira pintada em ambos os lados, de acordo com convenções internacionais para navios de países neutros, indicam um possível erro de avaliação do governo brasileiro quanto à reação alemã em face da intenção do País em manter seu comércio exterior com os EUA. Ao se abster de medidas defensivas, os brasileiros pareciam ingenuamente ignorar o real significado do rompimento das relações diplomáticas com o eixo, ainda mais se consideramos as ameaças feitas anteriormente pelo embaixador Kurt Prüfer no Rio de Janeiro e o anunciado bloqueio nazista aos navios, mesmo de países neutros, que se dirigissem aos portos norte-americanos, exceto aqueles das nações amigas do Eixo, entre as quais o Brasil obviamente não mais se encontrava.

Além disso, uma correspondência enviada por Oswaldo Aranha ao embaixador brasileiro em Washington, logo após o afundamento do *Olinda* e do *Buarque*, aponta para uma falsa expectativa de segurança para as condições de navegação nas proximidades da costa norte-americana. O

52 Professor Alberto Santoni e Dr. Jürgen Rohwer, citados em GAMA. Op. Cit., p. 261.

53 Provavelmente, pois existe a possibilidade não comprovada do navio *Cabedelo*, desaparecido após deixar o porto em 14 de fevereiro, ter sido torpedeado.

telegrama, datado de 20 de fevereiro, diz o seguinte:

O afundamento do Olinda, logo após o do Buarque, nas condições em que ambos foram feitos, causaram aqui a pior impressão, pois mostra que a costa norte-americana está à mercê da Marinha do Eixo, sem a proteção necessária a navegação brasileira.⁵⁴

De qualquer forma, esses primeiros afundamentos são seguidos de um protesto formal do Brasil, encaminhado a Alemanha através do governo de Portugal, que havia se encarregado de tratar dos assuntos brasileiros junto ao III Reich, exigindo reparação pelos ataques aos mercantes de bandeira brasileira. Posteriormente, na ausência de uma resposta alemã, é editado no dia 11 de março de 1942, um decreto-lei determinando textualmente que:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália⁵⁵.

Além dessa retaliação, após esses primeiros ataques, Osvaldo Aranha enviou, em 17 de março, um telegrama ao embaixador Carlos Martins, solicitando que os navios brasileiros fossem comboiados e artilhados, “fornecendo [o] Governo americano canhões e guarnições, artilheiros (sic) (...)”⁵⁶ Pouco tempo depois, em 21 de abril de 1942, O adido naval informava ao Ministro da Marinha que já havia tomado providências para armar cinco navios mercantes, além da implantação de outras medidas de defesa e de acomodações para a guarnição do canhão. Segundo o documento, A Marinha norte-americana iria “fornecer uma guarnição de quatro homens para cada navio, que irá embarcada até o litoral do Brasil, não só para utilizar os canhões, como também para instruir o grupo de carregamento de tripulação do navio.”⁵⁷

Independente dessas providenciais governamentais, após os primeiros ataques, os mercantes brasileiros passaram a adotar algumas medidas defensivas. O *Arabutã*, terceiro navio

54 Telegrama do Dr. Osvaldo Aranha ao Embaixador do Brasil Carlos Martins, em 20 de fevereiro de 1942. Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico, Rio de Janeiro. N. 946, jan/jun. Apud: MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit. P. 361.
55 Decreto Lei 4.166, de 11 de março de 1942, disponível no Portal de Legislação do Senado Federal. <http://www6.senado.gov.br/sicon/#> acesso em: 06 de novembro de 2010.

56 Telegrama do Dr. Osvaldo Aranha ao Embaixador Carlos Martins em 17 - 03 - 942 - Arquivo Getúlio Vargas - Vol. XXXVII Doc. 56-A. Apud.: SALDANHA. Op. Cit. P. 259.

57 Carta datada de 21 de abril de 1942, do Adido Naval em Washington, Cmt Edmundo Jordão Amorim do Valle ao Ministro da Marinha. Arquivo da Marinha - SDGM - Pasta 13, gaveta 426. Apud. SALDANHA. Op. Cit. P. 259. LAVANIÈRE-WANDERLEY. Op. Cit., p.244.

torpedeado, foi atacado pelo *U-155* em 07 de março de 1942, enquanto navegava às escuras, sem bandeira ou marcas que o identificasse e já pintado de cinza, numa situação incompatível com a neutralidade brasileira. Embora bastante compreensível, se considerarmos os ataques anteriores e o medo provocado pela ameaça submarina.

No dia seguinte, 08 de março, também o *Cairú* foi atacado pelo submarino *U-94*. A morte de 53 pessoas entre tripulantes e passageiros – a maior parte delas devido ao mal tempo que atingiu os botes salva-vidas – causou grande repercussão no Brasil gerando protestos que incluíram depredações, como a destruição de um monumento em homenagem ao colono alemão na cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul.⁵⁸

Em suas memórias, Karl Dönitz afirma que foram torpedeados e afundados, entre fevereiro e abril, 07 navios brasileiros, que navegavam em zig zag, com as luzes apagadas, armados e pintados de cinza, não trazendo qualquer bandeira ou outro sinal de neutralidade.⁵⁹ Não é de surpreender que o ex-comandante alemão, não se refira aos ataques impetrados contra os primeiros navios brasileiros, quando esses ainda navegavam devidamente iluminados e identificados. Além disso, foram apenas cinco e não sete, os navios brasileiros perdidos, contando entre estes o *Cabedelo*, do qual ainda não se obteve provas de torpedeamento. De qualquer forma, o artilhamento e preparação defensiva dos navios brasileiros, a partir de março de 1942, serviriam de justificativa para que estes fossem tratados como beligerantes.

O afundamento do mercante *Parnaíba*, no dia primeiro de maio de 1942, confirmava para os alemães que a beligerância brasileira era cada vez mais evidente. O navio que viajava para Nova Iorque foi posto a pique pelo *U-162*, próximo a ilha de Trinidad e estava equipado com uma peça de artilharia, guarnecido por pessoal da Marinha. Duas semanas depois, em 16 de maio, a Marinha de Guerra Alemã liberou seus submarinos para atacar, “sem advertência prévia”⁶⁰, qualquer navio sul-americano que estivessem armados, exceto os de bandeira argentina ou chilena.

A implantação do sistema de comboios nas costas norte-americanas a partir de meados de 1942, posteriormente estendido para o Mar do Caribe, reduziu a eficiência e aumentou o risco para os submarinos que operavam na área de tal maneira, que motivou o comando alemão a procurar outras zonas, mais favoráveis a operação de seus U-boots.

58 SANDER, Roberto. **O Brasil na Mira de Hitler. A História do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. P. 76.

59 DÖNITZ. Op. Cit., p. 382.

60 Idem.

Nesse contexto, os submarinos italianos baseados em Bordeaux, que desde 1941 operavam na costa africana e que haviam afundado cerca de 95.000 toneladas na área do Caribe entre dezembro de 1941 e janeiro de 1942⁶¹, exerceram um papel bastante relevante. O comando dos submarinos italianos, denominado *Betasom*⁶², após o sucesso obtido nas águas caribenhas, decidiu enviar seus submarinos mais ao sul, esperando encontrar uma área promissora e mais vulnerável, interceptando o tráfego marítimo mais próximo de seus portos de partida.

O primeiro a partir rumo à costa brasileira foi o *Calvi*, que deixou Bordeaux em 07 de março, retornando em 29 de abril tendo afundado 04 navios e constatado a viabilidade das operações naquela área. Dessa forma, outros 04 submarinos italianos foram enviados para a costa brasileira. Eram eles: o *Barbarigo*; o *Bagnolini*; o *Cappellini* e o *Archimede*. Em 18 de maio de 1942, o *Barbarigo*, comandado pelo capitão Enzo Grossi, realizaria o primeiro ataque a um navio brasileiro, no litoral do nordeste.

O navio mercante *Comandante Lira*, do Lloyd Brasileiro, havia partido do porto de Recife rumo aos Estados Unidos transportando quase 80.000 sacas de café, com uma tripulação de 48 homens, além dos 04 militares que guarneciam o canhão a bordo. Ele foi torpedeado e, após ter sido abandonado pela tripulação, atacado a tiros de canhão pelo submarino italiano que se afastou ao perceber que o navio estava em chamas e, provavelmente, por acreditar que logo iria ao fundo. No entanto, a chegada de navios brasileiros e norte-americanos alertados do ataque por um dos tripulantes do cargueiro, antes do abandono do navio, permitiu que o mesmo fosse rebocado até o porto do Recife.

Embora não tenha logrado afundar o navio, o ataque ao *Comandante Lira* está relacionado a um dos episódios mais representativos da beligerância brasileira nos meses que antecederam à entrada oficial do Brasil na guerra.

A Força Aérea Brasileira surgiu após a criação, em 20 de janeiro de 1941⁶³, do Ministério da Aeronáutica, pois, até então, a aviação militar no Brasil estava dividida entre a Aviação Naval e a chamada Aviação Militar, integrada ao Exército. Em 1942, por ocasião do ataque ao *Comandante*

61 Marinha Italiana. La Marina Italiana nella Seconda Guerra Mondiale, I Sommergibili negli oceani, Roma: Ufficio Storico della Marina Militare. s.d. Vol XII pág. 249. Apud. SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Fronteira. A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1987. P. 131.

62 A designação *Betasom* é a combinação da letra grega Beta, referindo-se a Bordeaux, porto francês que servia de base aos italianos e a primeira sílaba de *Sommergibili*: Submarino em italiano.

63 Inicialmente o nome adotado em 20 de janeiro foi “Forças Aéreas Nacionais”, passando a designação de “Força Aérea Brasileira”, conforme o Decreto nº 3.323, datado de 22 de maio. LAVANIÉRE-WANDERLEY. Op. Cit., p.235.

Lira, a 2ª Zona Aérea, responsável pelas operações aéreas brasileiras em todo o Nordeste Brasileiro⁶⁴, era comandada pelo recém promovido Brigadeiro Eduardo Gomes.

Para treinamento dos pilotos brasileiros nos novos aviões fornecidos pelos norte-americanos, foi instalado em fevereiro de 1942, na base aérea de Fortaleza, o *Agrupamento de Aviões de Adaptação*. Desde então, pilotos e aeronaves, com as cores do Brasil participavam de operações de patrulha sobre o oceano, muitas delas realizadas em aviões que “*não dispunham de armamento e, outros, contando com tão pouco para os prováveis alvos, eram inofensivos*”⁶⁵. Essas patrulhas, mesmo com aviões “inofensivos” serviam, pelo menos para obter informações e também para intimidar inimigos que, muitas vezes, não tinham como saber se os aviões que ouviam ou vislumbravam à distância podiam atacá-los e, na dúvida, submergiam e se afastavam.

No dia seguinte após o ataque do submarino italiano, um grupo de pilotos brasileiro, que incluía o Capitão-aviador Parreiras Horta, havia se encontrado com o Comandante da 2ª Zona Aérea e recebido instruções de atacar qualquer submarino que se mostrasse hostil. Ao ser perguntado sobre o que se devia entender por hostil, o Brigadeiro Eduardo Gomes teria respondido: “*o que não mostrar a bandeira*”.⁶⁶

No dia 22 de maio, o Capitão Parreiras Horta, no comando de um avião B-25, identificado com brasileiro, em missão de patrulha nas imediações de Fernando de Noronha, avistou um submarino e ordenou que o ataque. Esse submarino era o italiano *Barbarigo*, o mesmo que havia atacado o cargueiro *Comandante Lira* cinco dias antes. Poucos dias depois, em 27 de maio, mais dois ataques seriam registrados contra outro submarino italiano, o *Capellini*.

O relatório do comandante do *Barbarigo* somente registrou ter sido atacado por um avião que lançou oito bombas sem lhe causar danos, não havendo qualquer indicação quanto à nacionalidade do Avião⁶⁷. Esse submarino ainda afundaria um cargueiro inglês, antes de retornar a Bordeaux. Também o *Capellini* não registraria a nacionalidade dos aviões que o atacaram antes que deixasse sua zona de operação. Os outros dois submarinos italianos do mesmo grupo – *Archimede* e *Bagnolini* – também conseguiriam retornar a sua base na costa francesa, sendo que apenas o

64 A divisão em Zonas Aéreas foi feita através do decreto. 3762, de 25 de outubro de 1941 e era a seguinte: 1ª ZA: sediada em Belém (Amazonas, Pará, Maranhão e território do Acre); 2ª ZA: sediada no Recife (todos os estados do NE); 3ª ZA Sediada no Rio de Janeiro (Sudeste mais o Estado de Goiás); 4ª ZA Sediada em Porto Alegre (Estados do Sul) e 5ª ZA: Sediada em Campo Grande (somente o Estado do Mato Grosso).

65 SIQUEIRA, Op. Cit., p.117.

66 Idem. P. 152.

67 Marina Italiana. La Marina Italiana nella Seconda Guerra Mondiale, I Sommergibili negli oceani, Roma: Ufficio Storico della Marina Militare. s.d. Vol XII pág. 263. Apud. SIQUEIRA, Op. Cit., p. 157.

Archimede, conseguiu algum sucesso, afundando um cargueiro.

O esclarecimento sobre o ataque seria dado inoportunamente, já que o Brasil ainda era oficialmente neutro, pelo então ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, que em 28 de maio anunciaria com júbilo, o ataque das aeronaves brasileiras aos submarinos do Eixo. O aviso n.º. 96, dirigido ao Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica referindo-se ao ataque de 18 de maio dizia:

É com o máximo entusiasmo e justificado orgulho que, com as reservas naturais decorrentes da situação que atravessamos, mando registrar, na fé de ofício do Capitão-Aviador Affonso Celso Parreiras Hortas, a referência que ora faço ao glorioso feito por ele praticado no Nordeste da República, em serviço de comando.

Coube a este oficial, que integra o meu Gabinete, dar a primazia da defesa do Brasil à Força Aérea Brasileira. Em missão de patrulhamento das nossas costas, o Capitão Parreiras Horta teve a oportunidade de localizar e perseguir, no dia 22 de maio, às 13 horas e 57 minutos, um submarino corsário que, ultrajando a nossa soberania, vinha, em águas territoriais, atacando nossos mercantes e, depois torpedeá-los, metralhando suas tripulações brasileiras.

Posteriormente, teve a oportunidade de, localizando novos submarinos no dia 27 de maio, às 13 horas e 30 minutos e 16 horas e 30 minutos, respectivamente, atacá-los e atingi-los⁶⁸, conforme partes enviadas pelo bravo comandante da 2ª Zona Aérea, o Brigadeiro Eduardo Gomes, sob cuja jurisdição de encontrava.⁶⁹

A notícia dos ataques, também saiu na imprensa. Deoclécio Lima de Siqueira, então capitão-aviador que trabalhava diretamente com o Brigadeiro Eduardo Gomes, disse em entrevista ao CPDOC⁷⁰:

Nós ainda não tínhamos entrado no conflito, mas atacamos esse submarino. Parece um ato provocativo, mas, coincidentemente, este era o que havia atacado o nosso navio Comandante Lira. Em consequência desse ataque, o ministro Salgado Filho, entrevistado pelos jornalistas, disse: “Realmente atacamos um submarino do Eixo (ou submarino alemão, porque naquele tempo só se falava nos submarinos alemães). E atacaremos tantos outros que aparecerem.”⁷¹

Também as palavras do Brigadeiro Nero Moura⁷², referindo-se ao período desses primeiros

68 Cabe ressaltar que, apesar do que consta no documento citado, o segundo ataque do dia 27 de maio foi, na verdade, realizado por outro avião, sob o comando do então Capitão-aviador Oswaldo Pamplona Pinto. Também os horários não estão corretos, pois o primeiro ataque foi efetuado antes das 07H00 da manhã, conforme declaração do próprio capitão Parreiras Horta. GAMA. Op. Cit. 147 e SIQUEIRA. Op. Cit., p. 159-165.

69 O referido aviso encontra-se transcrito na fé de ofício do Brigadeiro Affonso Celso Parreiras Horta. Apud. SIQUEIRA, Op. Cit., p.167 e 168.

70 CPDOC. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

71 SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Deoclécio Lima de Siqueira (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 42 p. dat. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista629.pdf>

72 Nero Moura, ex-piloto do presidente Getúlio Vargas e veterano da Campanha da Itália, era major-aviador em 1942 e foi nomeado, em 1943, comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça.

ataques, nos dão uma dimensão do nível de beligerância que já havia entre o Brasil e as nações do Eixo.

Já nessa época participávamos do patrulhamento no Nordeste, trabalhando com os americanos a pleno vapor na defesa da costa, com aviões cheios de bombas de profundidade, e, embora sem ordens expressas, andamos atacando submarinos que estavam nas nossas barbas, fora de águas territoriais, mas a menos de 200 milhas. Ainda não havíamos declarado guerra, mas as instruções das autoridades eram para que os pilotos, no patrulhamento das praias, ou sobre o oceano, bombardeassem os submarinos caso fossem atacados. Houve dois ou três ataques, não sei se tiveram sucesso, mas repercutiram na imprensa, através de inúmeras entrevistas do ministro Salgado Filho sobre o assunto. Quer dizer, já havia um consentimento tácito de que podíamos atacar. Mas, como os americanos voavam conosco, às vezes a responsabilidade da ação ficava por conta deles, que estavam em guerra e podiam jogar as bombas.⁷³

Dois dias após o primeiro ataque brasileiro a um submarino do Eixo, em 24 de maio mais um navio mercante brasileiro armado – O *Gonçalves Dias* – seria interceptado e posto a pique pelo submarino alemão *U-502*, na região do Caribe, ao sul do Haiti. Logo após a Marinha Alemã “solicitou que fossem levantadas todas as restrições para ataques a navios brasileiros”⁷⁴ Também foi determinado ao BdU que se elaborasse um plano de ataque aos portos brasileiros. Assim sendo, como afirma Karl Dönitz, face esses episódios, “mesmo sem uma declaração formal de guerra por parte do Brasil, os dois países se encontravam “praticamente em estado de guerra”.⁷⁵

A proposta apresentada a Hitler pelo Almirante Raeder, então Comandante em Chefe da *Kriegsmarine*, incluía o envio de dez submarinos para atacar simultaneamente, entre 03 e 08 de agosto, os portos do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife, minando depois as suas entradas⁷⁶. Inicialmente de acordo, Hitler solicitou que fossem explicitadas as conseqüências políticas de tal operação.

Ricardo Seitenfus relata, baseando-se em documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, que, no final de maio de 1942, “*tem início uma intensa*

73 Entrevista realizada em 1983 no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras” do CPDOC, posteriormente publicada em livro. MOURA, Nero. Um Vôo na História. Fundação Getúlio Vargas. Editora, 1996. P. 112.

74 ROHWER, Jurgen. Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Navigator. Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982 (nº 18) p.14.

75 DÖNITZ. Op. Cit., p. 383.

76 Neste caso a expressão Minando significa colocar minas, artefatos que se mantinham um pouco abaixo da linha d’água e que explodiriam ao se chocar com navios navegando no local. (nota do autor)

discussão entre o SKL (See Kriegs Leitung) ⁷⁷, organização alemã que dirigia a guerra naval e o embaixador alemão no Rio de Janeiro, Karl Ritter, a respeito da atitude que a Alemanha deve adotar em relação ao Brasil. ⁷⁸ Para o SKL, o Brasil já estava participando de maneira efetiva de operações militares contra as forças do Eixo e, por esse motivo, se justificaria a realização de um ataque contra os principais portos no litoral brasileiro. Por sua vez, Karl Ritter parecia estar “convencido de que uma ação de envergadura só pode ter uma consequência: a entrada do país no conflito ao lado dos Aliados”. ⁷⁹

Certamente, uma preocupação maior que a reação do governo brasileiro – que na prática já apoiava abertamente as operações aliadas, começando a participar ativamente de algumas delas – era que um ataque massivo aos portos brasileiros pudesse fazer a Argentina e o Chile romperem suas relações diplomáticas com o Eixo, fazendo com que alemães e italianos só encontrassem inimigos ao se aventurarem pelo Atlântico Sul.

Enquanto ocorriam essas discussões, mais três navios brasileiros foram afundados. Em 1º de junho de 1942, o *U-156* pôs a pique o cargueiro *Alegrete*, que embora não estivesse armado, havia sido pintado de cinza. Outro cargueiro, o *Paracuri* foi afundado pelo *U-159*, na área do Atlântico Norte, em 05 de junho. O terceiro ataque de junho deu-se no dia 26, quando o *Pedrinhas*, com 44 tripulantes, além dos 04 militares que guarneciam seu canhão, foi torpedeado pelo *U-203*, enquanto navegava ao norte das Antilhas rumo à Nova Iorque. Cabe ressaltar que, desde o afundamento do navio *Comandante Lira*, nenhum outro navio foi atacado no litoral brasileiro, sendo a ausência de submarinos nesta área compatível com a preparação de uma grande operação contra os portos brasileiros.

Jurgen Rowher afirma que Hitler, alertado por seu Ministro das Relações Exteriores de que o ataque aos portos brasileiros levaria Chile e Argentina para o lado dos Aliados, cancelou seu consentimento. Por esse motivo, no dia 29 de junho de 1942, nove submarinos que já estavam no mar rumo ao litoral brasileiro receberam ordens de rumarem para outras zonas de operação nas costas de Freetown, Trinidad e Caribe. No entanto, dia 04 de julho, após a notificação do afundamento de mais um navio mercante brasileiro armado, “o ataque sem advertência a todos os navios brasileiros foi permitido”. ⁸⁰

⁷⁷ Direção da Guerra Marítima.

⁷⁸ SEITENFUS. Op. Cit., p. 294.

⁷⁹ Idem. P. 295

⁸⁰ ROWHER. Op. Cit., p. 15.

Se considerarmos que as convenções vigentes⁸¹, vedavam o ataque a navios de países neutros, desde que estes não se recusassem a ser vistoriados, nem praticassem atos hostis, podemos entender a expressão "atacar sem advertência" como um claro indício de os navios brasileiros, mesmo desarmados, iluminados e identificados, seriam atacados como se pertencentes a uma nação beligerante e, assim sendo, que o Brasil não era mais tratado como um país neutro.

Essa ordem não representou um recrudescimento imediato das perdas de navios mercantes brasileiros, pois somente no final de julho seriam registrados novos ataques. O *Tamandaré*, do *Lloyd Brasileiro*, foi torpedeado em 26 de julho de 1942 pelo *U-66*. Esse navio saíra do porto do Recife dez dias antes e também estava equipado com um canhão, guarnecido por quatro militares. Dois dias depois o *U-155*, sob o comando do Capitão-tenente Adolf Cornelius Piening, torpedeou o cargueiro *Barbacena*, morreram três dos 57 tripulantes do cargueiro e também os três militares que guarneciam o canhão instalado a bordo. Ainda no dia 28 de julho, o *U-155* torpedeou também o *Piave*, que saiu de Belém para receber um carregamento de petróleo na Venezuela e estava desarmado. Com mais esse ataque, o submarino do Capitão Piening afundava seu terceiro navio brasileiro, pois além do *Piave* e do *Barbacena*, já havia afundado o *Arabutã* no dia 07 de março.

Desde fevereiro de 1942, quando ocorreu o primeiro torpedeamento de um navio brasileiro até o final de julho, o Brasil já havia perdido 14 navios mercantes, devido aos ataques dos submarinos do Eixo, incluindo o *Comandante Lira*, seriamente avariado, rebocado para o Porto de Recife, contabilizando 82 mortos⁸².

No início de agosto de 1942, como disse Ricardo Seitenfus, "*retorna uma certa calma. A trégua é aparente e deve ser interpretada como a preparação da tempestade.*"⁸³ De fato, pois a partir de 15 de agosto, uma série de navios mercantes nacionais foram torpedeados e afundados perto da costa brasileira pelo submarino alemão *U 507*, provocando grande reação popular e servindo de justificativa para a entrada formal do Brasil na Guerra.

O *U-507*, um submarino de longo curso, modelo IX C, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, havia partido da base de Lorient em 04 de julho, provavelmente integrando o grupo

81 Evitei utilizar a expressão "legislação", usada regularmente por diversos autores, pois a existência e aplicação de uma legislação de guerra por todos os beligerantes é bastante controversa e, assim sendo, julguei mais adequado o emprego do termo convenção para práticas geralmente aceitas e reconhecidas como válidas.

82 Esses números se baseiam fundamentalmente nas informações contidas em: MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit. (apêndice VII) p. 360. No entanto, essa obra não faz referência ao *Paracuri* (citado por SEITENFUS e também no Projeto Naufrágios do Brasil, sem referências quanto ao número de vítimas), atacado pelo *U-159* e contabilizado entre os navios afundados. Não foram contabilizados o *Cabedelo*, nem seus 54 tripulantes, por não haver comprovação de que tenha sido atacado por um submarino, embora essa hipótese não possa ser descartada.

83 SEITENFUS. Op. Cit., p. 295

de submarinos designado para o ataque aos portos brasileiros, pois além da convergência de datas, segundo afirma Karl Dönitz em suas memórias, “*seu comandante seguia instruções especiais do Alto Comando das Forças Armadas, de comum acordo com o Ministério do Exterior*”.⁸⁴

Desde 04 de julho os comandantes de submarinos alemães estavam autorizados a atacar, sem advertência, qualquer navio brasileiro. No entanto, o cancelamento da ordem de ataque aos portos no litoral do Brasil aponta para existência de limitações impostas, pelo comando alemão, às operações muito próximas da costa brasileira. Outro indício da existência dessas restrições foi a mensagem, que segundo Jurgen Rowher, o *U-507* teria recebido, em 07 de agosto de 1942, determinando o uso de “*manobras livres ao longo da costa do Brasil*”.⁸⁵ O mesmo Rowher afirma não haver evidência da motivação para tal ordem, podendo se tratar de uma simples retaliação pelo envolvimento brasileiro na guerra, que incluía os anunciados ataques aéreos realizados em 22 e 27 de maio e o armamento dos seus navios mercantes.

Independente da motivação, a ordem foi seguida e, no entardecer do dia 15 de agosto de 1942, o *Baependi* que navegava iluminado a cerca de 20 milhas na costa, foi torpedeado e posto a pique pelo *U-507*. O navio mercante se dirigia a Recife e levava 73 tripulantes e 233 passageiros, dentre os quais, boa parte do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso. Houve somente 36 sobreviventes, dos quais 18 eram tripulantes. Poucas horas depois, ainda no dia 15 de agosto, o paquete⁸⁶ *Araraquara*, navegando também totalmente iluminado, foi atacado pelo mesmo submarino, que lançou dois torpedos em seqüência, o que provocou seu rápido afundamento, contabilizando 131 mortos e apenas 11 sobreviventes. Na madrugada do dia seguinte, 16 de agosto, o *Aníbal Benévolo*, que zarpara de Salvador pouco depois do *Araraquara*, pois ambos haviam ficados retidos por um defeito na rede de proteção do porto, também foi torpedeado e afundado pelo *U-507*, próximo ao local onde havia já sido atacado o *Baependi*. No *Aníbal Benévolo* viajavam 71 tripulantes e 83 passageiros, dos quais apenas quatro tripulantes sobreviveram, chegando à praia agarrados a destroços.

Após esse terceiro ataque, o Capitão Harro Schacht conduziu seu submarino rumo sul, aproximando-se do porto de Salvador e, por volta de 11H00 do dia 17 de agosto, interceptou e afundou o *Itagiba*, que trazia entre seus passageiros “o resto do infeliz 7º Grupo de Artilharia

84 DÖNITZ. Op. Cit., p.403.

85 ROWHER. Op. Cit., p. 15.

86 Paquete pode ser definido como um navio grande, a vapor, que transporta passageiros, mercadoria e correspondências. Possivelmente a origem do nome vem do inglês, Packet Boat (barco dos pacotes) embarcações que faziam linhas regulares, levando encomendas e correio. **Diccionario Marítimo Español**, Imprenta Real, Madrid, 1831. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>

de Dorso.”⁸⁷ Esse naufrágio acrescentou mais 36 mortos a lista de baixas da marinha mercante brasileira. Mesmo com o conhecimento dos últimos ataques, foi permitido que outro navio zarpasse de Salvador rumo a Santos, o *Arará*, que também foi posto a pique por um torpedo do *U-507*, enquanto resgatava sobreviventes do *Itagiba*. O navio não levava passageiros, mas 20 de seus 35 tripulantes morreram.

No dia 18, um defeito obrigou o *U-507* a interromper seus ataques e manter-se na superfície para reparos. Nesse dia o submarino foi atacado por um avião norte-americano, “*reagindo com os canhões de bordo*”⁸⁸. Tendo conseguido sanar seus problemas, na manhã do dia 19 de julho o *U-507*, apenas a 10 milhas da costa, afundaria a barcaça *Jacira* com cargas de demolição postas a bordo, após ordenar que fosse abandonada por seus cinco tripulantes e por um passageiro clandestino, salvando-se todos.

Conforme afirmou Jurgen Rowher, na palestra proferida na Escola de Guerra Naval em março de 1982, o *U-507* interrompeu suas ações “*a pedido do Ministro das Relações Exteriores da Alemanha*”.⁸⁹ Nenhuma outra fonte analisada confirma textualmente essa versão, mas em suas memórias, Karl Dönitz afirma que tanto o Comando dos Submarinos, quanto o comandante do *U-507*, “*tiveram que se aterem as ordens recebidas, sem se permitir julgar as conseqüências políticas dos afundamentos realizados*”.⁹⁰ Embora se possa questionar a sinceridade do ex-comandante alemão, devido a uma possível intenção de se eximir de responsabilidades, a obra foi escrita após seu julgamento em Nuremberg e, além disso, não se encontram registros de qualquer admoestação do alto comando nazista ao próprio Dönitz ou ao Capitão Schacht, muito pelo contrário, pois o primeiro terminaria a guerra como sucessor de Hitler, na chefia do governo alemão, enquanto o segundo manteria seu comando no *U-507*, até morrer junto com sua tripulação, quando seu submarino foi afundado, em janeiro de 1943, por um avião Catalina norte-americano, sendo postumamente promovido a Capitão de Fragata.

De qualquer forma, o *Jacira* seria o último barco brasileiro atacado antes da entrada oficial do Brasil na Guerra. Após seu afundamento, o *U-507* seguiria rumo ao sul, torpedeando um cargueiro Sueco ao largo da costa do Espírito Santo, antes de seguir de volta para a base de Lorient, aonde chegou em 12 de outubro de 1942.

87 GAMA. Op. Cit. (p. 124)

88 MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit., p. 348.

89 ROWHER. Op. Cit. (p. 15)

90 DÖNITZ, Op. Cit. (p. 403)

O impacto provocado pelos ataques do *U-507* foi de tal monta que, além manter todos os mercantes aos portos, suspendendo inclusive a navegação costeira, até que se organizassem comboios, se chegou a cogitar a possibilidade de transferir provisoriamente a capital do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, medida logo descartada.⁹¹ O então capitão Deoclécio Siqueira, transportando em seu avião o General Mascarenhas de Moraes, comandante militar do nordeste, descreve um quadro dramático, avistado quando se aproximou da costa sergipana.

Numa larga área do mar, mais ou menos em forma circular, uma grande quantidade de todos os tipos de destroços boiavam sobre o mar. Parecia que uma forte tempestade passara por aquelas paragens e produzira destruições em fantásticas habitações existentes até há (sic) pouco sobre as águas, pois muitos objetos de uso domiciliar podiam ser identificados. Cadeiras, colchões, redes, mesas, pedaços de madeira de todos os tamanhos e tipos. E aqui e acolá bóias salva-vidas por toda a parte num testemunho dramático da imensidão da catástrofe. (...) Chegavam a terra os restos de três navios. Chegavam os destroços, os corpos das vítimas que não eram poucas e, vez ou outra, alguém ainda com sinais de vida. Vista do ar, aquela cena mais parecia um pesadelo (...)⁹²

Esse verdadeiro massacre imposto à marinha mercante brasileira, quando em apenas três dias, foram afundados cinco navios ocasionando a morte de mais de 600 pessoas, provocou uma onda de protestos entre a população. No entanto, a capacidade de retaliação brasileira era quase nula e só restava ao governo, além de medidas contra empresas e interesses dos países do Eixo em território nacional, formalizar sua entrada na guerra. Assim sendo, em 22 de agosto, o governo de Getúlio Vargas reconheceu a existência de uma situação de beligerância com a Alemanha e a Itália, sem incluir o Japão, com quem mantinha apenas o rompimento das relações diplomáticas. E, finalmente, em 31 de agosto de 1942, através do decreto lei 10.358, foi declarado o Estado de Guerra, entre o Brasil, a Alemanha e a Itália.

CONCLUSÃO

Desde o início de 1941, bem antes do ataque japonês a Pearl Harbour que marcaria a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Brasil já caminhava para um alinhamento com os Estados Unidos da América, se colocando, conseqüente, numa posição antagônica aos países do Eixo, principalmente se considerarmos que, bem antes de sua entrada oficial na guerra, os norte-

91 MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit., p. 348.

92 SIQUEIRA. Op. Cit., p. 174 e 175.

americanos já apoiavam abertamente o Reino Unido, em sua luta contra a Alemanha Nazista.

Embora se constate uma intensa relação comercial com a Alemanha Nazista até 1939 e se considere a simpatia de notáveis membros do governo pelos regimes fascistas europeus, a solidariedade continental e a influência norte-americana eram fatores de difícil superação. Com o início da guerra na Europa e o bloqueio naval imposto pelos britânicos, o comércio com a Alemanha sofreu uma redução significativa, aumentando a importância dos EUA, e também da Inglaterra, como mercados para as exportações brasileiras. Por outro lado, não se pode minimizar a impressão causada, principalmente nos simpatizantes do fascismo, pelas espetaculares vitórias alemãs nos primeiros anos da guerra.

A derrota da França e, posteriormente, as vitórias alemãs no Norte da África, aumentaram a importância estratégica do saliente nordestino e, concomitantemente, a preocupação norte-americana com a defesa da região e seu interesse em utilizá-la, seja militarmente, seja como escala nas rotas de transporte de suprimentos e equipamentos enviados aos britânicos. Além disso, conforme aumentava o envolvimento dos Estados Unidos no conflito, crescia também o interesse pelas matérias primas fornecidas pelo Brasil. Obviamente, não coube aos brasileiros um papel passivo nesse contexto e o governo de Getúlio Vargas se esforçou para capitalizar esse interesse norte-americano, mantendo uma postura pragmática e tentando obter vantagens e recursos, principalmente para a construção de uma usina siderúrgica e para a modernização de suas Forças Armadas.

Ao longo de 1941 é notável a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, destacando-se nesse processo a instalação de Missões Militares Norte-Americanas no Rio de Janeiro, a autorização para o uso das bases no Nordeste, as concessões dadas a Panair e a inclusão do Brasil na Lei de Empréstimos e Arrendamentos. Naturalmente que estes fatos não passavam despercebidos aos países do Eixo, que protestavam ocasionalmente contra as evidentes violações brasileiras ao estatuto de sua própria neutralidade, mas que também, pragmaticamente, toleravam essas transgressões, em troca de defenderem seus próprios interesses no território brasileiro, através de sua representação diplomática e de seus agentes.

Após a entrada formal dos EUA na guerra e, principalmente, com o rompimento das relações diplomáticas no início de 1942, essa situação de equilíbrio precário, começa a se deteriorar rapidamente e o alinhamento do Brasil com os Aliados fica cada vez mais evidente.

A ampliação da área de atuação dos submarinos do Eixo expôs, aos perigos da guerra, os navios brasileiros, que já não podiam ser considerados como pertencentes a uma nação amiga. As conseqüências dessa situação não tardaram a ocorrer e, logo, os primeiros navios brasileiros foram postos a pique. Se por um lado, podemos criticar esses primeiros ataques, por terem sido realizados contra navios identificados como brasileiros, oficialmente pertencentes a uma nação neutra, por outro devemos reconhecer que essa neutralidade brasileira era bastante questionável, principalmente se considerarmos os acordos firmados com os Estados Unidos, que incluíam concessões e apoio explícito a operações militares.

A reação brasileira a esses primeiros ataques, implementando medidas defensivas e armando seus cargueiros, embora razoável e parcialmente justificada, contradizia ainda mais sua condição de neutralidade e estimulou um recrudescimento das hostilidades. Mais grave ainda foi o anúncio, por um integrante do alto escalão do governo brasileiro, do ataque a submarinos alemães⁹³ em maio de 1942, afirmando ainda que os ataques iriam continuar, pois isso praticamente colocava o Brasil como beligerante, embora oficialmente permanecesse neutro. Esses ataques, juntamente com a crescente identificação de navios mercantes brasileiros armados, fez com que em julho fossem suspensas todas as restrições ao ataque contra os navios do Brasil.

Outra constatação é que as autoridades militares brasileiras parecem não ter avaliado corretamente os riscos envolvidos, ao ampliarem seu envolvimento no conflito, pois embora tivessem tomado algumas medidas defensivas em seu litoral, como a colocação de redes e o posicionamento seus velhos encouraçados para guarnecer portos importantes, permitiu que uma unidade importante como o *7º Grupo de Artilharia de Dorso*, fosse embarcado em navios sem escolta e totalmente perdido por ocasião dos ataques do *U-507* em agosto. Felizmente para o Brasil, os submarinos enviados para atacar seus portos foram desviados e sua missão cancelada.

Embora se reconheça a importância da participação humana no processo histórico, não se trata aqui de julgar a moralidade dos ataques, de justificar atitudes e reações de qualquer dos lados envolvidos no conflito e, muito menos, de encontrar indivíduos a quem se possa acusar ou imputar culpa, seja pela perda de vidas inocentes, seja pelo rumo dos acontecimentos. Também não se procurou definir uma data, ou momento, a partir do qual se pudesse enquadrar o Brasil como

93 Embora os ataques tenham sido contra submarinos italianos, o Ministro da Aeronáutica Salgado Filho não sabia disso e julgava que eram alemães, tanto os submarinos que atacaram o *Comandante Lira*, como os que foram atacados por seus aviões.

nação beligerante de fato.

O objetivo primordial desse trabalho foi compreender o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, principalmente quanto aos aspectos militares. E, se possível, comprovar a existência de um estado de beligerância entre o Brasil e as nações do Eixo, antes do torpedeamento dos navios, próximos a costa brasileira que serviram de alegação oficial para a entrada formal do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Foram indubitavelmente, os ataques do *U-507*, e seu saldo trágico de mais de 600 mortos, que fizeram o Brasil reconhecer formalmente sua beligerância no final de agosto de 1942, assumindo seu lugar ao lado dos Aliados. No entanto, os relatos, testemunhos e documentos apresentados, demonstram claramente que, embora oficialmente neutro, o Brasil já havia se alinhado definitivamente aos Estados Unidos da América, apoiando e participando ativamente nas operações militares contra os países do Eixo, muito antes dos ataques do *U-507* e de sua declaração formal de guerra, a Alemanha e a Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALVES, Vagner C. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Loyola, 2002
- BELOT, R de. **A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora Record, ND.
- CERVO, A. Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- DAVIDSON, Eugene. **A Alemanha no banco dos Réus - tomo II**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- DÖNITZ, Karl. **Diez Años y Veinte Días. Memórias del Hombre que sucedió a Hitler como Jefe del III Reich**. Madrid: La Esfera de los Libros. 2005.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Editora, Biblioteca do Exército - 1968.
- GAMBINI, Roberto, **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**, São Paulo: Editora Símbolo, 1977
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora CAPEMI, 1982.
- HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
-

- LAVANIÉRE-WANDERLEY, Nelson F.. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975.
- MASON, David. **Submarinos Alemães: A Arma Oculta**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1975.
- MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: Editora da UFAC, 2004
- McCANN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos (1937 – 1945)**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995. (p.126)
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Volume II**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. **Historia Naval Brasileira, Quinto Volume, Tomo II**. Rio de Janeiro, SDGM, 1985.
- MOURA, Nero. **Um Vôo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROHWER, Jurgen. Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Navigator. Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982 (nº 18)
- SANDER, Roberto. **O Brasil na Mira de Hitler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SEGONZAC, Alain Dunoyer de. Vida, Morte e Ressurreição do corsário Atlantis. **História Viva**. Rio de Janeiro: Editorial Duetto, 2007 (nº 45)
- SEINTENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra**. São Paulo: Editora Manole, 2003.
- SIQUEIRA, Deoclécio L. Fronteira. **A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1987.
- VIDIGAL, Armando A. F. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985

Sites consultados:

- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - <http://cpdoc.fgv.br/>
- Projeto Naufrágios do Brasil. Informações sobre naufrágios na costa brasileira. – <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/>
- Uboat.Net. Site com informações sobre aos submarinos alemães nas duas guerras mundiais. - <http://www.uboa.net/index.html>

Homero e a doutrina militar da antiguidade

Wellington José Gomes Freire¹

RESUMO

O presente artigo se prende ao estudo da doutrina militar da antiguidade clássica na *Ilíada* de Homero. Ele começa com uma análise da representação das formas de combate dos heróis homéricos e daí se direciona para uma definição do que os combatentes do poema concebiam como sendo o método mais eficaz de vencer o inimigo. Ele se conclui com um aprofundamento do conceito de condução da guerra presente na narrativa do poeta grego.

Palavras-Chave: Guerra antiga; Homero; Doutrina militar.

ABSTRACT

The present article studies the military doctrine during classical antiquity as portrayed in Homer's *Iliad* poem. It starts with the analysis of the representation of the forms of combat by the heroes posed by Homer; then continues defining what the combatants understood as being the most effective method to defeat the enemy; and ends broadening the concept of conducting the war presented in the narrative of the Greek poet.

Keywords: Ancient Wars; Homer; Military Doctrine.

Os dois tipos antitéticos e arquetípicos que, grosso modo, balizam o modo de guerrear da antiguidade clássica são Aquiles e Diomedes (BRIZZI, 2003). O primeiro é encarnação do furor guerreiro que impele o combatente a enfrentar o inimigo em luta aberta, franca e leal; um quase possesso momentaneamente cego pela fúria e pelo desejo de vitória. Seu *modus operandi* militar é o da ação individual que não se subordina a princípio tático-organizacional de espécie alguma. Luta solitariamente, confiando tão somente no seu valor individual que se expressa em combates abertos sob forma de duelos de campeões nos quais busca a tão almejada glória, meta última de suas ações belicosas, a este grupo se filiam os nautas e combatentes lusitanos da expansão imperial. O segundo personificaria aquilo que pode ser denominado de dimensão racional da guerra: o cálculo

¹ Graduado em Letras com língua inglesa. Mestrado em Estudos Literários (UEFS). Doutorando em Literatura e Cultura (UFBA). Realiza pesquisa de doutoramento sobre cronística portuguesa quatrocentista e quinhentista. Área de concentração, estuda relação entre história militar e literatura. Romances de cavalaria portugueses do período quatrocentista. Realiza pesquisas sobre história militar e literatura e também sobre formas de representação de recentes episódios da história militar norte-americana no cinema.

tático-estratégico, a capacidade de manobrar e envolver o inimigo por meio de ardis e tramoias que, quando inteligentemente utilizadas, podem fazer desmoronar toda a estrutura defensiva do adversário obrigando-o, a assinar um acordo de paz.

Aquiles e Diomedes representam uma quase alma “dual” do combatente da antiguidade clássica. Ambos são personagens das narrativas mitológicas gregas e das epopeias de Homero (1972), notadamente da *Ilíada*, na qual ocupam posição de destacado relevo. A dualidade presente nos dois guerreiros arquetípicos se constituiu em uma das grandes linhas de força da mentalidade militar greco-romana e que persistirá por século a fio. Dois tipos ideais que perpassam pelos grandes momentos da história militar antiga – ao menos para perspectiva analítica que ora temos em mira –, o período dos grandes heróis mitificados pela épica homérica o período falangista e a hegemonia das legiões de Roma. Que tudo tenha início com a guerra de Troia.

A *Ilíada* nada nos diz sobre os começos da guerra e muito menos sobre seu termino. Quando a ação se descortina somos informados que a expedição militar dos gregos enviada para punir a soberba dos troianos estabeleceu uma base junto ao primitivo local de desembarque das naus que os transportaram da península grega há uma década atrás. Uma cabeça-de-ponte estreita e sem profundidade aparente foi fincada em território sob controle do inimigo. A partir dela operações predatórias são lançadas contra a cidadela inimiga e regiões limítrofes onde se encontram aliados troianos. O acampamento-base dos helenos foi construído nas proximidades do mar. Ele é constituído – uma leitura atenta da *Ilíada* nos permite afiançar isso – por uma estrutura defensiva de certa precariedade, talvez por ter em mira as limitações ritualísticas que as guerras de então apresentavam. Há uma muralha circundante, composta por toras de madeira que oferece um precário perímetro defensivo que uma única vez apenas foi alvo de uma tentativa de ruptura por parte dos troianos. A tentativa foi rechaçada antes que os atacantes pudessem concretizar a desejada ação de incêndio do acampamento.

Os combates são realizados em campo aberto, em planícies situadas na exterioridade das muralhas que circundam o alvo da operação ofensiva. As lutas acontecem durante o dia - inexistindo referências a combates após declínio do sol - em áreas abertas e com participação de um número relativamente limitado de combatentes armados. Fiéis ao padrão de conduta de guerreiros praticante de uma modalidade primitiva de guerrear demonstravam desprezo pela segurança pessoal, expondo-se deliberadamente ao perigo por temor de que ao dele se furtar fossem estigmatizados

com a desonrosa pecha de covardes. Era elemento vital do imaginário guerreiro desses heróis o êxito individual, por essa razão, princípios táticos e estratégicos de ordenamento da horda em combate ocupavam posição secundária. Em todas as incursões realizadas pelos dois lados envolvidos na contenda não se nota qualquer traço de organização marcial. Os combatentes buscam uns aos outros tentando infligir danos diretos ao inimigo por meio de instrumentos cortantes ou perfurantes utilizados por mãos de peritos. Vidal de Naquet (2000) observa que a maioria das mortes em combate registrada na *Ilíada* não acontece em decorrências de duelos, mas, sim, de atos isolados de valentia, a chamada *Aristeia*, uma série de proezas sobre-humanas realizadas por um guerreiro. Os exemplos são abundantes e facilmente encontráveis no texto. Basta evocar os episódios da fúria desmedida do filho de Tideu, Diomedes nos cantos iniciais do poema ou o desempenho assustador de Aquiles entre os cantos XX e XXI que resulta – dentre outras funestas consequências – na morte violenta dos dois filhos do rei Príamo e culmina com a célebre cena do cadáver de Heitor sendo arrastado sob o olhar de seu pai.

No canto VII de a *Ilíada*, quando do encontro de dois inimigos que se preparam para realizar um dos duelos de campeões que poderia pôr fim ao conflito que se estendia já por dez anos, vemos Heitor dirigir a Ajax uma repreensão verbal que condensa em si muitos dos elementos que concedem vitalidade a ideologia da guerra dos guerreiros de Homero, eles são fundamentais para compreender a mentalidade militar homérica e, por extensão, a dos guerreiros da expansão imperial portuguesa descrita pelos cronistas:

[...] Ó grande Ajaz Telamônio, pastor muito ilustre de gentes,
 Não me intimides assim, qual se eu fosse criança indefesa,
 Ou mulher fraca, que nada entendesse de coisas da guerra.
 Tenho bastante experiência de como prostrar o inimigo.
 Sei sustentar de pele de boi tanto à destra
 Como à sinistra, que é o modo de sempre lutar com bravura.
 Precipitar-me sei bem no tumulto dos céleres carros
 E, no combate a pé firme, dançar pela música de ares.
 Por isso mesmo não atacar com nenhuma artimanha
 Um inimigo como és, mas, lealmente, tentar alcançar-te [...]. (HOMERO, 1972, p. 161).

O primeiro elemento a ser sublinhado é a predominância do ritualístico sobre concepções práticas de combate. Um combatente que se posiciona pomposamente frente ao adversário e profere longas arengas como fase preparatória que antecede o desencadear da luta é cena frequentemente

encontrada nas páginas da *Ilíada* e também em narrativas de etnólogos que estudam práticas de guerra de povos não ocidentalizados. Ou talvez não seja necessário ir tão longe, basta um relancear de olhos sobre os cronistas portugueses que descreveram algumas das operações militares dos índios brasileiros no período quinhentista para que o leitor se convença da filiação existente. Heitor não cogita iniciar a luta sem antes expor ao adversário uma peroração ritualística que objetiva funcionar como preâmbulo do gesto ofensivo. O diálogo se dá em nível elevado, seguindo formulas retórica muito facilmente encontrável em outros episódios do texto épico grego. Paralelo aos modos elevados de expressão oral caminha a descrição da ideologia da guerra que sustenta as ações de ambos os envolvidos no confronto. O modo de luta por eles valorizado é o de confronto aberto, ao estilo de duelo de campeões, no qual se busca abater o inimigo por via do embate direto e sem intervenção de artimanhas – ou manobra como diria modernamente. Envolver o oponente com ou sem auxílio de terceiros é ação inteiramente estranha ao universo simbólico da guerra heroica. “[...] E, no combate a pé firme, dançar a música de Ares [...]” (HOMERO, 1972, p. 161), diz um dos versos da fala de Heitor. No canto I, no episódio do embate verbal entre Aquiles e Agamenon, aquele ofende ao comandante-chefe da expedição dirigindo a ele a observação de que “possui olhar do cão e a coragem do veado”. Os dois trechos citados aludem a uma ética de combate: dar às costas ao adversário, valendo-se de pés ligeiros é a máxima ignomínia que pode recair sobre um homem de armas.

As grandes linhas do dispositivo tático dos gregos ou troianos homéricos podem ser facilmente reconstituídas tendo em vista sua patente simplicidade. Os guerreiros experientes, aqueles que adquiriram renome e ocupam posição de chefia no comando da tropa, são transportados do acampamento base até o teatro de operações por via de carros de guerra – as bigas, conhecidas e utilizadas como instrumento de ruptura das linhas de infantaria desde os exércitos da Assíria (KEEGAN, 1996). Essa espécie de antecessora dos modernos carros de combate blindado possuía uma tripulação de três soldados. Um deles encarregado da condução do veículo, o outro portando lançadores de projeteis e que fornecia segurança para os demais ocupantes. E, por fim, aquele não pode ser contabilizado como tripulante por não se integrar como combatente ao grupo de guerreiros sobre rodas, esse era o nobre, o herói que era apenas transportado para o centro da luta. Aquiles, Ulisses, os Ajazes, os atridas Agamenon e Menelau e até o velho Nestor formavam a ponta de lança do desenho tático de luta. Portavam armas de matar a curta distância – espadas e lanças -, e meios

de proteção individual: uma armadura primitiva que cobria a parte superior do torso, protegendo órgãos vitais, e um escudo feito de várias camadas de couro de boi. Os guerreiros posicionavam-se em linha, um exército frente ao outro numa área aberta. A luta não se iniciava sem que antes fossem lançados desafios mútuos sob forma de impropérios ou de simples chamamento ao combate.

A batalha homérica em si, ou recontro – na terminologia de Clausewitz (2010) – era composta de uma somatória caótica de duelos individuais, nos quais não se percebe traços de organização militar. Os mais denodados guerreiros buscam abater outros de igual renome de modo a obter por via dessa ação o tão almejado prêmio do reconhecimento da coletividade, ou seja, a honra heroica. Nas planícies da Tróia não há nem pode haver túmulo do soldado desconhecido. Todos os combatentes que tombaram em luta são nomeados pelo narrador, não raro além dos nomes outras informações familiares também são fornecidas ao leitor. Em muitas das cenas de combate os heróis antes de duelarem entre si pomposamente refreiam suas bigas e recitam para o inimigo não somente seu nome, mas também sua descendência paterna e o s feitos que ele até ali praticou. A morte gloriosa não pode ser anônima, aquele que perecerá sob os golpes do vencedor deve saber quem o mata, assim como o sobrevivente da luta deve saber a quem está tirando a vida. Um padrão de guerrear eminentemente ritualística, que preza o ritual acima de tudo, inclusive das exigências de ordem tática. Gregos ou troianos da épica homérica parecem desconhecer a possibilidade de uso de táticas de ordem unida. O furor guerreiro individual que não se subordina a nenhum tipo de organização prévia de combate preside toda e qualquer forma de deslocamento das tropas, independente do lado a que ela pertença. Em sua essência a modalidade de luta assenta-se sobre a inexistência de linhas fixas de defesa e ataque, fluidez tática absoluta, ação individual e desdém por ordenamento coletivo.

A fábula épica da *Ilíada* é posta em movimento com o episódio da cólera de Aquiles. Julgando-se insultado pelo comportamento do comandante-em-chefe da expedição militar punitiva, o atrida Agamenone, que lhe roubou a escrava Brises, o colérico guerreiro recusa-se terminantemente a dar combate ao inimigo até que haja ressarcimento do bem perdido. Nem mesmo uma embaixada rogatória formada por ilustres membros do alto-comando da força expedicionária invasora o demove de sua decisão. Apenas a morte em combate de seu amigo Patroclo, vitimada pelas mãos homicidas de Heitor o fará retornar ao *front* à frente de seus comandados, os célebres Mirmidones. Nesse episódio há muitos elementos ilustrativos das matrizes mentais do heroísmo homérico que

persistirá nas canções de gesta e nos ciclos de novelas cavaleirescas. O principal deles é a honradez. Se Aquiles se ausentou da luta numa fase em que ela se mostrava mais desfavorável aos gregos foi porque se sentiu publicamente desonrado, crime para o qual não há possibilidade de perdão. A serva que lhe foi retirada contra sua vontade importava bem menos que o fato de que a convocação para que ela fosse entregue ao atrida foi feita em público durante a fase final da primeira das muitas assembleias de planejamento estratégico. É a desfeita o elemento desencadeador da greve militar do herói. E, sendo fiel a um código de conduta que ainda encontrará eco nas novelas de cavalaria, essa desonra só poderia ser reparada de duas formas: com sangue – hipótese cogitada por Aquiles, mas detida a tempo pela intervenção dos deuses que refrearam sua cólera – ou por via de uma retratação que desdissesse a ofensa lançada. A embaixada enviada para demovê-lo de suas intenções grevistas teve essa função, mas fracassou. A hbris do herói era desmedida, assim como suas ambições guerreiras.

Aquiles é o mais fascinante e o mais detestável de todos os heróis de Homero. Condensa em si virtudes e defeitos hiperbólicos. Seu heroísmo centra-se sobre uma audácia e um destemor frente ao inimigo que a princípio despertam admiração rapidamente seguida de uma dose de repugnância. O grande guerreiro aqueu não é somente colérico, mas é também imprudente, arrojando-se para luta sem qualquer consideração pela sua segurança individual de combatente e daqueles que o apoiam na luta. Nas pugnas travadas nas planícies de Tróia ele é, sem dúvida, o guerreiro mais combativo: um homicida realizado. Falta-lhe, contudo, uma capacidade mínima de deliberação, mostra-se imprudente e, por isso, distancia-se enormemente da figura de Odisseu prudente – e um tanto velhaco, é certo – e com certos traços de humanidade que o aproximam mais de um herói dos moldes da cavalaria. É duvidoso crer que para Homero Aquiles seja um modelo ideal de virtude, dada a representação que dele é feita no texto. O verdadeiro herói também se nutre de sabedoria e não age apenas desarrazoadamente, confiando tão somente na enormidade de sua força. Curtius (1996, p.227) considera que “na opinião de Homero, o equilíbrio entre a força e a razão” (VII, 288. II 202. IX 53) é o ideal da virtude guerreira.

A *Hybris* desmedida de Aquiles é a causa última de sua perdição. Associam-se uma insaciável voracidade por glória militar a um senso de orgulho sem medida. Em termos da aspiração quase infinita ao reconhecimento público dos feitos praticados todos os heróis das sagas homéricas parecem se nivelar. A mobilização de tropas que arregimentou guerreiros de todas as partes da

Grécia arcaica foi motivada por uma disputa de honra, o rapto de uma mulher que foi levada por um estrangeiro para o interior de uma cidade murada do outro lado do mar Mediterrâneo. A desonra que se abateu sobre o a casa do comandante-em-chefe da expedição, o atrida Agamenon, rei de Esparta, foi extensiva para a coletividade das cidades-estados que constituíam o quadro geopolítico da península grega. Homero deixa em evidência que para o grosso da tropa - os combatentes de base - à medida que as operações belicosas foram sendo desencadeados nas planícies de Tróia e nas áreas circundantes a ela, os dois grandes atrativos passaram a ser o butim resultante da partilha dos saques e a glória decorrente da destruição final a ser imposta ao ponto fortificado de defesa do inimigo. Uma doutrina de guerra sem grandes fundamentações de ordem utilitária. Não são razões de Estado que motivam sua execução, mas sim princípios de ordem abstrata ligadas a uma concepção elevada de existência. Os combates e as vitórias são a distinção mais alta a ser alcançada, a guerra é algo que se fecha sobre si mesmo, não é um meio para um fim – como defenderia séculos depois Clausewitz -, é uma espécie de conteúdo da própria vida. Os gregos do período homérico possuíam um termo específico para designar o heroísmo da nobreza, a arete, vocábulo que designava também a destreza guerreira, a aptidão para os combates e para o comando em sociedade. Conjugam-se, portanto, a mais alta honradez e bravura militar (JAEGER, 2003).

É uma doutrina militar que se apoia sobre conceitos como os por honra e de reconhecimento público dos atos praticados: uma espécie de aval por parte da comunidade na qual o herói se insere, sem o qual o seu existir no mundo perde o sentido. Recorde-se à propósito disto que na tradição heroica mítica dos gregos antigos Ajax atenta contra a própria vida, por considerar ter sido injustamente preterido na partilha do espólio militar do falecido Aquiles. As armas deste valoroso herói foram destinadas ao industrioso Ulisses de Ítaca. Diante do que considerou uma demonstração pública de rebaixamento de seu status heroico, restou a Ajax o suicídio.

Desonra implicaria no ostracismo, na perda de aura heroica que a coletividade concederia ao executor de grandes feitos dignos de serem lembrados. A sociedade cavaleiresca concebia que honra estava reservada para os nobres, para os demais restava a vilania. A honra é apanágio da nobreza que a ostenta por tê-la conseguido à custa de grandes realizações supostamente viris. Animando tudo há o desejo de honradez, de reconhecimento. De uma busca de memória que concederia imortalidade ao ser do herói recordado. A poesia resgata do esquecimento aqueles cujos feitos nomeia. Formulada nestes termos a ideia está em Lima (2006), contudo, ela deita raízes na

tradição heroica grega. Na *Ilíada* ou uma das maiores – senão, a maior – das motivações dos grandes heróis é o desejo de ter seus feitos rememorados por outros homens de tempos posteriores. Havia, portanto, um intenso desejo de rememorar ações praticadas por grandes heróis do passado e de ser remorado como herói. Para um nobre nada mais deletério que o esquecimento. Note-se que paralelo à honradez caminha a desonra, sua imediata negação. Esta pode manifestar por meio da desfeita, do não reconhecimento do valor alheio ou de ofensas.

A falange é a grande instituição militar dos gregos clássicos. Seu mais perfeito instrumento de morte, aquele lhes concedeu notoriedade nos assuntos de conduta da guerra. A grande contribuição grega não foi apenas o do pioneirismo na percepção de que táticas de ordem unida potencializam o coeficiente de eficiência militar, antes ela se traduziu numa até então nunca antes vista ferocidade em combate que trouxe um novo ingrediente para as ações ofensivas em larga escala: *a ideia do combate decisivo*. (KEEGAN, 1996). Nos combates descritos por Homero – como de resto nas descrições de lutas armadas de povos não-ocidentalizados – há uma série de limitações ao guerrear, a começar por aquela que talvez seja a mais decisiva, a hesitação. Dito em outros termos, as forças envolvidas na batalha parecem desconhecer – ou não reconhecer a validade – do processo de decisão por meio do aniquilamento definitivo do inimigo ou do desbaratamento de suas linhas de defesa valendo-se de um dispositivo tático vigoroso. Se a expedição militar punitiva organizada por Agamenon para punir a insolência dos troianos se estendeu por uma década inteira – tempo excessivamente extenso para um cerco a uma praça-forte inimiga – foi porque, dentre outras razões, a mentalidade guerreira de ambos os lados envolvidos no conflito privilegiava táticas de ação limitada. O ritualístico prevalece sobre questões de ordem prática. Os guerreiros das epopeias helênicas combatem com hesitação e dentro de uma delimitação espaço-temporal: luta-se sempre à luz do dia, em planícies e com preparação prévia que inclui rituais que não somente servem para incentivar os combatentes aliados, mas também para alertar o inimigo de que o ataque será desencadeado. É uma guerra de cavalheiros; não deve surpreender, portanto, que ela cause danos materiais e humanos singularmente limitados.

Os guerreiros homéricos portavam-se em combate renegando aos princípios daquilo que modernamente uma corrente de helenistas denomina de *Modo ocidental de guerrear*. Segundo Hanson (2002) essa concepção tático-estratégica de condução da luta armada possui um conjunto de traços que o diferenciam de outras tradições marciais provenientes da Ásia, África, Oceania ou

das Américas. Primeiro cumpre destacar aquele que talvez seja seu fundamento primordial, a busca pela batalha decisiva.

A guerra praticada por sociedades tribais - na teoria militar conhecida como guerra primitiva - não possui caráter de definição, ou talvez seja melhor posto, ela não tem como centro de seu dispositivo tático a obtenção de uma vitória aniquiladora sobre as formações adversárias desferindo sobre ela um golpe decisivo. O guerrear primitivo prolonga-se indefinidamente no tempo e no espaço. Temporalmente falando a guerra assume feições de uma extensão quase sem demarcação de ponto de finitude. Não há o conceito abstrato de instrumentalidade da violência para alcançar de modo conciso e objetivo metas previamente traçado por um dado grupo humano. Em termos de ambiente, as conduções das operações de combate também desconhecem circunscrições geográficas precisas, ou seja, inexistente o conceito de frente continua de luta na qual devem se desenvolver as operações ofensivas.

Campanhas não são antecedidas por um planejamento pré-operacional que defina com quais as metas estratégicas serem alcançadas. Confiantes unicamente na ação individual do combatente, a maior atenção é concedida na capacidade deste de abater o adversário numa investida solitária. A grande contribuição dos gregos – como insiste em destacar Keegan (1996) – para a história da evolução das táticas militares foi a retirar do combate seu caráter ritualístico e adotar como princípio norteador o da aniquilação rápida e decisiva da hoste a ser combatida. A demanda pela batalha determinante – contrapondo-se às manobras infundáveis e inconclusivas, patrimônio das guerras primitivas – se materializa numa doutrina que tem a ofensiva como um de seus eixos. Todos os meios disponíveis devem ser empregados – quando as condições se apresentarem propícias – para colocar as formações inimigas em condições desfavoráveis, potencialmente capazes de fazê-lo reconhecer a impossibilidade de prosseguir lutando. A meta final, portanto, é inabilitar de forma transitória ou definitiva o oponente com máxima economia de custos.

Na *Iliada* a ação ofensiva sobre as linhas inimigas obedece a princípios normativos menos práticos que ritualísticos; disso resulta, quase sempre, uma guerra de baixa intensidade e de limitada letalidade. O ataque incide sobre pontos aleatórios devido a inexistência - ou desdém deliberado - por um planejamento pré-operacional que identifique de antemão fragilidades do sistema defensivo a ser desbaratado. A opção se dava por incursionar no território alvo, realizar ações ofensivas e de lá se retirar com máxima presteza, regressando para a proteção da base situada no aldeamento do qual

eram originários. Ou seja, essa ritualística não contempla um elemento que é fundamental para a mentalidade ocidental: a batalha decisiva que busque pôr fim à luta num espaço relativamente curto de tempo. O estado de aberta animosidade se prolonga indefinidamente mesmo após a conclusão das operações iniciais contra o dispositivo defensivo adversário.

As guerras intertribais testemunhadas pelos cronistas portugueses que estiveram no território que posteriormente corresponderia ao Brasil atestam em seus relatos que as pugnas coletivas não cessavam com a assinatura de um armistício que firmasse os termos do acordo de paz. Após a incursão inicial, independente do que disso resultasse vencidos e vencedores permaneciam em estado de máxima prontidão, dispostos a rechaçar ou agredir novamente o inimigo. Dessa forma, deve-se falar de um estado de guerra que permanecia latente, inconclusivo e que se alimenta de um incentivo resultante de um círculo de *Vinditas*.

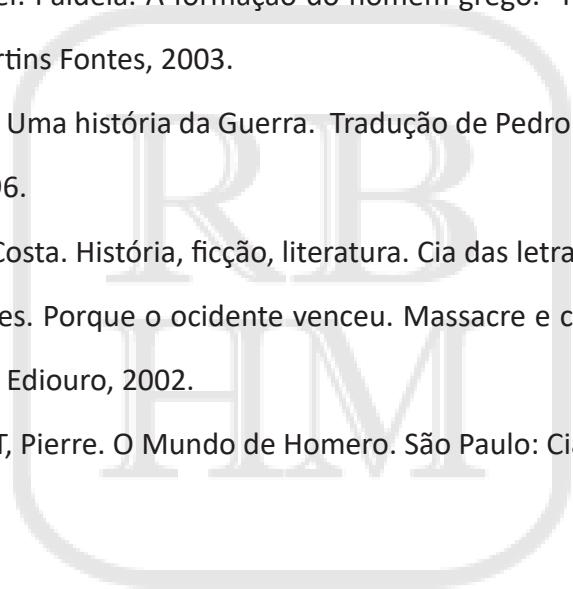
Se o modo primitivo de guerrear é marcado pela hesitação no uso absoluto da força, o mesmo não é válido para seu congênere ocidental. Clausewitz (2010) sintetiza essa concepção ao assinalar que “na guerra a moderação é um absurdo”. O máximo de força deve ser empregado de uma única vez sobre o adversário de modo a fazê-lo aceitar os termos duros da paz ditados pelo vencedor. A luta não se afigura como ato cego de paixão, mas, sim como um desígnio que busca alcançar a realização de uma meta previamente traçada, a de imposição da vontade. Portanto, há nisso uma instrumentalidade do uso da violência coletiva que deve ser canalizada e conduzida para execução de metas que se situam num campo de expectativas muito além dela mesma. A meta ideal a ser atingida é a da submissão da força armada com a qual se confronta no campo de batalha, imposição essa que deve se ocorrer pela aniquilação do seu poder ofensivo. O inimigo deve ser deixado em tal posição de inferioridade ou desconforto que se veja obrigado a renunciar a quaisquer meios de resistência. Havendo uma repugnância pela possibilidade de extensão temporal indefinida das operações de combate.

De Aquiles a Diomedes; da hegemonia do guerreiro individual unicamente confiante no poder de seu fortíssimo braço passa-se para a dimensão inteligente do guerrear, centrada no cálculo prévio das ações táticas e rigoroso planejamento de execução de operações coordenadas e subordinadas a um princípio organizacional único. A idade dos grandes guerreiros homéricos é suplantada por uma instituição que fincou fundas raízes no imaginário militar ocidental, a falange *hoplitica* grega que conhecerá seu máximo poder de combate com as guerras médicas travadas contra os impérios

orientais.

REFERÊNCIAS:

- BRIZZI, Giovanni. O guerreiro, o soldado e o legionário. Os exércitos no mundo clássico. Tradução de Suzana Stahel. São Paulo: Madras, 2003.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução de Maria Tereza Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CURTIUS, Ernst Robert. Literatura Europeia e idade média latina. Tradução de Segismundo Spina. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HOMERO. Ilíada. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- JAEGER, Werner. Paidéia. A formação do homem grego. Tradução de Arthur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KEEGAN, John. Uma história da Guerra. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- LIMA, Luiz da Costa. História, ficção, literatura. Cia das letras: São Paulo, 2006.
- HANSON, Davies. Porque o ocidente venceu. Massacre e cultura de Tróia ao Vietnam. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. O Mundo de Homero. São Paulo: Cia das Letras, 2000.



Teorias sobre nacionalismo: um debate conceitual e teórico das relações entre Nação e História

Rafael Macedo da Rocha Santos¹

Resumo:

A ideia de nação permeia os estudos de ciências humanas como um dos conceitos mais desafiadores da atualidade. A particularidade do *nacional* na História permitiu que a formação do Estado-Nação planificasse as ações humanas em um sistema racional-burocrático em conexão com outras vertentes sociais e culturais até mesmo fora da alçada *tradicional* do político. O artigo pretende oferecer um amplo debate teórico entre as origens do conceito de nacionalismo concomitante com a própria trajetória do conhecimento histórico com enfoque a partir do século XIX.

Palavras-Chave: nação, nacionalidades, nacionalismo; Estado-Nação

Abstract:

The idea of nation permeates the studies of human sciences as one of the most challenging concepts today. The particularity of the national in history allowed the formation of the nation-state to plan human actions in a rational-bureaucratic system in connection with other social and cultural aspects even outside the traditional domain of the politician. The article intends to offer a wide theoretical debate between the origins of the concept of nationalism concomitant with the own trajectory of historical knowledge with focus from the nineteenth century.

Keywords: nation, nationalities, nationalism; State-Nation

¹ Doutorando em História Comparada (PPGHC –UFRJ). Bolsista CAPES. Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela UFRJ e Mestre em História Comparada pela mesma universidade. Possui três pós-graduações lato sensu (especializações) nas áreas de Gestão de Crises em Relações Internacionais, Meio Ambiente e Economia. Realizou cursos de extensão e aperfeiçoamento na área de Relações Internacionais certificado por universidades estrangeiras. Já foi pesquisador celetista do Instituto BRICs Policy Center na área de Economia. Foi bolsista mestre do setor de Direito da Fundação Casa de Rui Barbosa, atuando no grupo de pesquisas CEDPIR (fluxos migratórios). Contato: rafaelmrsantos@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é debater teoricamente os conceitos clássicos de nação e nacionalismo, alguns dos componentes conceituais mais interessantes e desafiadores da pós-modernidade.

Pretende-se associar o conceito de nação como algo particular, que não compartilha peculiaridades com nenhuma corrente ideológica como o marxismo ou o liberalismo.

A História, enquanto análise das ações humanas, se insere na compreensão de fenômenos constituídos culturalmente ao longo do tempo como o nacionalismo. Trata-se de pesquisar movimentos de longa duração, cujas variantes de época para época são determinantes para apontar vestígios de condicionalidades em uma dada sociedade.

O conceito de Estado-Nação se confunde com a trajetória percorrida pelo próprio conhecimento histórico. Ambas as suas origens remontam ao século XIX, estão amparadas na noção de identidade e se debatem com a repetição de fenômenos: a continuação do passado sobre o presente em torno da ideia de nação.

O historicismo cientificista do século XIX se pautou pela busca de leis constantes que traduzissem as regularidades do processo histórico. A memória nacional é umas maiores matérias-primas da História, sobretudo, de viés político.

A historicização de fenômenos nacionais considerados *míticos* e *imemoriais* é relevantíssimo para a compreensão de suas origens. Ao datá-los, o historiador pode analisar casualidades e movimentos coletivos.

O olhar do historiador é prejudicado pela ausência de uma teoria específica sobre como tratar a complexidade do “nacional”. Nesse sentido, o historiador de “formações nacionais” prescinde da análise de movimentos coletivos gerais (principalmente àqueles relacionados à política contemporânea) e permanentes de construção de memória.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A concepção que prevalecia antes do século XVIII era o Estado como uma variante de “Pátria” ou algo que se refere ao território natal e ao lugar de nascimento. Tal expressão é oriunda da palavra Patter, que significa Pai, ou seja, remetia a ideia de poder Pátrio (relacionado muitas vezes ao poder monárquico) ou “o que pertence ao Patrimônio” sem tantas conotações territoriais

ou culturais.

A palavra nação, embora já existisse no século XVI, era designada somente para apontar grupos sociais com descendência cultural em comum, mas ainda sem conotação territorial: tratava-se apenas como uma forma de se referir à minorias étnicas.

Durante o processo de nivelamento político, jurídico e financeiro do Estado e da sociedade, na transição entre Idade Média e Idade Moderna estimulou-se a ação do mercado. Levantava-se assim um poder soberano e legítimo monárquico sobre os privilégios feudais diante de uma sociedade fragmentada e dividida.

As práticas de acumulação de riquezas pelo Estado (metalismo) passaram a serem compreendidas como de interesse público, criando uma incipiente noção de coletividade.

Até o século XVIII, a ideia de Estado ainda conotava uma ligação intrínseca com o poder absolutista: baseava-se na ideia de territorialismo, ou seja, quanto maior for seu território, maior serão seus poderes, riquezas e capacidade de subjugar outros Estados.

O Estado moderno, embrião oriundo da Revolução Francesa (1789), compreende-se desde então como uma utopia coletiva, acima de toda e qualquer classe social, contribuindo para a união comum de interesses coletivos e um compromisso que todos adquirem desde o nascimento. Ao legitimar uma nova ordem, instaurou noções como igualdade de direitos civis e universais e separação/independência entre os poderes.

O advento do liberalismo na França pós-1789 eliminou uma lógica patrimonialista sobre as ações do Estado, havendo uma ênfase no individualismo e no racionalismo desde então. Essas características serão essenciais, por exemplo para a formação de um conceito de nacionalidade moderno, sem estar atrelado à noções tão abstratas como outrora.

A palavra nação vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), (...) por extensão, os indivíduos nascidos de uma mesma mãe, e posteriormente, os nascidos no mesmo lugar.

O conceito de nação leva mais em conta fatores culturais do que propriamente territoriais, apesar de ambos necessitarem de uma sustentação convergente entre si. Enquanto o Estado atravessasse turbulências que evitassem sua preponderância e hegemonia, poderia apropriar-se da coletividade para alcançar tais objetivos.

Nesse sentido, o nacionalismo também se relaciona diretamente à História por ambas serem focos de construção de memória coletiva. As ideias nacionalistas são o ponto de junção entre

as ações políticas promovidas pelos Estados e a identidade cultural da população. Concebe-se que o século XIX consolidou a ideia de “Estado-nação” no âmbito político, enquanto no século seguinte esse conceito se consolidaria culturalmente.

Embora o surgimento da nação seja atribuído à datas imemoriais, seu ano de nascimento ocorreu por volta de 1830, momento de apogeu das revoluções liberais na Europa, e atingiu seu ápice no começo do século XX. O Estado nacional abriu o caminho para o capitalismo com a criação do mercado, mediante o estabelecimento de espaços territoriais submetidos a autoridades impessoais e regras homogêneas.

O século XIX viu as massas adquirirem conscientização de classe e o surgimento de novas ideologias que colocaram as populações como novas definidoras das políticas estatais. Os Estados europeus precisavam do consentimento dos novos cidadãos e de seu engajamento para ações de contenção contra as outras potências.

Esses Estados também precisavam incluir todos os seus habitantes em territórios sob o seu domínio, como os casos de unificações europeias tardias como Itália e Alemanha em fins do século XIX. Esse tipo de nacionalismo foi um dos biombos justificadores originários dos dois conflitos mundiais de massa no século XX.

Os movimentos intelectuais mundiais de fins do século XIX e início do século XX articulavam noções como positivismo e xenofobia na formação das nacionalidades. Essas inclinações foram essenciais para a reafirmação de uma identidade nacional extremista.

As representações de nacionalismo oferecem uma gama de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. As ideologias são componentes essenciais para a construção imaginária das nações: a necessidade de materializar essas representações em torno de símbolos como monumentos e locais de veneração. Nesse sentido, adquire uma estreita relação com a ideia de memória.

Como componentes claros de uma época moderna, os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, visto que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa (1789): a ideia de que o Estado deixa de ser uma entidade essencialmente patrimonialista para se tornar algo de interesse cultural comum.

IDEIA DE NACIONALISMO PARA MARXISTAS, FREUDIANOS E LIBERAIS:

Para os marxistas, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza intrinsecamente arbitrária. Os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controle ideológico das elites sobre o proletariado como se as fronteiras nacionais representassem o raio de atuação de uma determinada burguesia local em detrimento de outra.

A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (CHAUÍ, 2000: p. 17). O próprio conceito de nação é considerado como uma “anomalia” para o marxismo, visto que a luta internacionalista da *revolução proletária* não concebe fronteiras nacionais.

Para os marxistas, os indivíduos enquanto agentes políticos desempenhariam uma função primordial na manutenção de uma ordem econômica alheia a seus desejos: a insegurança gerada pelas experiências burguesas no século XIX e pelo choque entre os Estados (imperialismo) precipitou o aceleração do culto à nação. A maioria dos nacionalismos não engloba questões de diversidades, mas questões homogeneizadoras. Estas “tradições” seriam inventadas por elites para justificar a importância de suas nações.

Para Sigmund Freud, o Estado-Nação seria um instrumento intrínseco de repressão dos impulsos humanos. O papel do inconsciente, da libido e das pulsões sexuais sobre o Estado-Nação exerceria grande responsabilidade pelos comportamentos dos homens do poder, ocultando a ambição e o apetite do poder próprio do “político”.

A questão das nacionalidades, na acepção freudiana, surge como um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede o cidadão de lidar com ela. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um dentro de uma sociedade racionalista (SILVA, 2001: p.79)

Freud, que fora contemporâneo dos autores que discorriam sobre nacionalismo entre os séculos XIX e XX, utiliza-se da terminologia “mal-estar” para caracterizar a existência de uma sociedade que naturaliza a repressão contra o indivíduo. A exaltação da frieza e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anônimo consolidou-se como uma das heranças

perpetuadas a partir do advento de sociedades pós-modernas.

Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na sociedade moderna em não ser um “perdedor”. Isso permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida face aos medos interiores, que surge como argamassa da identificação da massa com o seu líder. (SILVA, 2001: p.92).

Para os liberais, as nações eram objetos da ação da natureza e eram necessárias para relacionar a terra (o território) às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações poderiam coexistir sem a necessidade da guerra para regular suas relações embora a existência do Estado sem a existência da nação fosse considerado artificial e arbitrário (por não englobar fatores culturais em sua constituição).

O nacionalismo também ataca a própria ideologia liberal, já que concebe a atuação do Estado como uma força de atuação constante e máxima sobre a sociedade, distante do conceito clássico de “laissez faire”, onde o mercado se sobrepõe sobre o Estado-Nação. Na realidade, ao longo da História, o que vimos foi uma sobreposição dos conceitos economicistas nacionalistas como o desenvolvimentismo sobre a ideia de livre-mercado.

DEBATE BIBLIOGRÁFICO

Segundo Benedict Anderson (1994), o conceito de nacionalismo pode ser compreendido mais como uma construção do senso comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda a ponto de se tornarem entidades históricas inquestionáveis, mais antigas do que realmente são, pois impõe um vínculo com o passado *mítico* como origem em comum.

Anderson (1994) relacionava o capitalismo como condição *sine qua non* para o êxito desse nacionalismo, pois esse tipo de organização social fazia com que as ideias circulassem com maior rapidez, promovendo uma unidade linguística intencional.

Nesse sentido, o desenvolvimento da imprensa atuou como um fator inconsciente para a popularização e propagação do conceito de nacionalismo no senso comum.

A criação imaginária da nação para Anderson (1994) buscava ser um instrumento raro de unificação social em questões que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível da

realidade, fazendo com que todos os cidadãos se conhecessem e interagissem indiretamente por meio de sentimentos coletivos.

O nacionalismo trata de uma necessidade sociológica difícil de ser atingida em épocas pré-modernas devido à dificuldade de homogeneização cultural. Em eras contemporâneas ou pós-modernas, a necessidade de comunicação impessoal articulada com um alto grau de padronização cultural passa a prevalecer na sociedade. O individualismo e o racionalismo seriam condicionantes essenciais para essa formação.

A invocação do passado em relação à nação “constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente, daí a incerteza se o passado é de fato passado ou se persiste sobre outras formas” (SAID, 2000: p. 33).

Os elementos de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante: o colonialismo. Edward Said (2000) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social e cultural.

Para Mazzini (1995), os nacionalismos são construções culturais imaginárias, que não são tão antigos quanto a História. A fundação da nação tornou-se um processo permanente de constante reciclagem e modelamento, que acabou se transformando em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de governos.

Mazzini (1995) afirma que a nação é um assunto necessário e original que nunca foi criado: não teve um começo e não terá fim. As nações são uma dimensão natural e necessária da história humana, cuja vitalidade histórica depende de sua liberdade: “Não foi criado em um pacto entre homens. A nação sempre existiu, mesmo que na consciência dos homens: é um componente necessário”. O autor relaciona a existência de uma nação como algo atrelado à existência do próprio Estado, portanto, com viés político:

A nação existe na natureza, mas apenas como corpo inerte e inanimado: precisa de leis e instituições. O homem não cria ou destrói uma nação, mas é somente através da intervenção do homem que a nação é dada a leis e instituições para se afirmar como um sujeito historicamente dinâmico. A nação não é mero conjunto de fatores naturais e históricos, mas um órgão político que tem governo, vontade legal e suas próprias leis.²

² http://www.associazionemancinivicum.org/base.asp?http_request=home Consultado em agosto de 2017.

Enquanto vários autores definiram a nação por critérios objetivos, como uma raça ou grupo étnico “compartilhando características comuns”, Ernest Renan (1997) definiu-a pelo desejo de um povo de viver em conjunto. A nação tornou-se constantemente perene por depender de um “plebiscito diário”. Esse conceito seria composto por duas vertentes:

(...) uma alma e um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são uma só, constituem essa alma ou princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de memórias; outra é o sentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetuar o valor de uma herança recebida de forma indivisa ... pressupõe um passado; mas ela é sintetizada no presente como um fato concreto, o sentimento, o desejo expresso e claro de continuar uma vida em comum. A experiência de uma nação é um plebiscito diário, tanto quanto uma existência individual é uma perpétua afirmação da vida (CASTRO, 2012: pp. 62-63).

Esse autor acredita que as pessoas se unem em suas memórias de sofrimento porque aliviar o sofrimento requer um “esforço comum” que sirva de base para a unidade.

Renan (1997) sugere o esquecimento como característica comum entre todas as nações: “verdades indesejadas” são prejudiciais ao ideário nacional, no sentido de que escancara ações de violência e alteridade quanto à formação enquanto nação.

Renan (1997) ainda relaciona a nacionalidade com um exercício de autodeterminação comum, independente de escolhas ou vontades políticas. Por fim, Renan discorda da fala de Mancini sobre a falta de final do movimento ao defender que o nacionalismo pode sim ter um caminho finito, como por exemplo, sendo substituído por uma comunidade de nações regionais que a substitua em termos de soberania.

De acordo com Ernest Gellner (1997), a ideia de nacionalismo está intimamente ligada à uma típica criação da era moderna, dada à necessidade de elementos morais e sociais presentes apenas em sociedades seculares, racionais e individualistas.

Gellner (1997) trata o nacionalismo como uma necessidade de sociedades pós-modernas ou contemporâneas, haja vista que era a nação era um conceito indispensável em um meio de cunho racionalista e individualista.

A formação do nacionalismo moderno, por exemplo, jamais se faria com base apenas em preceitos religiosos, por exemplo: apenas sociedades seculares poderiam reclamar para si uma forma de nacionalismo contemporâneo.

Eric Hobsbawn (1991) corrobora a tese de “invenção de tradições” e afirma que os nacionalismos eram o elo entre as políticas domésticas e internacionais, principalmente em períodos de turbulência interna. Nesse sentido, a pressão nacional era fator decisivo que corroborava os argumentos usados pelos argentinos em foros internacionais.

Hobsbawn afirma que os nacionalismos criaram visões de alteridade de uma nação para outra: “o nacionalismo se tornou uma ideologia manejável dentro da estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser um mundo liberal e um mundo liberal seria feito de nações” (HOBSEBAWN, 1991: p.113).

Eric Hobsbawn (1988) destaca as especificidades desse fenômeno: “O nacionalismo ataca a democracia, demole o anti-clericalismo, luta contra o socialismo e solapa o pacifismo, o humanismo, o internacionalismo e o liberalismo” (p.203).

CONCLUSÃO

A grande convergência de opiniões entre os autores especialistas considera que a ideia de nação, como sendo um fenômeno dotado de grande historicidade construído pelo imaginário, precisou da História para se legitimar e para fazer acreditar que a identidade dos países estava assentada em um passado muitas vezes anterior à própria existência cronológica do Estado-Nação enquanto unidade política.

Os autores em geral são unânimes em afirmar que o nacionalismo é uma ponte de ligação entre o passado e o presente. Nesse sentido, a História se torna sempre presente, no momento em que a veneração à simbologia dos Estados Nacionais não encontra barreiras físicas, espaciais e nem mesmo temporais.

A alteridade social e individual relacionada ao nacionalismo se baseia em uma resposta que se impõe como uma verdade, para o qual não há escolha. As bases das diferenças sociais são abolidas frente a instituições homogeneizadoras como o Estado-Nação com vistas a promover uma unidade “imaginária” em torno de causas comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1994.

- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: USP, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 2001.
- CASTRO, Fernando. *Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental*. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 32, nº 63, p. 301-324, 2012.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo: Gradiva, 1997.
- HECKER, Alexander. A História política e seu historiador. In: *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Revista da USP, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAZZINI, Pasquale. *Sobre la nacionalidad*. Madrid: Tecnos, 1985.
- POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RAMONET, Ignacio. *As guerras do século XXI*. Petrópolis, Vozes: 2003
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* Rio de Janeiro: Cadernos de Pós da UERJ, 1997.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (org.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WHELING, Arno. *A invenção da História*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

A Exploração de Coltan e os Conflitos no Leste da República Democrática do Congo¹

Marcelle Christine Bessa de Macedo²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre a exploração de recursos naturais congolese e os conflitos na República Democrática do Congo (RDC), tendo por estudo de caso a exploração do coltan. Tal exploração financia os grupos armados da região. O objetivo é entender se o consumo do ocidente ajuda no financiamento destes conflitos, uma vez que os consumidores ocidentais aumentam, cada vez mais, a demanda por aparelhos que utilizam o coltan para a sua fabricação. Este trabalho buscará entender se isso ocorre, além da possível existência de outras causas. Vale ressaltar que os Estados ocidentais não são os únicos beneficiários desta exploração, atores estatais e não-estatais africanos participaram da pilhagem de tais recursos..

Palavras-Chave: Coltan, Financiamento de Conflito, República Democrática do Congo.

ABSTRACT.

The objective of this work is to present the relationship between the exploitation of natural resources in Congolese and the conflicts in the Democratic Republic of Congo (DRC). Such exploitation finances the armed groups in the region. The aim is to understand if Western consumption helps in the financing of these conflicts, as Western consumers are increasingly increasing the demand for appliances that use coltan for their manufacture. This work will try to understand if this occurs, in addition to the possible existence of other causes. It is worth noting that Western states are not the only beneficiaries of this exploitation, African state and non-state actors have participated in the plunder of such resources.

Key-Words: Coltan, Conflict Financing, Democratic Republic of Congo.

1 Trabalho apresentado originalmente no Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Edição 2016: organizado pelo Núcleo de Estudos Internacionais Brasil Argentina da UERJ (NEIBA).

2 É Mestre em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018) e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle - Niterói (2015).

INTRODUÇÃO

Os recursos naturais congolese foram explorados sem benefício para grande parte de sua população desde a época colonial. No entanto, segundo Turner (2007), há diferenças importantes entre as pilhagens cometidas durante o colonialismo europeu e a época pós-independência. Cabe ressaltar que a dinâmica ocorrida após o fim da Guerra Fria iniciou a pilhagem sistemática de recursos, pois, sem o apoio das superpotências, o governo do então Zaire necessitava de recursos para o financiamento de seus conflitos (LE BILLON, 2005).

Nos conflitos que se iniciaram na década de 1990 os recursos naturais constituíram uma “economia de guerra”, financiando diversos grupos armados, como o próprio exército congolês, além de diversas milícias, sobretudo no leste do país (LE BILLON, 2005; BURNLEY, 2011).

Segundo Alao (2007), a região leste congolese possui vastas reservas de ouro, diamantes e manganês, entre outros minerais valiosos. Nesta região, existem as reservas de coltan, cujo potencial é desconhecido devido à grande existência de comércio ilegal do minério (GEENEN, 2011). O coltan é importante no mercado internacional, principalmente, por ser utilizado em produtos eletrônicos e aparelhos celulares.

Para buscar explicações para os fatos desta pesquisa, o trabalho parte de uma visão pós-colonial e tem como um dos eixos centrais o conceito de globalização.³

Segundo Mbembe (1992):

“A noção de ‘pós-colônia’ identifica especificamente uma determinada trajetória histórica das sociedades emergentes recentemente a partir da experiência da colonização e a violência que a relação colonial, por excelência, envolve. (...) É um sistema específico de sinais, uma forma particular de fabricação de simulacros ou reformulação de estereótipos” (p. 3).⁴

Dessa forma, a pós-colônia é formada por instituições que constituem um regime de violência (Mbembe, 1992). Segundo Ayoob (1995), devido ao fim tardio da colonização africana, os Estados do continente encontram-se, ainda, em processo de formação estatal. Tal processo, segundo o autor, é semelhante ao europeu, no entanto, em um período com maior fluxo de informação e

3 O conceito de globalização que norteia o artigo parte do pensamento de Held (2001), para quem, a globalização consiste em um conjunto de forças que moldam as sociedades e a ordem internacional, além de uma forma de imperialismo ocidental, uma vez que os governos disciplinariam seus cidadãos para que satisfaçam seus requisitos de mercado.

4 “The notion ‘postcolony’ identifies specifically a given historical trajectory -that of societies recently emerging from the experience of colonization and the violence which the colonial relationship, par excellence, involves (...) It is a specific system of signs, a particular way of fabricating simulacra or re-forming stereotypes”.

coerção internacional, por isso, maior conhecimento dos fatos ocorrido.

Apesar desse processo ser o resultado do regime colonial, o fato é mostrado de forma a apresentar uma identidade do continente, como se o mesmo estivesse fadado à violência e barbarismo. Segundo Basaglia (2012) e Abrahamsen (2003), o pós-colonialismo explica a consolidação de tal estereótipo a partir da formação de uma identidade homogênea supostamente africana, construída através da diferenciação entre esta (também conhecida como a do “sul”, das ex-colônias) e o “norte”, ou Ocidente.

De acordo com Ianni (2002), na história moderna, o mundo foi cenário da formação e expansão de mercados. As nações mais poderosas articularam colônias em conformidade com as suas estratégias. Assim como as mercadorias convencionais, as informações são reproduzidas e comercializadas em escala mundial. “As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidos, comercializados e consumidos como mercadorias” (p. 16).

Basaglia (2012) afirma que as atuais relações entre antigas metrópole e colônia consistem em neocolonialismo, ou seja, as antigas metrópoles continuam a influenciar os Estados africanos através de canais indiretos. Vale notar que tal controle e opressão afetam a construção da estabilidade em tais Estados. Por isso, é importante o estudo de Abrahamsen (2003) sobre a relação entre poder, discurso e instituições políticas. A autora aponta a importância dessa dinâmica para a RDC, a partir de sua relação hierárquica com o Ocidente, ou seja, participando de forma marginal das dinâmicas internacionais, através do processo de globalização, sobretudo no fornecimento de recursos naturais.

De acordo com Held (2001), o processo de globalização não é uniforme e gera desigualdades, pois parte da população mundial fica excluída de seus benefícios, transformando-se em um processo desagregador e contestado. Bauman (1999) corrobora com as ideias de Held, uma vez que considera a globalização como um fenômeno que seria a redistribuição de riqueza e pobreza, recursos e impotência, entre outros, caracterizando, segundo ele, um novo processo de reestratificação mundial. Para ele, “uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão” (p. 9).

Dessa forma, a globalização aliada a estruturas pós-coloniais proporcionaram um papel marginal da RDC no cenário internacional, com suas vastas riquezas sendo comercializadas ilegalmente. Esse fato impacta diretamente a sua população devido à relação da extração desses

recursos com os conflitos que ocorrem no país.

A FORMAÇÃO DO ESTADO DO CONGO

O Estado Livre do Congo foi criado durante a Conferência de Berlim e foi uma colônia privada, do rei belga Leopoldo II, até 1908. Apesar da retórica humanitária, o Congo foi vítima dos mais brutais imperialismo e exploração. Segundo Silva (2012), a visibilidade das atrocidades cometidas por Leopoldo resultou em pressões internas e externas que tiveram como consequência a perda de sua colônia, que foi vendida pelo rei ao Estado da Bélgica, em 1908. As atrocidades cometidas no Congo ocorreram, em grande medida, devido à extração de seus recursos.

O Congo tornou-se independente em 1960, tendo uma dinâmica de conflitos em sua história. Após a independência houve a secessão de Katanga, no leste, recuperada após intervenção da ONU, em 1963. Houve um golpe de Estado, em 1965, perpetrado por Mobutu, que permaneceu no poder até 1997, quando foi derrubado por uma coalizão de atores regionais - Uganda, Ruanda, Burundi e Angola – durante a Primeira Guerra do Congo, e substituído por Laurent Kabila (VISENTINI, RIBEIRO e PEREIRA, 2013; SILVA, 2012).

Após uma tentativa de golpe contra Kabila, iniciou-se a Segunda Guerra do Congo, que se transformou em um conflito cujo objetivo era o controle dos recursos congolezes (TURNER, 2007). O país foi dividido em três partes, sob a influência de Ruanda, Uganda e Congo. Esta divisão ocorreu devido à formação de grupos rebeldes financiados por Ruanda, Uganda e Burundi, apesar do bloqueio regional exercido por Zimbábue, Angola e Namíbia; estes últimos, objetivando a manutenção do governo de Kabila (SILVA, 2012).

A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS CONGOLESES

A pilhagem dos recursos congolezes teve início durante a época colonial, quando Leopoldo pretendia levar o comércio aos povos da região. Os navios que chegavam à Europa, proveniente do Congo, encontravam-se abarrotados de borracha e marfim. Ao regressar, no entanto, as embarcações levavam, apenas, oficiais do exército, armas de fogo e munição (HOCHSCHILD, 1999). O comércio que levaria a tal civilização ao Estado do Congo consistia em borracha, marfim e peles de animais para a Europa em troca de fuzis, munições, cordas, vinho, estampas, crucifixos e contas de vidro. Cabe ressaltar que a produção e comércio de borracha e marfim contavam com o envolvimento

de companhias internacionais, que tinham concessão para a exploração de recursos naturais e humanos (LLOSA, 2011).

Primeiro recurso a despertar a cobiça de Leopoldo, a coleta de marfim utilizava práticas de tortura. Mas a exploração de borracha envolveu os abusos mais cruéis. Havia trabalhos compulsórios e cotas de exploração para as aldeias, quando não atingida, os nativos eram punidos com tortura. A exploração colonial dos recursos naturais resultou na morte de cerca de 10 milhões de pessoas por assassinato, fome e exaustão (SILVA, 2012).

Além das cotas de borracha, aldeias deveriam entregar cotas semanais ou quinzenais de mantimentos, que eram utilizados para alimentar os homens que instalavam postes de telégrafo e construía depósitos, além das guarnições da Force Publique, exército de Leopoldo II organizado em 1888, com cerca de 19 mil homens, considerado à época o exército mais poderoso da África Central (LLOSA, 2011).

Durante o período de colonização congoleza, o setor industrial belga, que necessitava de matérias-primas e mercado para seus produtos, foi dinamizado pelas reservas de recursos naturais e humanos congolezes. A exploração desses recursos congolezes em benefício da metrópole impediu o desenvolvimento, após o período colonial, de sua administração e de seu exército nacional, pois os congolezes ocupavam somente as posições hierárquicas mais baixas, não havendo um preparo dos mesmos para gerir o Estado após a retirada dos belgas. Com a falta ou debilidade deste, o financiamento dos conflitos é baseado na venda de recursos naturais, não diferenciando sua condução pelo governo ou pelos senhores da guerra, pois em ambos os casos, não há qualquer benefício para a maior parte da economia nacional (SILVA, 2012).

A ligação entre conflitos e recursos naturais é tão antiga quanto os povoamentos humanos; no entanto, o estudo da relação entre conflitos e recursos naturais só foi ampliado em meados do século XX, quando a lógica puramente militar dos conflitos começou perder força, ampliando a complexidade do conceito e adquirindo uma lógica ambiental e econômica. Alao (2007) aponta, ainda, que, para entender a dinâmica entre conflitos e recursos naturais, a geografia deve ser considerada, pois seus atributos e limitações explicam algumas causas e manifestações conflituosas - no caso da Região dos Grandes Lagos, as vastas reservas de recursos naturais congolezes, além destas serem relativamente escassas nos países vizinhos. Outras questões também são importantes ao se abordar tal relação, como a governança sobre os recursos, além do contexto pós-Guerra Fria,

no qual, segundo Döpcke (2002), os Estados africanos enfrentaram problemas com financiamento.

As guerras congoleesas, iniciadas na década de 1990, marcaram o início desta nova exploração que consistiria no neocolonialismo do país africano, envolvendo, principalmente, a exploração de seus recursos naturais, desta vez, com a colaboração de elites nacionais (TURNER, 2007).

Stearns (2011) aponta que, em 1996, o conflito congolês, que transformou-se em uma guerra continental, teve inspiração ideológica e de segurança⁵. Quase toda a região se uniu contra Mobutu. Mas em 1998, as alianças estavam diferentes: Ruanda, Uganda e Burundi de um lado; e Angola, Namíbia, Chade e Zimbábue, de outro. Dessa forma, a primeira invasão congoleesa estava relacionada com fatores de segurança e geopolítica. Não foi a ganância pelos recursos minerais do país que provocou as incursões, mas o suporte de Mobutu a rebeldes angolanos, ruandeses e ugandenses.

A eclosão de conflitos, entretanto, não ocorre somente devido à presença de recursos naturais na região, outros fatores, como as características do recurso, sua alocação e forma de exploração podem afetar a balança de poder entre os beligerantes. Os recursos não apresentam o mesmo nível de acessibilidade, sendo, em alguns casos, sua exploração mais facilmente controlada por grupos rebeldes. No caso dos recursos ilegais, os grupos rebeldes possuem vantagem em relação aos governos nacionais, devido ao risco destes perderem legitimidade internacional. Além disso, as características dos recursos existentes resultam em conflitos armados diferentes, como: (a) golpe de Estado, quando os rebeldes possuem pouco acesso aos recursos; (b) senhores da guerra, quando os recursos encontram-se distantes dos centros de poder; (c) secessão, geralmente em locais onde os recursos são monopolizados pelo governo central; e (d) tumultos/rebeliões camponesas, locais próximos aos centros de poder envolvem questões étnicas, tendo ainda como dimensão adicional a intervenção estrangeira. Alguns recursos naturais, como diamantes e minérios, são mais facilmente controlados por setores informais (LE BILLON, 2005).

Vale notar que os recursos naturais congoleeses financiaram, em grande medida, a campanha de Kabila. Após obter o controle das províncias de Kasai e Shaba, antigo nome da província de Katanga, em abril de 1997, as companhias mineradoras internacionais foram o grande suporte para o financiamento de suas tropas. A expropriação de recursos naturais do país com objetivo de

5 Motivos de intervenções, segundo Döpcke (2002), questões de segurança — Uganda, Burundi, Ruanda, Sudão e Angola — econômicos e pilhagem de recursos — Zimbábue, Ruanda e Uganda — questões de hegemonia e prestígio regional — Zimbábue, Ruanda, Uganda e Angola.

financiamento de esforços de guerra teve início durante a Primeira Guerra do Congo e se tornou uma prática comum. As explorações ocorridas durante este período fizeram parte de uma primeira fase de explorações: a de pilhagens em média escala. A exploração era encorajada por Kabila e pelas tropas da AFDL, através do estabelecimento de negócios nas “zonas liberadas” por tropas estrangeiras. Houve, ainda, suporte de potências ocidentais às partes beligerantes da guerra. Os EUA, que tinham o objetivo de estender influência na África Central, além de apoiarem militarmente a AFDL, exerceram grande influência, bloqueando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) frente à guerra de agressão. Já a França, tentando manter influência na região a partir do governo de Mobutu, solicitou intervenção humanitária no CSNU, entretanto, com a inevitabilidade da queda de Mobutu, apoiou um governo de transição, resultando em concessões durante o governo de Kabila (SILVA, 2012).

Segundo Silva (2012), após o término do conflito, os rendimentos continuaram tendo como base a concessão de contratos para exploração de recursos naturais, que eram, também, distribuídos entre apoiadores de Kabila, que eram de fundamental importância para construção e manutenção de seu regime. Essa exploração continuava, principalmente, devido à permanência de tropas estrangeiras no leste do país, o que permitia o acesso às riquezas naturais, sobretudo, as minerais.

ESTUDO DE CASO: A EXPLORAÇÃO DE COLTAN

O coltan (columbite-tantalite) é a denominação utilizada para o minério de tantalite não processado da RDC, nome que se popularizou por ser usado nesta região (NEST, 2011). Cabe ressaltar que até o fim da década de 1990, o coltan era conhecido somente por geólogos. Atualmente, é discutido na ONU, na mídia, além de sua exploração estar associada a diversas atrocidades como estupro em massa, trabalho escravo e tráfico de armas. Ganhou atenção de jornalistas, ativistas e cientistas sociais a partir de 2001 devido a divulgação de relatórios da ONU, que mostravam a sua ligação com a violência na RDC. O coltan era vendido para multinacionais⁶ e usado para a produção de aparelhos eletrônicos, como telefones celulares, laptops e iPods, depois revendidos para consumidores de todas partes do mundo. (DEIBERT, 2013; GEENEN, 2011; NEST, 2011).

⁶ Segundo NEST (2011), os grupos locais atuam na exploração de coltan através de roubo, controle da produção das minas, taxaço e comércio. O coltan passaria por diversos intermediários e seria vendido às multinacionais, misturando-se ao minério — limpo—, explorado fora de áreas de conflito.

Após o fim do colonialismo, a mineração no leste do país era focada na cassiterita, fonte de estanho. Até 1955, as operações eram controladas pela SOMINKI. Nessa época, o coltan era comercializado como um subproduto da cassiterita. No entanto, a queda do preço do estanho no mercado mundial resultou no fim gradual da mineração da cassiterita (ANISTIA INTERNACIONAL, AFR62/010/2003). Na década de 1990, surgiu uma demanda por produtos eletrônicos, que logo invadiram os mercados e se popularizaram. Diante do aumento de demanda e a possibilidade de não produzir quantidade suficiente de tântalo, a Cabotand A. C. Starck, maior processadora do minério no mundo, fez diversos acordos com os seus produtores, conseguindo o monopólio de grande parte da produção nos anos 2000. O preço caiu quando os compradores se recusaram a pagar valores altos por um mineral que não estava em falta e que não seria vendido aos processadores, que tinham grande estoque do mesmo. A inundação do coltan do Congo contribuiu para a queda do preço (NEST, 2011). Vale ressaltar que não havia falta do minério, mas monopólio por parte da maior processadora, que controlava o seu comércio, visando maiores lucros.

A elevação dos preços do coltan ocorreu em dois períodos, 1980 e 2000, mas houve outros momentos de aumento da demanda: durante a Guerra da Coreia (1950-53), quando foram descobertas as aplicações militares do tântalo, quando EUA eram os maiores produtores; em 1960, quando foi iniciado seu uso nas indústrias química, eletrônica e aeroespacial. No período entre 1978-1980, houve tanto alta quanto queda dos preços, devido ao boom da indústria, aumento da reciclagem do tântalo e descoberta de novos depósitos. No ano 2000, houve forte aumento do preço devido a sua escassez. No entanto, o aumento teria ocorrido devido à especulação. Em 2001, começou a despertar atenção internacional, quando relatórios apontaram os enormes lucros obtidos pelos warlords e uma corrida para dentro da selva para explorar seus depósitos. Foram feitas ligações entre os altos preços com a demanda por aparelhos eletrônicos e o lucro obtido pelos grupos armados através da venda do coltan (NEST, 2011).

Existem poucos dados disponíveis sobre as reservas de coltan no Congo devido à falta de trabalhos exploratórios há, aproximadamente, duas décadas. Na década de 1990, a maioria das empresas de exploração do mineral se retiraram do país devido à violência e à instabilidade política (NEST, 2011), dificultando a obtenção de dados sobre a exploração (ANISTIA INTERNACIONAL, AFR62/010/2003).

As reservas de Brasil e Austrália são mais confiáveis, apesar das grandes expectativas

relacionadas ao potencial da África Central e do Egito. Além disso, há a possibilidade da existência do recurso em outros países, como Cazaquistão, Etiópia, Namíbia, Rússia, Uganda e Zimbábue. Estima-se que grande parte da produção de coltan seja proveniente da RDC, derivando de regiões onde ocorrem guerrilhas, sendo conhecido como “tântalo de sangue”. A Etiópia seria o segundo maior produtor do continente. Cabe ressaltar a dificuldade da obtenção de dados sobre a exploração de coltan devido a diversos motivos, como a atividade artesanal e extração imediata, que não exigem o dimensionamento dos depósitos (NEST, 2011) e o comércio ilegal (KISANGANI, 2010). Ruanda também possui tantalite, embora em menores quantidades que a RDC. Isso faz com que o coltan congolês seja facilmente misturado ao ruandês, mas toda essa produção é tida como de Ruanda (NEST, 2011).

A exploração e o comércio de coltan são influenciados pela demanda mundial. Muitos congoleses com precária condição econômica devido ao conflito, se moveram para os depósitos de coltan, deixando a área após a queda dos preços. Os efeitos da “corrida ao coltan” podem ser percebidos por um longo período: controle por grupos armados; comunidades mineradoras em parques nacionais ou em locais que outrora as comunidades eram organizadas em função da agricultura; redes econômicas envolvendo civis, companhias privadas e forças militares. Segundo Nest (2011), “entender como esses atores nessas comunidades organizam a produção e comércio de coltan em condições de instabilidade política, violência e um Estado fraco é crítico para entender a política do coltan” (p. 32). Jackson (2003) acredita que, devido às condições do mercado global, a exploração de coltan teria começado mesmo sem a existência de conflito. Segundo Nest (2011), os grupos armados congoleses obtêm lucros com o coltan devido à facilidade de controlar a sua produção artesanal, usando violência e oportunidades de tributação devido às múltiplas trocas.

A produção artesanal ocorre, sobretudo, devido à fraqueza do Estado congolês, o país tem infraestrutura pobre, direitos de propriedade incertos, sistema judiciário corrupto, e insegurança devido à presença de milícias antigovernamentais e forças armadas corruptas. A produção artesanal é vulnerável à ação dos grupos armados, pois não necessita de gerenciamento de investimentos e equipamentos nem processos de produção sofisticados e o fator central para o uso da violência por grupos armados na extração artesanal de minérios é a fraqueza institucional (NEST, 2011).

Vale ressaltar que o comércio de minerais por atores não estatais é facilitado pela extração artesanal exigir baixo investimento de capital e mão-de-obra pouco especializada, além de ser

facilmente movimentado. Durante a ocorrência de conflitos, a extração dos minérios é, ainda, facilitada por companhias privadas, pois seus lucros dependem da extração de recursos cujas reservas estariam localizadas em zonas de conflito. A mineração do coltan se liga aos conflitos congolezes de quatro formas: roubo, controle de produção das minas, taxaço/ extorsão e comércio. Os grupos armados que se envolvem na produção e no comércio do minério, geralmente, participam de mais de uma destas estratégias. Durante o período em que forças ugandenses e ruandesas ocuparam o leste do Congo, a exportação ilegal de recursos naturais foi a maior fonte de financiamento para a região. Esses recursos eram enviados para redes controladas por militares e oficiais dos governos de Ruanda, Uganda e Zimbábue (NEST, 2011; ROSS, 2003).

A ocorrência de violência se dá com maior frequência ou intensidade nas proximidades das minas e nas rotas de comércio. Apesar de os grupos armados terem como objetivo o controle do comércio dos recursos naturais, há uma combinação de fatores que resultam na violência da região. Desde o ano 2000, a extração de coltan tem gerado grandes lucros para tais grupos; no entanto, seu impacto na dinâmica de violência na região tem sido exagerado, ou seja, o coltan não é a maior nem mais importante causa da violência (NEST, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a época colonial, os principais recursos congolezes explorados foram borracha e marfim, a partir, sobretudo, de trabalho forçado da população local. Tortura, mutilações, sequestros eram práticas comuns e punição para cotas não cumpridas.

Esta dinâmica de abusos e trabalho forçado se perpetuou após o período colonial. Desta vez, porém, perpetrados, em grande medida, por grupos armados congolezes, sobretudo na exploração de recursos minerais. Grande parte da exploração de minério foi utilizada para financiamento de conflitos, tanto pelo exército nacional congolês, quanto por grupos armados congolezes e externos. Cabe salientar, que a exploração após o colonialismo não apresentou uma continuidade do período colonial. A pilhagem de recursos, durante a colonização, tinha como objetivo principal a obtenção de lucros pelos colonialistas. Já durante o período pós-independência, passa a visar a obtenção de divisas para a defesa do território, especialmente a exploração perpetrada por Angola e Zimbábue, enquanto a exploração de recursos minerais no leste congolês constitui uma “pilhagem pura”, sobretudo, por Ruanda e Uganda, além dos diversos grupos armados presentes na região.

Esta pesquisa mostrou como as empresas ocidentais atuam nesta dinâmica de exploração do coltan, utilizado principalmente na indústria eletrônica. Tal pesquisa observou que em alguma medida o consumo de produtos eletrônicos destes países contribuem para a ocorrência dos conflitos congolezes, já que o coltan explorado, em grande parte, destina-se a este fim, em sua maioria no Ocidente, como a fabricação de telefones celulares e laptops.

A relação entre consumo no Ocidente e os conflitos na RDC, no entanto, não é tão direta. Apesar de os padrões de consumo indicarem falta de importância, para os consumidores, da origem dos componentes de um produto, muitas vezes, realmente não se tem o conhecimento de sua procedência. O coltan comercializado legalmente mistura-se facilmente ao ilegal, tornando impossível a sua distinção. No entanto, a produção ilegal diminuiu com a adoção de certificação semelhante ao Processo Kimberley⁷, que, contudo, não eliminou totalmente a extração e comércio ilegal de diamantes.

No caso do coltan, além de não existir um processo de certificação, facilitando o seu comércio ilegal, não há conhecimento da potencialidade real das reservas congolezas. Vale enfatizar que tal desconhecimento ocorre devido ao fato do comércio ilegal, além dos diversos conflitos na região leste congoleza, impossibilitar uma sondagem sobre as reservas do minério. Além disso, como apontado neste trabalho, a RDC sofreu pilhagem de seus diversos recursos naturais desde a época colonial, pelos europeus, e após a independência pelos congolezes, por outros Estados africanos, além de atores não estatais. Portanto, as pesquisas para este trabalho não encontraram dados que comprovem que a certificação do coltan diminuirá a ocorrência de conflitos. Nem mesmo foram encontrados dados que afirmem que a exploração de recursos naturais é a única ou a maior causa dos conflitos, já que grande parte dos autores utilizados na bibliografia deste trabalho aponta a governança como o maior problema congolês.

Além das considerações expostas, vale lembrar, que este trabalho busca mostrar o protagonismo africano, não colocar o continente em posição de submissão, ou seja, apenas participando dos acontecimentos impostos por outras potências. Portanto, deve-se considerar as ações de grupos locais, mesmo que equivocadas, no processo de construção de sua história, que ainda está em sendo escrita.

⁷ Processo de certificação de diamantes extraídos fora de áreas de conflito, adotado após diversas manifestações e denúncias acerca do financiamento de conflitos pela extração deste minério, além de diversos abusos de direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMSEN, Rita. African studies and the postcolonial challenge. *African Affairs*, Volume 102, Issue 417, p. 189-210. Disponível em: <http://afraf.oxfordjournals.org/content/102/407/189.abstract>. Acesso em: 07 JUN 2013.
- ALAO, Abiodun. *Natural Resources and Conflict in Africa: the tragedy of endowment*. USA: University of Rochester Press, 2007.
- ANISTIA INTERNACIONAL, Democratic Republic of Congo, "Our Brothers Who Help Kill Us": economic exploitation and human rights abuses in the east. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/library/info/afr62/010/2003>. Acesso em: 30 SET 2014.
- AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament: state making, regional conflict, and the internacional system*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1995.
- BASAGLIA, Isabella. The Contribution of Post-Colonial Theory to the Construction of Identity in International Relations. *Cross-sections, The Bruce Hall Academic Journal*, vol VIII, 2012. Disponível em: http://eview.anu.edu.au/cross-sections/vol8/pdf_instructions.php, acesso em 07 de junho de 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BURNLEY, Clementine. Natural Resources Conflict in the Democratic Republic of the Congo: a question of governance? *Sustainable Development Law & Policy*, Volume 12, Issue 1, Fall 2011: Natural Resource Conflicts. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1492&context=sdlp>. Acesso em: 15 OUT 2014.
- DEIBERT, Michael. *The Republic Democratic of Congo: between hope and despair*. London and New York: Zed Books, 2013.
- DÖPCKE, Wolfgang. Há uma luz no coração das trevas? Guerra e paz no Congo. *Boletim Meridiano* 47. Vol. 3, nº 19, Jan-Fev/2002, p. 16-28 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4564>. Acesso em: 30 SET 2014.
- GEENEN, Sara. Local Livelihoods, Global Interests and the State in the Congolese Mining Sector. In: ANSOMS, An; MARYSSE, Stefaan. *Natural Resources and Local Livelihoods in*

- the Great Lakes Region of Africa: a political economy perspective. New York: Palgrave MacMillan, 2011. p. 178-197
- HELD, David; MACGREW, Anthony. Prós e Contras da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
 - HOCHSCHILD, Adam. O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 9-192.
 - IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 10ª Ed.
 - JACKSON, Stephen. Fortunes of war: the coltan trade in the Kivus. Background research for HPG Report 13, FEV/2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4a5b32c20.html>. Acesso em: 15 OUT 2014.
 - KISANGANI, Emizet François; BOBB, F. Scott. Historical Dictionary of the Democratic Republic of the Congo. Lanham, Toronto and Plymouth: The Scarecrow Press, 2010. 3ª Ed.
 - LE BILLON, Philippe. Fuelling War: natural resource and armed conflict. London and New York: Routledge, 2005.
 - LLOSA, Mario Vargas. O Sonho do Celta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 11-121.
 - MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. Journal of the International African Institute, Vol. 62, No. 1, (1992), p. 3-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1160062?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105195618093>. Acesso em: 30 SET 2014.
 - NEST, Michael. Coltan. Cambridge and Malden: Polity Press, 2011.
 - ROSS, Michael. Natural Resources and Civil War: An Overview. UCLA Department of Political Science. AGO/2003. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/WBpaper.pdf>. Acesso em: 30 SET 2014.
 - SILVA, Igor Castellano. Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI, Cebrafrica, UFRGS, 2012.
 - STEARNS, Jason K. Dancing in the Glory of Monsters: the collapse of the Congo and the great war of Africa. New York: Perseus Books, 2011.
 - TURNER, Thomas. The Congo Wars: conflict, myth and reality. London and New York:

Zed Books, 2007.

- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História da África e dos Africanos. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.



A filha livre de mãe escrava: Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas e a política imperial brasileira (1850-1866)

Marcello Felipe Duarte¹

RESUMO

A Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas do barão de Mauá teve a primazia na navegação da região amazônica, cuja imensidão territorial, despovoamento e distância da capital se configurou como uma questão geopolítica de primeira ordem, no sentido de assegurar a inserção dessa vasta área ao Império brasileiro recém-criado. A navegação a vapor pelo rio Amazonas e afluentes passou a ser uma das principais questões debatidas na Câmara dos Deputados e no Senado na primeira metade do século XIX. Desta forma, a empresa de Mauá, criada nos moldes capitalistas, serviu aos interesses políticos do Império brasileiro que conseguiu, ao mesmo tempo, integrar-se à ordem capitalista internacional, assegurar sua presença na região norte e manter sua formação social e econômica assentada no modo de produção escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Mauá; navegação; escravismo.

ABSTRACT

The Amazon river navigation and trade company of baron of Mauá had the primacy in navigation of the amazon region, which territorial immensity, depopulation and capital distance has been configured as a geopolitics question of first order, in order to ensure the insertion of this large area to recent created brazilian empire. The steam navigation through the amazon river and tributaries became one of the main discussed questions in the Chamber of Deputies and the Senate on the first half of XIX century. Therefore, the Mauá company, created under capitalism molds, served the political interests of the brazilian empire which managed, at the same time, integrate to international capitalism order, ensure your presence in north region and keep your social and economic arrangement, based on slavery production model.

¹ Doutor e Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História também pela UERJ e Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense. Especialização em História da Arte Sacra pela Faculdade de São Bento do RJ, Especialização em História da África e dos negros no Brasil pela universidade Cândido Mendes (em andamento). Professor e coordenador de História do terceiro ano do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Professor de História do terceiro ano do Colégio Santo Inácio (RJ). Coordenador do Núcleo de Estudos de Problemas Religiosos Contemporâneos, ligado ao GT Rio de Janeiro de História das Religiões - ANPUH. Contato: marfduarte@yahoo.com.br

KEYWORDS: Mauá; navigation; slavery.

A QUESTÃO DA NAVEGAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA E A POLÍTICA IMPERIAL

A maior parte da região amazônica pertencia oficialmente à América Portuguesa desde a assinatura do Tratado de Madri em 1750², por meio do qual Portugal renunciou suas pretensões de posse sobre a região platina, em especial a Colônia do Sacramento. No entanto, somente no século XIX ocorreu, efetivamente, sua integração ao Império brasileiro. Um dos primeiros passos nessa direção, indubitavelmente, foi a manutenção da província do Grão-Pará ao território nacional após a guerra de independência do Brasil concluída em 1823.

A região norte se configurava como um problema de grande relevância tendo em vista a imensidão territorial, o despovoamento e, principalmente, a distância em relação ao centro político e econômico mais importante do Império: a região centro-sul. Tratava-se de uma questão geopolítica de primeira ordem assegurar a inserção dessa vasta área ao Império brasileiro recém-criado.

A navegação a vapor pelo rio Amazonas e pelos seus principais afluentes passou a ser uma das principais questões debatidas na Câmara dos Deputados e no Senado na primeira metade do século XIX. As discussões giraram em torno da viabilidade desse empreendimento para a promoção tanto do desenvolvimento econômico quanto do povoamento da região.

Em 1826 ocorreu um incidente envolvendo o governo brasileiro e a empresa nova-iorquina *Amazon Steam Navigation Company*, que havia realizado um acordo com o ministro brasileiro Silvestre Rebello em Washington. O tratado consistia na autorização concedida à empresa de navegar em águas brasileiras, descarregar mercadorias no porto de Belém e seguir viagem rio acima. No entanto, não obstante a tratativa feita com o ministro, o navio da companhia foi impedido de prosseguir seu percurso. O episódio se transformou em querela judicial sendo o governo brasileiro obrigado a pagar uma indenização à empresa pelo prejuízo causado. (MEDEIROS, 1938, p. 30-37).

A política imperial nesse momento era de isolamento da bacia amazônica à navegação de outros países, tendo em vista seu enorme potencial econômico que ensejava a ambição das potências estrangeiras. Prevalencia o entendimento político de que a navegação a vapor, apesar de ser vista como favorável ao desenvolvimento da região norte, não deveria estar sob a égide de capitais

² O Tratado de Madri assinado entre Portugal e Espanha, muito embora tenha sido modificado por tratados posteriores (Pardo em 1761 e Santo Ildefonso em 1777), garantiu a Portugal a posse de grande parte da região amazônica.

externos considerados nocivos aos interesses estratégicos do Império brasileiro. (REIS, 1982).

Dois anos após esse incidente houve uma nova tentativa de abertura quanto à navegação a vapor no rio Amazonas e nos seus principais afluentes realizada por uma Sociedade de capitais mistos sediada em Belém (MEDEIROS, 2006, p. 53-55). Como não poderia ser de outro modo, em razão de uma concessão inicial de dez anos feita pelo governo imperial em fevereiro de 1834, a questão da navegação na região norte tornou-se uma pauta importante na agenda política do parlamento brasileiro cujas discussões tiveram início no dia seis de maio de 1834.

Os debates na Câmara dos Deputados giravam em torno de duas posições. A primeira dizia respeito aos inegáveis benefícios para a região norte em razão do progresso que tal concessão promoveria. Em defesa dessa tese estava o deputado Evaristo Ferreira da Veiga. Em uma posição contrária estava o deputado, eleito por Grão-Pará, Antônio Correa Seara, para o qual o interesse do representante da Sociedade nesse contrato, o paraense Joaquim José Siqueira, configurava-se como uma fachada para as reais pretensões do capital inglês, predominantemente, majoritários (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de julho de 1834, p. 130-134). A Câmara não aprovou o projeto³ tendo prevalecido uma vez mais a orientação protecionista.

Segundo consta na ata de abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial em março de 1838 (p. 33) foi realizada outra tentativa de navegação na região amazônica por uma Companhia de Navegação de capital misto. Dessa vez o porta-voz do projeto foi o presidente da província do Grão-Pará, Francisco José Soares de Andréa, acionado por João Diogo Sturz, acionista da referida empresa.

O empreendimento consistia em fundar uma linha de navegação nos rios Amazonas, Tocantins, Solimões e Negro com enormes vantagens para a empresa: monopólio das atividades de navegação por um prazo de quarenta anos, isenção de impostos de importação para a manutenção das atividades, doação de terras sob a condição de iniciar um projeto de colonização europeia na Amazônia e direito de exploração nos primeiros anos de todas as minas de minérios encontradas na região (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de junho de 1840, p. 567-568).

O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados e sofreu uma emenda quanto à isenção de impostos que só seria concedida às máquinas e equipamentos necessários para movimentar os vapores (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de julho de 1840, p. 373).

Enviado para o Senado o projeto dividiu os senadores e provocou um acirrado debate. O

³ Não há referências de posteriores discussões sobre o assunto, além do fato da referida Sociedade não ter iniciado qualquer atividade semelhante a que se propôs a fazer.

grupo favorável à concessão era liderado por Francisco Carneiro de Campos, Manoel Alves Branco e Saturnino da Costa Pereira, para os quais a exclusividade e os demais privilégios eram uma forma de incentivo governamental diante da singularidade da empresa e da impossibilidade quanto à previsão tanto dos lucros quanto dos prejuízos.

A oposição era quanto ao monopólio. Para os senadores da comissão de Comércio, liderados por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, além do tempo pleiteado ser muito longo (quarenta anos) a exclusividade feria o princípio constitucional que assegurava no artigo 179, parágrafo 24, o livre exercício por qualquer brasileiro de quaisquer indústrias (Anais do Senado, sessão de 22 de maio de 1841, p. 159-160). O debate, no entanto, foi adiado a pedido do senador Saturnino sob a alegação de que eram necessárias maiores informações sobre o assunto (Anais do Senado, sessão de 8 de junho de 1841, p. 140).

A questão ganhou novo impulso na década de 1850 em razão, sobretudo, da pressão internacional pela livre navegação do rio Amazonas às embarcações de outros países. Nesse contexto, destacou-se o oficial da Marinha norte-americana Mathew Fontaine Maury, que empreendeu uma campanha nacional chamando a atenção da opinião pública e do governo dos Estados Unidos para o imenso potencial de lucro presente na bacia amazônica (MAURY, 1853).

O evento ensejou a celeridade do processo de criação da província do Amazonas pela Lei n. 582, de 5 de setembro de 1850 - projeto que se arrastou no parlamento brasileiro desde 1826 quando foi apresentado, pela primeira vez, por um deputado do Grão-Pará (GREGÓRIO, 2008, p. 281-295)-, como também a autorização concedida ao governo imperial de estabelecer um contrato de navegação a vapor do rio Amazonas pela Lei nº 586:

Estabelecer desde já no Amazonas, e águas do Pará a navegação por vapor, que sirva para correios, transportes e rebocagem (sic) até as Províncias vizinhas, e territórios estrangeiros confinantes, consignando prestações a quem se propuser a manter a dita navegação ou empregando embarcações do Estado (Anais do Senado, 06 de setembro de 1850).

Como se pode perceber a campanha promovida pelo oficial da Marinha norte-americana junto à opinião pública daquele país, com forte impacto na imprensa, foi fator decisivo para a rápida aprovação de leis que pudessem viabilizar a presença mais efetiva do Estado brasileiro na região norte. Ao que tudo indica a pressão do capital externo para abertura da navegação em uma região com enormes recursos hídricos e potencial estratégico, finalmente, contribuiu para uma reação

rápida do governo imperial.

A opção pela navegação a vapor na bacia amazônica se deve a uma questão lógica em razão de ser uma área favorecida pela abundância de rios, como também pelo custo ser relativamente baixo se comparado com as ferrovias. Acrescente-se o fato de que estas eram inadequadas para a referida região. Desta forma, em regiões onde as ferrovias não lograssem êxito, os navios a vapor eram uma solução satisfatória (SAMPAIO, 2006, p. 5-45).

A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO RIO AMAZONAS

Em razão da forte resistência do parlamento brasileiro em promover acordos com empresas estrangeiras ou de capital misto, como ficou claro nos eventos ocorridos na primeira metade do século XIX, a solução encontrada foi a assinatura de um convênio com uma empresa de capital exclusivamente nacional. Por meio do Decreto n. 1.037, de 30 de agosto de 1852, o governo brasileiro firmou um contrato de navegação a vapor no rio Amazonas com Irineu Evangelista de Souza, o futuro, barão e visconde de Mauá.

O acordo previa a subvenção pecuniária, por parte do governo imperial, a exclusividade de navegação por um prazo de trinta anos, a concessão de terras para o assentamento de colônias ribeirinhas, ocupadas por índios ou estrangeiros, além de um dique em Belém. Por sua vez, Irineu se comprometia a fundar uma companhia para tal fim, a manter com regularidade linhas de navios a vapor, fundar e manter sessenta colônias nas margens do rio Amazonas (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de julho de 1853).

Apesar da concessão do monopólio a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram uma retificação ao contrato original que previa a possibilidade de derrogação dessa vantagem por parte do governo imperial quando entendesse oportuno (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1853, p. 235-241).

O governo diante das circunstâncias foi obrigado a revogar e assinar outro contrato com Irineu Evangelista de Souza no dia 2 de outubro de 1854, oficializado pelo Decreto n. 1.445, por meio do qual eram estabelecidos os seguintes critérios: a empresa não teria a preferência de navegação na região e ficaria obrigada, acrescentar mais duas linhas às originais e fundar setenta e duas colônias. Por outro lado, o governo ofereceria setenta territórios além de terrenos devolutos da marinha (Relatório do Ministério do Império, 14 de maio de 1855).

O contrato foi modificado por iniciativa do barão de Mauá ao conseguir a revogação da cláusula de obrigatoriedade na fundação de colônias e o aumento da subvenção governamental para trinta e cinco contos de reis anuais (Relatório do Ministério do Império, 6 de maio de 1858). Mauá alegou, com base na demonstração dos balancetes de sua empresa, prejuízo operacional em razão das condições firmadas pelo acordo de 1854. Outro acordo foi firmado por meio do Decreto n. 1.988, de 10 de outubro de 1857, oficializando as novas condições contratuais.

A ABERTURA DO RIO AMAZONAS E AFLUENTES PARA A NAVEGAÇÃO DE OUTROS PAÍSES

A Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas do barão de Mauá teve a supremacia de navegação até o ano de 1866 quando o parlamento brasileiro decidiu abrir para bandeiras de outros países. Apesar dos resultados da Companhia brasileira terem sido satisfatórios, tendo em vista o aumento gradativo de passageiros, a quantidade de carga transportada e a expansão de portos e linhas abrangidos pelos seus vapores – haja vista a prosperidade econômica alcançada pelo barão graças, entre outras coisas, ao sucesso atingido pela referida Companhia (CALDEIRA, 1995), os debates acerca da navegação da região norte ganharam novos e inesperados rumos no início da década de 1860.

Em razão do crescimento notável das cifras econômicas ensejadas pelo extraordinário incremento dos negócios na região amazônica, conforme atestam os valores relativos às transações mercantis no porto de Belém de 519:548\$805 (1849-1850) para 2.242:891\$862 (1866-1867) consignado no relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Grão-Pará em 1870, a Companhia de navegação e comércio a vapor do Amazonas passou a ser vista como um estorvo não somente pelos subsídios que recebia do governo como também pelo afunilamento que provocava em relação às possibilidades de lucro dos governos provinciais do norte.

O entendimento da administração imperial na década de 1860 mudaria significativamente em relação ao início da década de 1850 marcada pelo receio, sobretudo, devido às pressões internacionais, da perda da soberania nacional sobre a região amazônica. Daí a sistemática recusa quanto à presença de empresas de capital estrangeiro atuando em área estratégica para o Império (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de agosto de 1853). Chegava o momento de promover a abertura da navegação da região amazônica às embarcações estrangeiras.

Nesse sentido são emblemáticas as palavras de Pedro Bellegarde, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por ocasião da apresentação de um relatório, em 1863, ao Parlamento brasileiro:

A abertura do rio Amazonas ao comércio das nações que estão em paz com o Império é certamente um dos fatos que o governo imperial mais deseja ver realizado, e de que espero os mais felizes resultados. Entretanto não depende somente dele, mas principalmente de medidas de competência da assembléia geral legislativa, apressar um acontecimento que tão grande influência tem de exercer nas relações comerciais do país.

Os debates acerca da abertura da região amazônica tiveram início na Câmara dos Deputados no dia 13 de fevereiro de 1864. A maioria dos deputados, inclusive da bancada da região amazônica, estava convencida de que a abertura seria benéfica para o desenvolvimento da região, muito embora, ainda existissem algumas vozes dissonantes que insistiam na ideia da perda de soberania do Império sobre a região. Ao fim e ao cabo tal argumento não era mais convincente sendo qualificado como fruto de uma doutrina de preconceito (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de junho de 1864).

Restava ainda decidir sob quais circunstâncias as embarcações estrangeiras seriam autorizadas a navegarem na região amazônica. O projeto inicial previa a necessidade de tratados bilaterais com o governo imperial (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de junho de 1864). Após acalorados debates o projeto foi aprovado em 16 de junho de 1864 e encaminhado para o Senado.

Nesta casa, o projeto sofreu forte objeção do visconde do Rio Branco (Anais do Senado, sessão de 27 de junho de 1864), que apresentou uma petição, aprovada pela maioria dos senadores, por meio da qual solicitava o envio do texto para avaliação das comissões de Diplomacia e Fazenda. Em que pese o fato do parecer não ter sido emitido (RODRIGUES, 1978, p. 120), o Conselho de Estado aprovou, unanimemente, em 03 de dezembro de 1866, a abertura da navegação sendo esta oficializada por meio do decreto imperial 3749 de 7 de dezembro de 1866.

A INSERÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO RIO AMAZONAS NA ECONOMIA ESCRAVISTA

O capitalismo a partir do século XVIII projetou, continuamente, sua sombra sobre as áreas

não capitalistas do mundo inteiro. O Império brasileiro, cuja estrutura econômica se caracterizava pelo modo de produção escravista, após a incontestável pressão inglesa, que resultou na extinção do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queirós em 1850, sofreu um duríssimo golpe. Desta forma, precisou criar uma estratégia de sobrevivência através da subordinação formal ao capitalismo internacional sem que “seus processos produtivos fossem transformados” (EL-KAREH, 1982, p. 26).

A inevitabilidade da inserção do Estado imperial brasileiro ao mercado capitalista internacional, devido em grande parte às exigências da economia cafeeira, ensejou um controle mais efetivo sobre a Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas por meio do qual lhe impôs limites e condições desde a sua fundação. Em outras palavras, a forma que o Estado brasileiro encontrou para manter sua formação econômica e social escravista foi a subordinação da referida empresa, formada nos moldes capitalistas (mão de obra assalariada, contrato social gerador de S.A.) aos seus interesses.

O surto de desenvolvimento econômico no século XIX - momento histórico conhecido como *Era Mauá* -, caracterizado pelo surgimento de muitas empresas de cunho capitalista no Brasil, contexto no qual a referida companhia de navegação é uma dentre várias, configurou-se como uma possibilidade de rearticulação do modo de produção escravista, pois ao mesmo tempo que foi obrigado a promover sua integração a um modo de produção hegemônico, conseguiu manter a escravidão no setor fundamental da produção “por aqueles mesmos senhores que dela se beneficiavam social, política e economicamente tratando de promover a sua expansão pela modernização da infraestrutura de serviços.”

A força imperiosa dos potentados rurais de base escravocrata, formada desde os primórdios de nossa colonização e consolidada ao longo de três séculos, estabeleceu o modelo por meio do qual se moldariam as relações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Um ethos inflexível, forjado por uma tradição rural, escravista e patriarcal, superior a todos os desígnios e vontades humanas, harmonizou as tensões e estatuiu as questões relevantes que iam sendo colocadas ao Império.

Pode-se dizer que foi responsável, em especial, pela sobrevivência do modo de produção escravista em que o Estado se caracterizou por ser aquele que fundiu os elementos mais díspares, sem destruí-los, ao contrário, transformando-os de acordo com a sua conveniência. Daí a ambivalência incômoda que marcou a história do Império brasileiro: a locomotiva e o carro de boi, a indústria e a escravidão.

Essa ambiguidade, de certa forma, pode ser encontrada nas diferentes representações de uma mesma realidade da qual fazem parte o imperador Pedro II e o barão de Mauá: a tradição assentada na escravidão e o empreendedorismo marcado pelo pensamento liberal capitalista. Vicente J Cardoso ao comparar as duas proeminentes figuras resume o choque de mentalidades tão diversas:

O caso é que se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos um caso de evolução interessantíssimo, se em vez de professores de sânscrito ou de árabe, se em vez de lições sobre línguas indígenas, o imperador mantivesse um contato utilitário com os ingleses, franceses e alemães, que nos pudesse ensinar as novidades técnicas de seu tempo, então teríamos tido um surto vigoroso do aparelhamento material, base lógica fundamental para outros surtos de progresso mais elevado (e estáveis) que haveriam de surgir (1933, p. 157-158).

Há por detrás desse choque de mentalidades algo muito mais relevante em jogo: a instrumentalidade da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas para a manutenção do Estado escravista enquanto tal devido, sobretudo, ao domínio efetivo deste sobre a empresa. Como destacado, anteriormente, a criação da empresa e as condições para sua operação foram controladas pelo governo sendo necessários vários acordos de ajustes. Mauá em seu primeiro relatório à Assembleia Geral dos acionistas, em 22 de agosto de 1855, deixa claro esse ponto: “Além de desempenhar o serviço contratado procedera às explorações necessárias dos afluentes do Amazonas cujo perfeito conhecimento interessa ao país (p. 14).”

O controle por parte do Estado ocorreu em outras empresas capitalistas como foi o caso da Cia. de Estrada de Ferro D. Pedro II, também do barão de Mauá, “que nascera justamente com seus estatutos de um ato do governo brasileiro (...), pois a liberalidade do governo ao lhe outorgar um privilégio exclusivo só se explica pela crença de que sua direção não lhe escaparia ao controle (EL-KAREH, 1982, p. 133).

Tal como ocorreu com a Cia. de navegação e Comércio do Amazonas, além de sua organização ter sido feita por lei, a Cia. de Estrada de Ferro D. Pedro II, também tinha suas funções em grande parte controladas pelo Estado que estabelecia quais os pontos extremos, os pontos obrigatórios, os centros de população e produção que deveriam ser servidos, podendo haver aí coincidência de interesses entre a Companhia e o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Vicente Licínio. À margem do Segundo Reinado, in: _____. À margem da história do Brasil. São Paulo: Nacional, 1933 (Brasiliana, Série V, vol. XIII), livro póstumo.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a estrada de ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MAURY, F. *O Amazonas e as costas atlânticas da América Meridional*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853.
- MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível Colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.
- REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1982.

FONTES PRIMÁRIAS

- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Navegação a vapor na Bahia oitocentista: tentativa de integração territorial e desenvolvimento regional*. Revista de Economia Política e História Econômica, n. 14, p. 5-45, ago. 2008.
- ANAIS da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- ANAIS do Senado. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- DISCURSO de abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>>. Acesso em: 30

ago. 2018.

- RELATÓRIO da Companhia de navegação a vapor e comércio do Amazonas (1853-1854) apresentado pelo presidente da Cia., barão de Mauá, à Assembleia Geral dos Acionistas (Ano I e II) em 22 de agosto de 1855.
- RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17ª legislatura, pelo 4º vice-presidente, doutor Abel Graça, em 1870.
- RELATÓRIO do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 10 de janeiro de 1864.
- RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado, Ata de 3 de dezembro de 1866*. Brasília: Senado Federal, 1978, vol. VI.



A Nova História Militar: possibilidades teóricas, metodológicas e temáticas

Bárbara Tikami de Lima (Mestranda/UNISINOS)¹

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva (Mestrando/UFRGS)²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar, por meio de diversas referências bibliográficas, a forma como ocorreu o desenvolvimento da História Militar e Nova História Militar, com destaque para o cenário brasileiro. Desse estudo, surgiu duas indagações: a Nova História Militar possui uma epistemologia própria? A História Militar feita anteriormente à Nova História Militar ainda é produzida? Nesse sentido, sem a pretensão de esgotar o tema, pretendemos tentar responder a essas questões com reflexões que tangenciam o olhar teórico, metodológico e temático da produção historiográfica.

Palavras-chave: História Militar, Nova História Militar, teoria, metodologia, temas.

ABSTRACT

This article aims to analyze, through several bibliographical references, the way in which the development of Military History and New Military History occurred, with emphasis on the Brazilian scenario. From this study, two questions arose: does the New Military History have its own epistemology? Military History made before the New Military History still being produced? In this sense, without the pretension of exhausting the theme, we intend to try to answer these questions with reflections that touch on the theoretical, methodological and thematic look of historiographic production.

Keywords: Military History, New Military History, theory, methodology, themes.

¹ Bárbara Tikami de Lima licenciou-se no ano de 2009 em história pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Em 2014 concluiu o curso de Especialização em Ética Valores e Cidadania na Escola, pela Universidade de São Paulo (USP) no âmbito do programa UNIVESP - Universidade Virtual de São Paulo. Possui experiência docente nas redes pública e particular de São Paulo e Roraima. Atualmente é aluna do mestrado em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduando em História-Bacharel pela UFRGS. Graduado em História-Licenciatura pela UFRGS. Atualmente atua como encarregado do Setor Educativo do Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS) e integra o Grupo de Estudos em História Militar, vinculado à mesma instituição. Tem experiência em pesquisas sobre a relação entre militares e política, com ênfase na análise sobre as formas de engajamento político de policiais da Brigada Militar (1964-1985). Além disso, tem desenvolvido estudos nas seguintes áreas: justiça militar (1938-1969), Comissão de Indenização do Rio Grande do Sul (1997-2005), memórias em processos indenizatórios (1997-2003).

A iniciativa dos autores de proporcionar um espaço para ampliação do debate acerca da chamada Nova História Militar, e posteriormente desenvolver este texto³, deu-se devido à pequena quantidade de estudos sobre o assunto no âmbito acadêmico. Tema que encontrou uma trajetória difícil no ambiente universitário brasileiro, tendo em vista que além da insipiência de atividade bélica no país, o fortalecimento do campo profissional da História ocorreu paralelamente à intensificação dos envolvimento militares na política, sobretudo no regime ditatorial de 1964-1985. A volta do regime democrático não implicou em aumento das pesquisas na área, possivelmente pela existência de sensibilidades decorrentes dos anos de repressão.

No ano de 2004 Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay organizaram a coletânea de textos denominada Nova História Militar Brasileira. Na introdução do livro, que ainda é referência sobre o assunto, os autores afirmaram que aquilo que a América inglesa denominou Nova História Militar dificilmente poderia ser considerada nova. A afirmação dos autores se refere ao fato deste movimento de renovação historiográfica ter surgido na década de 1970. Mais de quarenta anos depois a carência de interesse pela temática nas universidades brasileiras ainda traz ares de novidade ao assunto. A fim de contribuir para ampliar o debate partimos da premissa que se há uma Nova História Militar ela é nova em relação a algo, o que nos leva a uma discussão bibliográfica acerca da história militar escrita antes desse movimento.

Maurice Matloff (1981) se baseou em um famoso historiador do exército britânico para levantar a questão que ele considerava básica: O que é História Militar? Para ele Sir Jhon Fortescue estava correto em apresentar uma série de definições que abrangiam a história das guerras, da prática guerreira, do conflito entre comunidades expresso por homens armados, da política externa, da força física e moral. Porém segundo Matloff (1981) a História Militar não podia se restringir as inúmeras definições apontadas pelo autor britânico, pois sua “definição expandiu-se à medida que os assuntos militares, considerados de maneira ampla, passaram a ocupar, cada vez mais, as energias do homem, seja para se empenhar nas guerras, seja para impedi-las” (MATLOFF, 1981, p. 421). Esta referência à constante presença do devir na história aponta para a necessidade do pesquisador

³ As reflexões iniciais que posteriormente originaram este artigo decorreram do minicurso A Nova História Militar: possibilidades teóricas, metodológicas e temáticas, que foi ministrado em junho de 2018 no III Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-americanos, CEHLA, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS.

realizar uma contextualização antes de qualquer tentativa de definir história – ou nova história – militar.

Para inferir acerca destas complexas definições Jay Luvvas (1981) declarou em um dos trabalhos que integram a coletânea *Novas dimensões da história militar*⁴, que a Nova História Militar é o gênero de escrita da história mais antigo e mais recente. Esta contradição apontada pelo autor decorre da presença de questões inerentes à temática nas obras escritas durante a “aurora da História” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 114). A expressão foi utilizada por Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012) para se referir aos textos de historiadores clássicos⁵ da antiguidade greco-romana como Heródoto (485-420 a. C), Tucídides (460-396 a. C), Xenofonte (430-355 a. C), Políbio (203-120 a. C), Júlio César (100-44 a. C) e Tácito (55-125 a. C). Nestes textos os autores se pautaram na função exemplar da história, na concepção de tempo linear e irreversível e de sujeito histórico individual para descrever as batalhas de forma narrativa e laudatória, o que resultou em importantes esclarecimentos sobre a doutrina bélica da época, embora não tenha se detido a eles.

Ao realizar um levantamento sobre a História Militar na longa duração, Soares e Vainfas (2012) afirmaram que “a história militar produzida no período medieval pode ser vista nos relatos das Cruzadas – inspirados no providencialismo, porém dotados de alguma autonomia” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 116). Como os próprios historiadores destacam, a historiografia medieval concebia a Providência Divina como “motor da história”, afirmação que pode explicar a ausência de outras discussões sobre História Militar durante a Idade Média⁶. Para eles os “proto-historiadores militares” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 116) sustentavam a causa dos príncipes aos quais serviam, característica da escrita que ganhou maiores dimensões na Época Moderna conforme as monarquias ampliavam seu poder.

Durante a modernidade os livros *Arte da Guerra* e *O príncipe* de Nicolau Maquiavel (1469-1527) mesclaram História Militar e História Política, ao abordar a guerra como uma das possíveis ferramentas de governo (LUVVAAS, 1981). Embora a obra do autor florentino traga diversas questões que não estão ligadas à História Militar, ela, assim como o livro *Arte da Guerra*, no qual o autor

4 *Novas dimensões da história militar* foi um curso oferecido, por profissionais civis e militares, em 1973 e 1974 para os militares norte-americanos. Posteriormente Russell F. Weigley organizou e publicou o material em forma de livro que possui o mesmo título. A versão em português foi publicada pela Biblioteca do Exército em 1981.

5 As obras de Tucídides e Heródoto aparecem nos trabalhos de Jay Luvas e de Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas como exemplos de trabalhos de história militar, porém apenas Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira esclarece que estes autores não eram historiadores militares e sim historiadores clássicos que trabalharam com a temática da história militar.

6 A exceção do texto de Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas nenhum dos outros trabalhos utilizados como referência para a construção desse artigo faz qualquer menção a história militar durante o período medieval.

chinês Sun Tzu (544-496 a. C) forja a figura de um grande general, influenciaram o trabalho de Karl von Clausewitz (1780-1831) responsável por consolidar a ideia da História Militar como apêndice da História Política (SOARES; VAINFAS, 2012).

Formado nos quadros dos Regimentos de Infantaria Prussiana, tidos como escolas de nação e modelos de perfeição social e civilidade, Clausewitz recebeu o título de pai da historiografia militar devido ao livro *Da Guerra* (MOREIRA, 2012).⁷ Nele, também considerado um clássico para o campo da estratégia, o autor utilizou a história como instrumento de pesquisa (MATLOFF, 1981). Porém ao trabalhar os aspectos morais e psicológicos dos homens sua obra gerou reflexões que não foram consideradas práticas, o que fez com que ela fosse preterida em relação ao trabalho de Antoine-Henri Jomini (1779-1869), cujo caráter didático o tornava mais palpável e aplicável ao teatro de guerra (MOREIRA, 2012).

Segundo Nuno Severiano Teixeira (1990) não foi por acaso que o fator militar, isolado ou ligado ao fator político, como na obra de Clausewitz, constituía o tecido fundamental do discurso histórico do final do século XIX e início do XX. No período, as correntes positivista e idealista, que buscavam afirmar a cientificidade da história, encontraram alguma similitude entre os pressupostos epistemológicos e a funcionalidade social da disciplina. Estas similitudes também foram observadas na História Militar, cuja escrita se baseava em uma sucessão temporal marcada por grandes feitos de figuras heroicas, que muitas vezes coincidiam chefe político e militar. Neste modelo de escrita, a História Militar foi marcada tanto pelo interesse na reflexão técnica sobre a arte militar quanto pelo fato glorioso e seu significado político. Se por um lado ela caminhava para a especialização, ao exercer no interior das instituições militares um papel prático-pedagógico acerca da atividade guerreira e inspirador de lideranças, por outro atendia a mesma função social da história, pois “no quadro dos movimentos nacionalistas, que atravessaram a Europa da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, às diferentes historiografias nacionais cumpriam uma função social e política bem precisa, a saber: a legitimação dos estados nacionais” (TEIXEIRA, 1990, p. 56).

No cenário brasileiro até o final do século XIX, a História Militar⁸ esteve associada a

7 O trabalho de Karl von Clausewitz ainda é uma importante referência para a História Militar e para a Nova História Militar. Porém, após *Uma história da Guerra* escrita em 1993 por John Keegan, o autor prussiano passou a ser lido através das críticas legadas pelo americano. Tais comentários, pautados, sobretudo, na ausência de interesse em relação aos aspectos culturais da obra de Clausewitz, devem ser lidos com as devidas ressalvas, posto que não seja possível buscar em uma obra escrita no século XIX as mesmas preocupações teóricas e metodológicas de nosso tempo, como fez Keegan.

8 Os autores também citaram o poema épico Paraguassú: epopéia da guerra da independência da Bahia de Ladislau dos Santos Titara (1972), como exemplo de associação entre texto literário e história militar. Já as obras *Memórias do grande exército aliado libertador do sul da América*, na guerra de 1851 a 1852 e dos acontecimentos mais notáveis

outros campos do conhecimento histórico, e não raras vezes, misturou-se com literatura e relatos memorialísticos, o que impossibilitou a constituição do gênero enquanto um campo autônomo da disciplina. O livro considerado clássico da literatura brasileira, *Os sertões* de Euclides da Cunha (1866-1909) é um exemplo dessa bibliografia onde há uma combinação de história de campanha, no caso a destruição de Canudos, de memória, de estudo geográfico e de texto literário (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004).

Para Castro, Izecksohn e Kraay (2004) até os anos de 1890 poucos trabalhos possuíam as características da História Militar desenvolvida no final do século XIX e primeira metade do XX, dentre esses estudos os autores destacam as obras de Francisco Adolfo Varnhagen, sobre as guerras holandesas e os trabalhos do barão do Rio Branco, como a biografia do general José de Abreu.

Após esse período, paralelamente ao crescimento e o fortalecimento institucionais do Exército, devido à participação dos militares no golpe de Estado de 1889 que derrubou a monarquia de Dom Pedro II, despontou-se um gênero mais facilmente identificável de História Militar. Nesse contexto dos primeiros anos de regime republicano predominavam escritores militares, como Emílio C. Jourdan e José Bernardino Bormann, que recebiam algum tipo de apoio institucional. Nas primeiras décadas do século XX outros oficiais militares, tais como, Emílio Fernandes de Souza Docca, Augusto Tasso Fragoso e Francisco de Paula Cidade, se mantiveram ativos no terreno da história. Dentre os autores que figuraram os primórdios da produção desse gênero, devemos destacar a figura de Gustavo Barroso, não somente por publicar “uma série de histórias anedóticas das campanhas militares, além de uma História militar do Brasil”, mas também porque, enquanto diretor do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro foi responsável pela “enorme coleção de militar” da instituição⁹ (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 12).

Escrita em 1959, período marcado pelas tensões que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a *Síntese De Três Séculos De História Militar Brasileira* de Francisco de Paula Cidade foi responsável por encerrar o trabalho de toda uma geração de autores, cujas obras enfatizavam as histórias de campanhas e eram marcadas por uma fascinação em relação aos aspectos românticos e patrióticos (CASTRO; IZECHSON; KRAAY, 2004). Estas características as identificavam com o que

que a precederam, também de Titara (1950); A retirada de Laguna do visconde Taunay (1960) e As Reminiscências da Guerra do Paraguai de Dionísio Cerqueira (1980) são abordadas como memórias de campanha, cujo valor enquanto fonte histórica é inquestionável.

⁹ Atualmente o Museu Histórico Nacional é um dos mais importantes museus de história do país tanto pela política de produção e difusão de conhecimento adotada pela instituição quanto por seu acervo de aproximadamente de 258 mil itens, desse acervo a coleção de militar, em grande parte adquirida por Gustavo Barroso abarca armas, indumentária, selos, moedas, entre outros. Fonte <http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>

Teixeira (1990) denominou paradigma dominante da história. Ao passo que história e história militar compartilhavam a “tarefa de constituição e reforço das identidades nacionais através da transmissão dos valores e tradições de um povo pelo estudo do seu passado” historiadores, militares e historiadores militares não encontravam problemas em trabalhar a “textura ideológica da memória nacional” (TEIXEIRA, 1990, p. 56).

Porém, no final do século XIX, o filósofo Friedrich Nietzsche, em sua Segunda Consideração Intempestiva já havia mostrado certa inquietação em relação ao modo de se pensar e fazer a história para legitimação de identidades nacionais. Numa de suas passagens, Nietzsche escreveu:

Enquanto a alma da historiografia residir nos grandes estímulos que um homem poderoso retira dela, enquanto o passado precisar ser descrito como digno de imitação, como imitável e como possível uma segunda vez, aquela alma estará em todo caso correndo o risco de se tornar algo distorcido, embelezado e, com isto, próximo da livre invenção poética [...]. (NIETZSCHE, 2003, p. 22)

O que o filósofo nos ensina, portanto, é que aquele uso da história para construção e reforço de identidades nacionais, visto não só no âmbito da historiografia geral, mas também da militar, não pode ser entendida como um aspecto da realidade, pois ela é construída por parâmetros inventivos. Soma-se a isso, a crítica que o filósofo fez em relação ao próprio historicismo, que de alguma forma se pretendeu científico e distante da história *magistrae vitae*.

O impacto do pensamento nietzschiano no século XX foi muito significativo, pois um dos elementos que a escola dos Annales colocou em questão foi o surgimento de uma história-problema. (BARROS, 2012) Isto é, produzir o conhecimento histórico nessa perspectiva requereria inicialmente uma questão feita no presente sobre o passado. Para essa construção, basear-se-ia em uma fonte, a qual possuiria também seus limites de interpretação. Nesse sentido, os Annales ajudaram a entender que não se pode buscar um real passado em um documento, pois o que nos leva à busca, isto é, o “problema”, possui limites, bem como aquilo através do qual procuramos tentar resolver esse “problema”, que é a fonte. Os próprios conceitos como realidade, passado, fato histórico, entre outros, sofreram inúmeras interpretações, mas dessa vez a preocupação epistemológica, em alguns casos, aparecia antes da preocupação em legitimar, com a narrativa histórica, algum herói ou acontecimento.

É a partir dessa perspectiva da história-problema que a chamada Nova História Militar se

aproxima por meio da obra organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004). Percebemos temas recorrentes ao âmbito da História Social, Cultural e Política, como estudos de gênero, classe social e econômica, representações, grupos sociais, entre outros. A diferença pode ser entendida no cruzamento desses assuntos com a temática militar em específico. Como exemplo, trazemos o artigo *Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira*, onde Francisco César Alves Ferraz traz um estudo sobre a vida de militares enviados para a 2ª Guerra Mundial após o retorno ao Brasil. Como problemas de pesquisa, o autor aponta:

Que aconteceu com a vida dos pracinhas depois da guerra? Qual o impacto da guerra em suas vidas? Que tipo de relações travaram com a sociedade brasileira? Que respostas receberam do Estado, das Forças Armadas, da sociedade? Como desenvolveram a memória social de sua participação na guerra? (FERRAZ, 2004, P. 366).

Ou seja, é um estudo sobre a Força Expedicionária Brasileira que não está preocupado necessariamente em enaltecer algum militar ou fazer desse evento um momento de glorificação do Exército brasileiro. Ao mesmo tempo, não se objetiva esse estudo como constituinte de uma busca por verdade histórica, se por isso entendermos a história como pretensão à uma narrativa sobre o que “de fato” aconteceu. Pelo contrário, o problema de pesquisa surge de uma parte dessa possível realidade e sua análise ocorre por meio de fontes, cuja interpretação requer cuidados metodológicos, como os documentos da imprensa e a própria memória dos militares. Como consideração final, Ferraz aponta a discrepância entre a promessa de políticas de amparo aos veteranos e a aplicação dessas, o que resultou no tardio reconhecimento desses militares pela sociedade civil.

Nesse sentido, observa-se que a Nova História Militar, preocupada com as questões pertinentes à caserna, não está distante das perspectivas teóricas e metodológicas daquilo que passou a ser produzido a partir dos Annales. Não podemos esquecer que, mesmo o historicismo, criticado por Nietzsche, influenciou a sedimentação desse tipo de conhecimento histórico, já que o anseio por “cientificizar” a história traz implicações até os dias de hoje sobre a forma como encaramos esse tipo de produção. Isto é, a preocupação com a fonte, em partir dela para algo se fazer, pode ser vista, por exemplo, nos escritos de Leopold von Ranke, mas a crítica a essa fonte enquanto constituidora de uma verdade se fortaleceu no século XX.

Colocada essas questões, podemos elencar dois novos questionamentos: a Nova História Militar possui uma epistemologia própria? A História Militar feita anteriormente à Nova História

Militar ainda é produzida?

Em relação à primeira pergunta, podemos dizer que não, baseado principalmente no que já apresentamos: a produção historiográfica que se aproxima da Nova História Militar tem sua base, em especial, nos campos teóricos já feitos anteriormente, como a História Política, Cultural e Social. Conforme apontou o historiador José D’Assunção Barros (2015), numa importante sistematização dos elementos, a partir dos quais os campos historiográficos se estabelecem, para a História Política temos o termo “poder” e para a História Cultural temos o termo “cultura”. Nesse caso, a partir de qual termo ou elemento a Nova História Militar se constitui? Isto é, qual o objeto da Nova História Militar?

Em uma análise dos principais meios que buscam difundir esse tipo de produção no Brasil, identificam-se uma pequena, embora crescente, quantidade de trabalhos e objetos circunscritos aos eixos historiográficos já colocados acima, como poder, cultura, imaginário, relações sociais, econômicas, entre outros. No que se refere aos temas, observou-se os mais diversos possíveis, como recrutamento, estratégias e operações militares, (in)disciplinas e revoltas, cotidiano da caserna e da guerra, patrimônio e memória, entre outros.¹⁰

Tabela 1 – levantamento de temas nos I e II Simpósios de História Militar

Estratégias, táticas e operações militares 6	Formação profissional/militar 4	Logística 2
Pensamento e contestação política 2	Historiografia militar 3	(In)disciplina e revoltas 3
Repercussão na imprensa das atividades militares 3	Formas de representação da atividade militar 1	Instituições militares 1

Fonte: I Simpósio Nacional de História Militar – 2016 http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/index.php?arq=ARQ_anais

Estratégias, táticas e operações militares 7	Formação profissional/militar 6	Civis e militares 1
Pensamento e contestação política 3	Historiografia militar 1	(In)disciplina e revoltas 2
Repercussão na imprensa das atividades militares 3	Formas de representação da atividade militar 2	Instituições militares 2
Cotidiano da caserna e da guerra 4	Patrimônio e memória 3	

Fonte: II Simpósio Nacional de História Militar – 2017 <https://josemiguel2009a.wixsite.com/iisnhm/anais-do-ii-snhm>

O que se percebe é que a Nova História Militar traz de “novo” é a relação entre o tema

¹⁰ Esse levantamento foi feito com base no livro organizado por Celso Castro et alli., nos eventos sobre História Militar e/ou Nova História Militar, como os I e II Simpósio de História Militar.

militar e os objetos de estudos já trazidos pela historiografia, mas não são objetos novos. Nesse sentido, dizer que o objeto da Nova História Militar seja a guerra,¹¹ como propõe Sanchez (2010) reduz significativamente as potencialidades de estudo na área, mesmo que a guerra seja a atividade fim das instituições militares e uma constante ameaça, segundo os corpos militares e a mentalidade que os cercam (MOREIRA, 2012). Quando abordamos a instituição ou os próprios militares enquanto objeto, não necessariamente estamos trazendo a guerra. Ela pode estar próxima, mas não é a protagonista do estudo. Talvez a fragilidade em definir um objeto para a Nova História Militar se refira ao fato de que, justamente, ela não possui uma epistemologia e, portanto, não tem um objeto em específico.

De forma geral, encontramos, com base nessas análises acima, três objetos que perpassam a Nova História Militar: instituição, guerra e indivíduo¹² (militar). Os estudos podem definir como foco de análise apenas um deles ou trazê-los em conjunto, porém percebemos uma interligação entre eles. De qualquer maneira observamos os apontamentos de Soares e Vainfas (2012) sobre as inovações do campo como: a adoção de uma perspectiva interdisciplinar, a relativização da guerra enquanto objeto exclusivo da História Militar, a rejeição da subordinação do aspecto militar ao aspecto político e a “antropologização” dos temas. Porém não se identifica uma epistemologia própria, apenas usos de outras já conhecidas do âmbito historiográfico.

Em relação à guerra (ou o combate), tema clássico que tem sido renovado, percebem-se estudos que dialogam com a estrutura tanto de articulação e mobilização para essa guerra, quanto o evento em si e também as consequências advindas.¹³ Assim a perspectiva de uma história da guerra, com um viés prático-pedagógico, apontada por Teixeira (1990) foi relegada pelas pesquisas

11 A própria noção de guerra não é unânime entre os teóricos. Para Clausewitz, “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. p. 75. Foucault inverte o aforisma de Clausewitz e trata o poder enquanto guerra, que é continuada por outros meios, ou seja, a política. Para o autor o poder político tenta estabelecer a paz na sociedade civil, não para suspender ou neutralizar os efeitos da guerra, mas para reinserir perpetuamente o desequilíbrio da relação de força mediante uma espécie de guerra silenciosa. (FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999) Já Keegan considera a guerra como “o fim primeiro da política, depois da cultura, e finalmente quase da própria vida” p.32.

12 Uma das possíveis interpretações adotadas para o conceito de “indivíduo” é dada por Norbet Elias (1994). Segundo o autor indivíduo é entendido como uma pessoa singular que existe de maneira conjunta e interdependente em uma sociedade, a qual é composta por uma pluralidade de indivíduos. Além do conceito de indivíduo, podemos utilizar o de sujeito, na perspectiva de Michel Foucault, ou até mesmo o de agente, na perspectiva de Pierre Bourdieu. Para o primeiro, o sujeito se constitui na experiência, onde o poder, o saber e a subjetividade são “mecanismos” de definição desse mesmo. Para o segundo, o agente é aquele que está situado no campo, portanto está agindo conforme os limites e possibilidades das relações de poder estabelecidas nesse espaço. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984; BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

13 Nesse sentido a obra Nova História Militar Brasileira desta os trabalhos Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército de Ricardo Salles (1990), A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império de Wilma Peres Costa (1996), O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército de Vítor Izeckson (2002), Maldita Guerra de Francisco Doratioto (2002).

acadêmicas. Outro aspecto importante a ser considerado é a historicidade dos conceitos¹⁴, como o próprio conceito de guerra. Suas mudanças e suas influências na escrita da história podem ser observadas no fato de acontecimentos e processos históricos contemporâneos estarem nas bases da renovação proposta pela Nova História Militar e na abertura de espaços para a introdução de outras problemáticas como “guerra sem fronteiras”, “guerra assimétrica” e “terrorismo de estado” (SOARES; VAINFAS, 2012).

Sobre a instituição militar Castro, Izeckson e Kraay (2004) apontam como precursores alguns trabalhos produzidos na área de Ciência Política entre os anos 1980 e 1990. Dentre eles encontramos o artigo de José Murilo de Carvalho publicado em História Geral da Civilização Brasileira¹⁵, as análises desenvolvidas no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)¹⁶ e o trabalho de Eliézer Rizzo de Oliveira. Nessas pesquisas o interesse analítico está voltado para o papel dos militares na política, porém observam-se questionamentos em torno dos aspectos internos, estruturais ou organizacionais da instituição castrense. Os autores também destacam, em sua própria coletânea, pesquisas que trouxeram uma abordagem do ponto de vista regional para essas instituições, sobretudo no que concerne ao período colonial e século XIX. Porém ao mesmo tempo em que as novas informações sobre a diversidade da experiência militar enriqueceram o campo de conhecimento também há uma “perda do quadro nacional” (CASTRO; IZECKSON; KRAAY, 2004, p. 41).

Mais recentemente, alguns trabalhos como *Crianças Na Guerra Os Aprendizes Menores No Arsenal da Guerra* de Adler Homero Fonseca de Castro (2016) e *“Úteis a si mesmos e a pátria”*: *as classes de menores aprendizagens do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870)* de Maicon Lopes dos Santos (2018) investigaram a relação entre as instituições militares e os menores aprendizes dos arsenais de guerra durante o século XIX. A importância dessas pesquisas se encontra além de sua inovação temática, ela também mostra como o leque de temas sobre a instituição

14 Conceito aqui é entendido, segundo Reinhart Koselleck (1992), como uma palavra cujo sentido é de interesse, cuja formulação exige um mínimo de teorização e cujo entendimento requer reflexão.

15 O artigo As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador foi publicado na coleção História Geral da Civilização Brasileira, composta por 11 volumes organizados por Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1960 e 1981, período que coincidiu com a ditadura militar (1964-1985). Para Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrick Kraay (2004) esta coleção é um importante termômetro do interesse dos historiadores por assuntos ligados à temática militar, pois além de haverem poucos trabalhos voltados ao assunto, o que é um paradoxo dada a forte atuação dos militares na cena pública durante o período, quanto mais próximo do momento contemporâneo mais escasso era o número de trabalhos.

16 Ver os trabalhos: Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira e A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico de Edmundo Campos Coelho (1976 e 1985); The Brazilian military. Professional socialization, political performance and state building de Alexandre de Souza Costa Barros (1978); Com rancor e com afeto. Rebeliões militares na década de 30 de Vanda Maria Ribeiro Costa (1984).

militar pode ser ampliado.

Embora o trabalho de Piero de Camargo Leirner (1995), intitulado *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, seja decorrente de uma pesquisa em Ciências Sociais, acreditamos que seus apontamentos são de grande relevância para o pesquisador interessado na história da(s) instituição(s) castrense(s). Ao romper com o senso comum, que considera a hierarquia militar uma “pirâmide de estratos”, o autor mostra que “o que ocorre é uma composição bem mais detalhada e complexa” na qual “cada indivíduo aparece em um lugar singular da cadeia” (LEIRNER, 2009, p.71).

Outro estudo bastante importante para a pesquisa histórica é *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, do já referido autor Celso Castro (1990). Nesse trabalho, decorrente de uma observação participante no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o autor mostra como a passagem por essa instituição de ensino é uma etapa fundamental na formação dos oficiais do Exército Brasileiro. O ambiente de relativo isolamento e intensa socialização interna rompe com uma identidade prévia dos cadetes, futuros oficiais, para forjar uma nova identidade que é construída em oposição ao mundo civil ou “paisano”. Por meio dessa obra evidenciamos a importância da alteridade para o trabalho de história que pretende tomar o(s) militar(s) enquanto objeto(s) de pesquisa, já que esse deve ser compreendido como uma pessoa dotada de particularidades decorrentes de sua profissão. Além das importantes contribuições já mencionadas, tanto o estudo de Castro (1990) quanto o de Leirner (1995) são exemplos de trabalhos que podem ser apropriados pelo historiador de modo a enriquecer a pesquisa.

Em relação ao indivíduo (militar), os estudos tendem a analisar a prática desse não só na caserna, mas também fora dela, isto é, seu comportamento na sociedade.¹⁷ Nesse prisma, foram desenvolvidos estudos onde os sentimentos de militares foram questionados, como o medo, anseios, angústias, revoltas, entre outras experiências de vida. É importante destacar que no âmbito da História Militar, dita tradicional, as biografias de militares sempre estiveram presentes. De modo que, a escrita biográfica forjou as figuras de “grandes homens” corroborando com uma identidade patriótica. Assim ao exaltar os valores heroicos de certas figuras, a mensagem de um Estado forte foi nutrida pelas personagens que ocuparam o panteão das diferentes nações (DOSSE, 2015, p. 168). No caso brasileiro um dos heróis nacionais foi personificado na figura do Duque de Caxias. Por

¹⁷ Como exemplo pode-se destacar o trabalho de FERRAZ (2004) anteriormente mencionado.

meio da análise de 51 biografias, escritas acerca do militar entre os anos de 1878 e 1980, Adriana Barreto de Souza (2008) identificou a construção de um monumento narrativo que consolidou essa figura como patrono do Exército Brasileiro. A obra da autora, marcada por uma forte influência da retomada do gênero biográfico, enquanto escrita da história, também se constitui em claro exemplo de abordagem da Nova História Militar a um tema clássico.

Esses três objetos muitas vezes aparecem de forma correlatada, razão pela qual se pensou que por muito tempo, a História Militar se tratou de questões relacionadas à guerra e a dinâmica ao seu redor. Aquilo que no Brasil se passou a ser denominado como Nova História Militar é muito mais ampla, quando indagamos sobre o objeto de estudo. Acreditamos que isso significa dizer que um estudo passa a ser considerado de Nova História Militar quando sua epistemologia se desenvolve de alguma forma, pelas questões trazidas pela história-problema, onde a definição de uma fonte e metodologia são imprescindíveis para a análise do objeto. Além disso, ela se torna “Militar”, quando o objeto abrange ou tangencia os aspectos militares de uma sociedade, cultura e política, que não são somente os relacionados à guerra, mas à instituição e ao indivíduo também.

Todavia, essa percepção sobre a Nova História Militar ocorre principalmente a partir das pesquisas acadêmicas, ou seja, oriundas de centros universitários entre outros. Porém, voltando ao segundo questionamento: a História Militar feita anteriormente à Nova História Militar ainda é produzida? A resposta é sim, embora, acrescenta-se que essa História Militar cujo centro de reflexão, que parte da guerra nunca, deixou de ser feita. Ela não está tão próxima dos centros acadêmicos de produção de conhecimento, mas sim das editoras das instituições militares brasileiras.

Em relação a esse questionamento, podemos analisar as publicações das editoras ligadas as Forças Armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica). Dadas as limitações dessa pesquisa não buscamos a existência de publicações vinculadas às diferentes polícias militares. No caso da Força Aérea não encontramos uma editora diretamente vinculada à instituição. Isto não significa que não há produção literária, nem quer dizer que não há preocupação com a produção de conhecimento histórico ou com a memória interna, pois a instituição abriga o (INCAER) Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica cuja finalidade é “pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira”¹⁸. Porém a maneira como a disciplina e o conhecimento histórico são compreendidos pelo INCAER e pela própria Força Aérea ainda é um objeto de pesquisa

¹⁸ Fonte: <http://www2.fab.mil.br/incaer/index.php/historico> Acesso em 02 JULHO 18.

não trabalhado, sobretudo porque essa instituição militar é a menos estudada, segundo os anais e o constatado no I e no II Simpósio Nacional de História Militar.

A Marinha Brasileira possui uma editora vinculada à DPHDM¹⁹ (Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha) cuja missão institucional é descrita como o “propósito de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira”. Dentre as publicações da DPHDM temos dois periódicos – Revista Navigator e Revista Marítima Brasileira²⁰ – e diversos livros que são editados pelo Departamento de Divulgação e Publicação. Desses analisamos os resumos daqueles que se encontravam classificados nos assuntos “História”, “Coleção Jaceguay” e “Coleção História Naval Brasileira”.

Os títulos da “Coleção Jaceguay” reúnem uma série de obras que trazem “cenas e episódios passados”, “contos e crônicas”, “relatos e episódios verídicos”, “conselhos”, “instruções”²¹ entre outros elementos que as distanciam da perspectiva proposta pela escola dos Annales. Porém, é importante destacar que essas publicações, embora editadas nos anos de 1980 e ainda à venda, são frutos de trabalhos realizados no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, momento em que as preocupações teóricas e metodológicas com a escrita da história eram bem diferentes das atuais. No caso da classificação “História” foi encontrada uma edição em fac-símile de manuscritos coloniais, o que pode ser entendido como uma divulgação de fontes para diferentes historiadores, e outros títulos cujos resumos apontam intenções muito mais próximas daquilo que Castro, Izecksohn e Kraay (2004) identificaram como uma história militar escrita anteriormente à 1890, sobretudo no que concerne à relatos memorialísticos. Já os resumos da “Coleção História Naval Brasileira”²² nos apontam para uma narrativa histórica de fatos encadeados.

Quanto ao Exército, podemos destacar a Biblioteca do Exército (BIBLIEX), que tem por objetivo “contribuir para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral”. A BIBLIEX é subordinada à Diretoria do Patrimônio Histórico Cultural do Exército, ou seja, é um setor do Exército Brasileiro e

19 Fonte: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/> Acesso em 02 JULHO 18.

20 Revista Marítima Brasileira é um periódico editado desde 1851, sua longevidade a torna um interessante objeto de pesquisa. Para mais informações ver ARIAS NETO, J. M. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. In: Navigator, Rio de Janeiro, v. 9, p. 55-64, 2013.

21 Fonte: https://www.marinha.mil.br/dphdm/publicacoes/catalogo?title=&field_autor_value=&field_assunto_tid=5&=Buscar Acesso em 02 JULHO 18

22 Para maiores informações ver MANCUSO, Amanda Pinheiro Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha (tese de doutorado) Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR 2007.

por essa razão os títulos costumam estar relacionados, de alguma forma, ao âmbito militar.

Em uma análise dos resumos de suas principais publicações, é possível identificar a forma como a História Militar é tratada pela editora. Ou seja, se ela se mantém ligada à história enquanto *magistra vitae* ou como história-problema, ou ainda de uma outra forma. Para essa análise, detemo-nos nas classificações “História do Brasil”, “História Militar Brasileira”, “História Militar Geral”, “Segunda Guerra Mundial” e “Guerra do Paraguai”.²³ O que se percebe é o uso recorrente de uma história que mantém a narrativa de fatos encadeados. Muitos dos objetivos apresentados são: mostrar a evolução, traçar histórico, relatar, romancear, abordar, preservar a história, comentar, comemorar, registrar dados, entre outros. Um desses livros traz no resumo a seguinte proposta:

É uma obra atraente que demonstra o mundo de hoje mais interessado em conhecer a realidade dos fatos. Estudos e ensaios da história sobre fatos históricos, bem como sugere o título. É uma obra escrita a partir dos anos 50, ao longo de algumas décadas, cuja leitura apaixonante, em linguagem simples e agradável, mescla o estilo de historiador com o de jornalista²⁴.

Ou seja, percebe-se que existe uma preocupação em publicar obras que abordem a história em torno de termos como verdade, realidade e fatos. A própria historiografia acadêmica já colocou esses termos em debate, em especial a partir da virada linguística, onde a percepção sobre a forma como construímos uma narrativa está permeada de intenções. Como exemplo, trazemos a crítica feita pelos Annales à suposta neutralidade da narrativa do Positivismo (BARROS, 2010, p. 81). A pretensão dessas publicações da BIBLIEX parecem se aproximar, de alguma forma a essa “história historicizante”, porém apenas em termos narrativos e não metodológicos, pois mesmo a “história historicizante” do século XIX ainda se preocupou em discutir métodos,²⁵ mesmo que restritos se comparado aos do século XX.²⁶ Nesse sentido, ao menos entre as publicações da BIBLIEX, percebe-se uma proximidade com o tipo de história feita no século XIX. Ademais, não é possível analisar a forma como essa narrativa foi instrumentalizada pelas escolas militares no Brasil, pois esse não

23 Fonte: <https://pt.calameo.com/read/00348586445bf84f2e43a> – Catálogo de Publicações da BIBLIEX. Acesso em 04 MAIO 18

24 Ibid., p. 20.

25 Nossa análise não permitiu que pudesse ser estudado as metodologias presentes na publicação, já que os resumos trouxeram apenas o que se pretendeu nas narrativas das obras.

26 Para uma melhor discussão sobre as diferenças entre a história produzida no século XIX e XX, ver: FONSECA, André Dione; FARIAS, Marcilene Nascimento de. A “nova história” e a escola: o caso da escola Coronel Felipe de Brum. In: Anais do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul História e Historiografia no século XXI: ações e representações, Dourados (ANPUH/MS), 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/A%20NOVA%20HIST%20D3RIA%20E%20A%20ESCOLA%20O%20CASO%20DA%20ESCOLA.pdf Acesso em 04 JUN 18

constitui o objeto de estudo desse artigo.

Outrossim, em relação ao objeto desse tipo de história difundida por editoras como a BIBLIX, percebe-se que a guerra aparece como eixo principal, e quando esse eixo se desloca para análise de trajetórias de pessoas militares, ainda sim essa narrativa parece se aproximar do evento bélico. Como escrito anteriormente, não se pode observar o uso dessa história, se ela serviria como *magistrae vitae*, por exemplo, pois nos detemos no tipo de narrativa. O que se pode constatar é que o tipo de História Militar feito no âmbito acadêmico é diferente do âmbito dessas editoras. Embora elas sejam parte das instituições militares, não podemos afirmar que essa narrativa é homogênea e abarca a(s) instituição(s) como um todo.

A questão que fica por final é justamente se essas duas perspectivas se relacionam em algum momento. Pensamos que sim. A começar pelo I e II Simpósio Nacional de História Militar. Além da organização do evento ser decorrente de uma associação entre instituições civis e militares ela se propõe a “congregar acadêmicos, docentes, estudantes e pesquisadores da História Militar, civis e militares” com o objetivo de “consolidar a História Militar como área de pesquisa interdisciplinar, plural e polifônica, visando congregar as diferentes perspectivas de pesquisas acadêmicas em andamento”²⁷.

Outro elemento de diálogo é a própria fonte. Por exemplo, temos diversos arquivos civis com fontes militares e arquivos militares que permitem alguma ou ampla consulta aos documentos, como se pode observar logo abaixo:

Tabela 2

Nome	Vinculação Administrativa	Acesso
Arquivo Público de Ana Lagôa	Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos	Aberto ao público
Arquivo Histórico do Exército	Exército Brasileiro	Há restrições
Centro de Documentação Aeronáutica	Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica	Há restrições
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha	Marinha do Brasil	Aberto ao público
Centro Histórico Coronel Pilar	1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pilar/1º RPMon da Brigada Militar do RS	Aberto ao público
Justiça Militar da União	Justiça Militar da União	Aberto ao público

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>

Embora existam outros arquivos²⁸ com vinculação administrativa civil que possuem fontes

27 Fonte: <http://portal.eceme.eb.mil.br/eventos/index.php/SNHM/SNHMIII> Acesso em 02 JULHO 18.

28 São exemplos de arquivos que possuem fontes para a história militar: Arquivo Nacional, Arquivo Histórico de São Paulo, Centro de Documentação e Memória da Unesp, Memorial da Resistência de São Paulo, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, entre outros.

para a história militar selecionamos aqueles que apresentam, na missão institucional divulgada na página oficial do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, alguma relação explícita com a mesma. Desses acervos é interessante destacar o Arquivo Ana Lagôa que está vinculado a uma instituição de ensino superior, Universidade Federal de São Carlos, que não possui curso de graduação ou pós-graduação em História. Isto nos mostra como a fonte histórica também pode ser matéria prima para outras áreas de conhecimento, ressaltando a importância da colaboração entre as diferentes áreas do saber.

Talvez a fonte oriunda do meio militar seja um dos pontos de maior diálogo, afinal muitos dos termos e dados presentes nessas fontes parecem ser de maior compreensão a quem já, de alguma forma, possui experiência com esse cotidiano. Um exemplo é a hierarquização de postos e graduações nas Forças Armadas. As diferentes entre soldado, sargento, tenente, general entre outros, pode soar de fácil assimilação a militares, porém para alguém que não possui essa experiência da caserna, isso pode soar estranho ou dificultoso. Mas alguém pode se questionar: qual a importância de saber a divisão da hierarquia para um estudo sobre militares? Isto é extremamente importante, por exemplo, se alguém quer estudar relações de poder na instituição: quem manda, quem obedece, por que manda, por que obedece. Historicamente, observa-se que tenentes, durante os anos 1920 passam a se rebelar por algumas partes do país. Mais tarde, nos anos 1950 e 1960, alguns desses que eram tenentes, que romperam com a hierarquia, e nesse momento já são coronéis ou generais, ocuparam postos mais altos nas Forças Armadas e foram responsáveis pela sedimentação de um novo tipo de pensamento militar e político.

Se tomarmos a fala de Castro, Izeckson e Kraay (2004) podemos perceber uma gama de estudos que de alguma maneira abordam os três objetos da Nova História Militar – guerra, instituição e indivíduo (militar) – apontados por esse trabalho, como

(...) a origem social, os vínculos de sociabilidade, as operações formais e informais das hierarquias, os sistemas de progressão e punição operantes nos quartéis e destacamentos espalhados pelo país. Estudam também as ocasiões em que as Forças Armadas entraram em combate: as poucas guerras externas, a participação no processo de unificação territorial, a formação dos oficiais e os episódios de violência coletiva, especialmente as revoltas. Finalmente se debruçam sobre questões de gênero, incluindo a identidade masculina, o homossexualismo e a participação de mulheres nos contingentes (CASTRO; IZECKSON; KRAAY, 2004, p. 8).

Essas e outras pesquisas podem ser enriquecidas por meio do diálogo entre o conhecimento proveniente de instituições militares e acadêmicas. Pois, se por um lado os militares possuem uma vivência diferenciada que pode levar para a escrita da história importantes elementos, por outro os historiadores possuem um conhecimento técnico e operatório decorrente de seu ofício. Ambos só têm a ganhar se as discussões em torno da história, ou nova história, militar se derem de maneira dialógica.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *A escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo*. In: 75 Revista Territórios e Fronteiras v.3 n.1 – Jan/Jun 2010, p. 75-103.
- BARROS, José D'Assunção. *Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales*. In: História - Debates e Tendências – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 305-325.
- BARROS, José D'Assunção. *História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. In: **Escritas - Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 1, abr. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Crianças Na Guerra Os Aprendizes Menores No Arsenal da Guerra*. In: Squinelo, Ana Paula (Org.) *150 Anos Após – A Guerra Do Paraguai: Entreolhares Do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai* v.1. Editora UFMS, 2016, p. 207-231.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Da história militar à “nova” história militar*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 9-56.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. [1832] [recurso digital] Disponível em:<<<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>>>. Acesso em 20 set 2017.

- DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. USP, 2015.
- FERRAZ, Francisco César Alves Ferraz. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 365-388.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2003.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LEINER, Piero de Camargo. A Etnografia Como Extensão Da Guerra Por Outros Meios: Notas Sobre a Pesquisa Com Militares. In: *Mana* v.15(1), 2009, p. 59-89.
- LUVAAS, Jay. A História Militar. O ponto de Vista de um Historiador Clássico. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, p. 421 - 455.
- MATLOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, p. 37-55.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. In: *História Unisinos*, v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01>.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva – da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SANCHES, M. 2010. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. In: *Revista Brasileira de História Militar*, 1(1):1-13.
- SANTOS, Maicon Lopes dos. *“Úteis a si mesmos e a pátria”*: as classes de menores

aprendizagens do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). Dissertação (Mestrado em História), Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, 2018.

- SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 113-132.
- SOUZA, Adrian Barreto de. Duque de Caxias. *O Homem Por Trás do Monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In: *Revista A Nação e a defesa*, ano XVI, nº 59, 1990, p. 53-71.



Livro em Destaque



“Bruxas da Noite, as Aviadoras Soviéticas na Segunda Guerra Mundial”, de Carlos e Ana Daróz, apresenta a fascinante história de mulheres aviadoras soviéticas que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

O livro aborda a atuação das pioneiras da aviação soviética, como Marina Raskova, lenda viva naquele país, e que, com apoio de Stalin, veio a criar ou inspirar a criação das três unidades aéreas com participação feminina; uma delas, com efetivo totalmente feminino, era o 588º Regimento de Aviação de Bombardeio Noturno, que recebeu dos alemães o cognome de “Bruxas da Noite”.

No eloquente prefácio intitulado “Rosas vermelhas e seus espinhos”, Mary del Priore afirma que ““Ana e Carlos Daróz nos oferecem um testemunho capital, um relato sem igual, deste momento e destas mulheres”.

OS AUTORES



Carlos Roberto Carvalho Daróz é Historiador Militar vinculado ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB. Possui mestrado e licenciatura em História pela Universidade Salgado de Oliveira e Especialização em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como professor do Colégio Militar do Recife e, atualmente, leciona na Universidade do Sul de Santa Catarina.

Ana Daróz, que inicia sua trajetória como escritora com *As Bruxas da Noite*, é acadêmica de Letras-Literatura na Universidade Federal Fluminense, onde desenvolve pesquisas nas áreas de gênero e História.

Ficha Técnica:

Editora: Somos Editora

ISBN: 978-85-8922-618-6

Formato 16x23

Acabamento Brochura

Ano: 2018

232 páginas

Preço Médio: R\$ 60,00





Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

